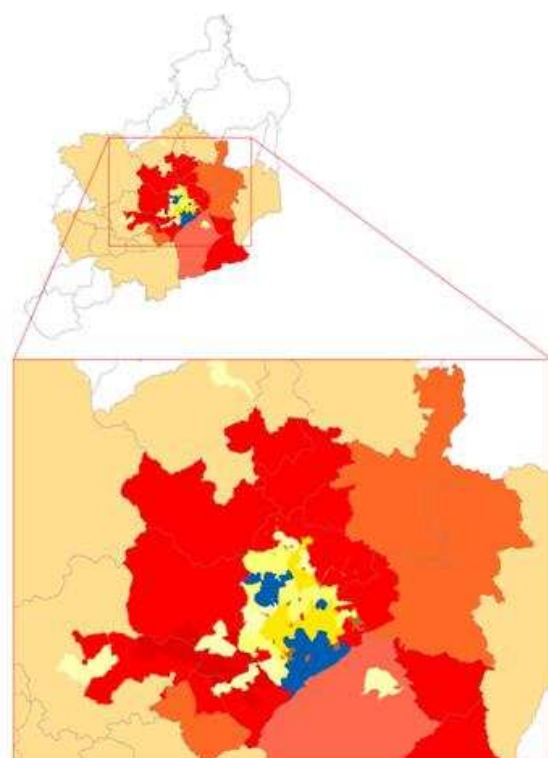


Tendências na organização social do território das metrópoles

1991 – 2000



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

INSTITUTOS DO MILÊNIO

PROJETO: Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá.

COORDENADOR: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro – IPPUR/UFRJ

VICE-COORDENAÇÃO: Suzana Pasternak – FAUUSP

INSTITUIÇÃO SEDE: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

PROCESSO Nº: 420.272/2005-4

VIGÊNCIA: 2005/2008

Relatório final: Tendências na organização social do território das metrópoles, no período 1991 – 2000.

Elaboração

Rosetta Mammarella – FEE

Luciana Correa do Lago – IPPUR UFRJ

Maio
2009

Sumário

Introdução.....	4
Parte I – Tendências na estrutura sócio-ocupacional das metrópoles nos anos 90	6
1.1 Perfil social das Regiões Metropolitanas em 2000.....	7
1.2 Mudanças nas estruturas sócio-ocupacionais metropolitanas entre 1991 e 2000 ..	11
Parte II – Tendências na segmentação socioespacial das metrópoles nos anos 90	13
2.1 Métodos, técnicas, critérios para construção das tipologias socioespaciais.....	13
2.2 Padrão de segmentação socioespacial das metrópoles em 2000	16
2.3 Mudanças e permanências entre 1991 e 2000 nos padrões de segmentação socioespacial	19
2.4 Rebatimento das mudanças do mercado de trabalho na conformação dos tipos socioespaciais	22
2.5 Distribuição dos tipos socioespaciais pelos territórios das Regiões Metropolitanas	26
Considerações Finais	30
ANEXOS I	36
ANEXO II	79

Introdução

A análise a seguir buscou traçar as grandes tendências na organização social do território metropolitano brasileiro, orientando-se por um conjunto de pressupostos e questões construídos ao longo da trajetória de quinze anos de pesquisa do Observatório das Metrôpoles. Nem todas as questões formuladas são passíveis de uma resposta objetiva ao utilizarmos dados censitários como base de análise. Porém, elas estão subjacentes à metodologia utilizada e às descrições e interpretações desenvolvidas a partir das tabulações estatísticas e do geo-referenciamento das informações tabuladas.

Partimos do pressuposto de que o perfil social de uma área exerce forte influência sobre as ações dos indivíduos ali residentes e dos demais agentes que atuam na metrópole. Nesse sentido, o perfil social de uma área, através do qual é possível distinguir o grau de diversidade ou homogeneidade social, não é entendido, aqui, apenas como resultado das desigualdades econômicas e de poder entre as classes sociais, na disputa pela apropriação do espaço urbano. Áreas mais exclusivas das classes superiores ou áreas mais tipicamente operárias, por exemplo, abrigam um grau de coesão de classe que possibilita estratégias e condições de vida urbana específicas entre aqueles ali residentes. Essa conjugação entre território e identidade de classe fortalece a coesão e o poder da classe (Bourdieu, 1997¹). Mas, um território socialmente homogêneo também pode ser um fator de bloqueio às oportunidades de acesso à cidade, caso seus moradores não se constituam e atuem como classe. É a situação de áreas com alta concentração de trabalhadores precários, com vínculos instáveis e reduzido poder de disputa na cidade. Nesse caso, o quadro se inverte: áreas com maior diversidade social, que abriguem tanto trabalhadores precários quanto estáveis, possibilitam canais de acesso a serviços e a oportunidades de trabalho àqueles mais vulneráveis.

É a partir desse pressuposto que examinaremos as alterações na organização social do território das metrôpoles. Teremos que entender o comportamento do mercado de trabalho e, mais precisamente, da estrutura sócio-ocupacional de cada metrópole analisada, para nos aproximarmos da noção de classe social utilizada anteriormente. Buscaremos avaliar em que medida as mudanças no padrão intra-metropolitano de localização das classes sociais vêm fortalecendo o poder das elites e aprofundando os efeitos negativos da reestruturação econômica sobre as condições de vida dos trabalhadores, ou ao contrário, vêm amenizando tais efeitos.

As questões que orientam esse trabalho buscam uma interlocução com visões recentes e crescentemente hegemônicas sobre a espacialidade metropolitana brasileira, sob os efeitos da reestruturação econômica, ao longo dos anos 80 e 90. Fatos novos emergem nas cidades, tais como os condomínios fechados, os “shoppings”, as vias públicas privatizadas, a territorialização da violência, a privatização dos serviços públicos, a difusão da informalidade do trabalho e da moradia, entre outros. Com base nesses fatos vêm se construindo, na academia, na mídia e no senso comum, uma nova representação sobre o urbano, manifestada através da idéia de um novo padrão de segregação urbana, ou mesmo, de uma nova ordem urbana. A noção de fragmentação socioespacial é constituinte dessa representação e materializada pelos fatos acima citados, entendidos como processos excludentes que transformam a escala e a natureza da segregação urbana até então vigente: por um lado, a redução de sua escala e a conseqüente aproximação apenas territoriais entre ricos e pobres e, por outro, a redução do grau de interação entre grupos socialmente distintos em função do confinamento dos grupos superiores em espaços privados e da estigmatização dos espaços da pobreza como espaços da violência.

Na América Latina, esse padrão fragmentado/excludente tem sido pensado em contraposição ao padrão desigual/integrado - *centro-periferia* - consolidado nos estudos urbanos como expressão e até mesmo como explicação da dinâmica de organização interna do espaço

¹ Bourdieu, P. “Efeitos do Lugar” In Bourdieu, P. (coord.) **A miséria do mundo**. Vozes, 1997.

metropolitano (Caldeira, 1997²; Ribeiro e Lago, 1992³). A concentração do emprego, da moradia das classes médias e superiores e dos equipamentos e serviços urbanos nas áreas centrais e, conseqüentemente, as enormes carências que marcam os espaços periféricos sustentaram, até os anos 80, a visão dual da metrópole, em que a periferia evidenciava a distância física e social entre as classes sociais. Essa distância foi um dos mecanismos utilizados pelas nossas elites para a reprodução de seu poder econômico e simbólico.

Tais questões englobam necessariamente as dimensões objetiva e subjetiva do processo de organização social do espaço urbano. No entanto, a contribuição da presente análise, no que se refere à sustentação empírica do argumento, ficará restrita a apenas alguns aspectos de ordem objetiva. Propomos avaliar as tendências, nos anos 90, da estrutura socioespacial de seis metrópoles brasileiras, tendo em vista os processos de produção e consumo do espaço construído metropolitano. Como estrutura socioespacial entende-se o padrão de distribuição da população, segundo seu perfil sócio-ocupacional, pelas diferentes áreas que conformam o espaço metropolitano, trabalhando-se conjuntamente grau de concentração dos diferentes grupos sociais e grau de homogeneidade social das áreas. Algumas questões são inspiradoras para as análises. Estaria em curso um processo de homogeneização dos espaços de residência? Em quais espaços podemos identificar uma maior homogeneidade e com que clareza e intensidade ela se expressa? Trata-se de um estudo quantitativo da estrutura urbana e das desigualdades socioespaciais, privilegiando-se as formas de acesso à moradia como fator explicativo das tendências observadas. Nesse sentido, estamos analisando apenas uma das dimensões da segregação urbana, qual seja, o padrão de localização residencial das classes sociais na cidade.

O relatório, afora esta introdução e as conclusões, está dividido em dois segmentos. Primeiramente analisaremos de forma comparativa as principais tendências nas estruturas sócio-ocupacionais de onze metrópoles brasileiras, nos anos censitários de 1991 e de 2000. As regularidades entre as regiões e suas especificidades quanto ao mercado de trabalho serão a base inicial para compreendermos as alterações, no mesmo período, na estruturação do espaço intrametropolitano.

No segundo segmento, realizaremos a análise do padrão de segmentação socioespacial de sete, das onze regiões metropolitanas, passíveis de comparação, levando em consideração dois focos. No primeiro, detectando (i) qual o padrão de cada metrópole, através da identificação de quais as estruturas mais complexas, quais as mais simples; (ii) os tipos socioespaciais presentes em todas as metrópoles; (iii) os tipos específicos, que “marcam” ou caracterizam cada território metropolitano. No segundo identificando alguns elementos indicativos de mudanças ou de permanências na estrutura socioespacial dessas metrópoles, tanto no plano temporal (entre 1991 e 2000) como espacial (entre as regiões metropolitanas), ao mesmo tempo que examinando as grandes tendências relativas ao rebatimento das transformações do mercado de trabalho nos tipos em geral.

² Caldeira, T.P. “Enclaves fortificados: a nova segregação urbana”. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 47, março 1997.

³ Ribeiro, L.C.Q. e Lago, L.C. “Crise e mudança nas metrópoles brasileiras: a periferização em questão.” In Leal, M.C. et alii **Saúde, Ambiente e Desenvolvimento**, vol. 1, Hucitec-Abrasco, 1992.

Parte I – Tendências na estrutura sócio-ocupacional das metrópoles nos anos 90

Nesse segmento, serão analisadas as estruturas socio-ocupacionais de onze áreas metropolitanas que integram o Projeto: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Goiânia, Recife, Fortaleza, Natal e Maringá. Num primeiro momento nos determos na análise dos perfis sociais dessas metrópoles no ano de 2000. Na seqüência, nos apontaremos alguns aspectos relativos às mudanças ocorridas entre 1991 e 2000.

A estrutura sócio-ocupacional é formada por 24 categorias sócio-ocupacionais (CATs), agregadas em 8 grandes grupos (**quadro 1**), construídas através da hierarquização social das ocupações, classificadas no censo demográfico de 2000 segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).⁴ As categorias sócio-ocupacionais foram construídas a partir de alguns princípios gerais que se contrapõem e que estão na base da organização da sociedade capitalista, tais como: capital e trabalho, grande e pequeno capital, assalariamento e trabalho autônomo, trabalho manual *versus* não-manual e, atividades de controle e de execução. Também foi levada em consideração a diferenciação entre setores da produção, como o Secundário e o Terciário, e, finalmente, entre os ocupados no Setor Secundário, foi feita uma distinção a partir da inserção dos trabalhadores nos segmentos modernos ou tradicionais da indústria (Ribeiro, Lago, 2000⁵).

Quadro 1

Categorias socioocupacionais	
Dirigentes	Grandes empregadores Dirigentes do setor público Dirigentes do setor privado
Intelectuais	Profissionais autônomos de nível superior Profissionais empregados de nível superior Profissionais estatutários de nível superior Professores de nível superior
Pequenos empregadores	Pequenos empregadores
Ocupações médias	Ocupações de escritório Ocupações de supervisão Ocupações técnicas Ocupações de saúde e educação Ocupações de segurança, justiça e correio Ocupações artísticas e similares
Trabalhadores do Terciário	Trabalhadores do comércio Prestadores de serviços especializados
Trabalhadores do Secundário	Trabalhadores manuais da indústria moderna Trabalhadores manuais da indústria tradicional Trabalhadores manuais de serviços auxiliares Trabalhadores manuais da construção civil
Trabalhadores do Terciário não Especializado	Prestadores de serviços não especializados Empregados domésticos Ambulantes e biscateiros
Agricultores	Agricultores

Para efeitos comparativos entre 1991 e 2000 foi necessário realizar algumas adaptações no que diz respeito a classificação dos ocupados, tendo em vista as alterações ocorridas na metodologia de coleta de dados que o IBGE adotou para o Censo Demográfico de 2000. Se de um lado foi possível ajustar a classificação das ocupações entre os dois anos, de outro lado alguns problemas não

⁴ A CBO foi criada de acordo com as diretrizes da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Como ponto de referência inicial, foi utilizado o sistema de classificação das profissões na França, adotado pelo Institut National d'Économie et Statistique (INSEE), e o primeiro trabalho comparativo realizado foi entre Paris e Rio de Janeiro (Preteceille, Ribeiro, 1998).

⁵ Op. cit.

puderam ser contornados, como foi o caso do volume total de população ocupada. Por esta razão, a comparação dessas estruturas só pôde ser realizada a partir da distribuição relativa entre as 24 categorias sócio-ocupacionais, o que nos impediu de trabalhar com indicadores importantes, como por exemplo, taxa geométrica de crescimento. (Ver **Anexo 1** sobre as alterações nas coletas de dados para o Censo 2000).

Inicialmente iremos comparar a estrutura social de cada região, em 2000, tendo em vista o peso relativo dos ocupados distribuídos entre as oito grandes categorias sócio-ocupacionais classificadas hierarquicamente (**gráfico 1**). Em seguida, examinaremos as mudanças nessas estruturas em relação à 1991 e as tendências semelhantes e distintas entre as metrópoles (**gráficos 2 e 3**). Ao longo da análise, destacaremos o comportamento das vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais que conformam as grandes categorias.

1.1 Perfil social das Regiões Metropolitanas em 2000

No **gráfico 1** fica evidente a semelhança que existe entre as onze estruturas sócio-ocupacionais, com a predominância de quatro grandes categorias: as Ocupações Médias, os Trabalhadores do Terciário Especializado e Não Especializado e os Trabalhadores do Secundário. Esses quatro conjuntos de categorias, somadas, equivalem a mais de 80% dos ocupados em cada uma das metrópoles em 2000. Em contrapartida, o conjunto dos Dirigentes, somados ao dos Profissionais e dos Pequenos Empregadores participam com um percentual que varia entre 8,5% e 12,5% nas regiões metropolitanas. A única dissonância nessa primeira avaliação geral das estruturas sociais ficou com Maringá, que ainda apresentava 8% de trabalhadores agrícolas, enquanto nas demais regiões, esse percentual se manteve muito reduzido.

Levando em consideração as categorias predominantes em todas as regiões, podemos visualizar dois grupos de regiões com estruturas semelhantes. Um grupo formado por oito regiões – São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia, Fortaleza, Natal e Maringá – onde as Categorias Médias e os Trabalhadores do Secundário marcam mais fortemente a estrutura sócio-ocupacional, tendo em vista seus percentuais mais elevados. São metrópoles com um perfil “médio-operário”. Quatro dessas regiões – São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Natal - eram mais “médias” do que “operárias”, três – Porto Alegre, Fortaleza e Maringá - eram mais “operárias” do que “médias” e Goiânia era a única onde as duas categorias apresentavam o mesmo peso. Um segundo grupo é formado pelas outras três regiões - Rio de Janeiro, Salvador e Recife – onde são as Ocupações Médias e os Trabalhadores do Terciário Especializado as duas categorias com maior participação. São metrópoles com um perfil “médio-terciário”.

Cabe destacar aqui que associação que é realizada entre perfis sócio-ocupacionais semelhantes é muito tênue, se levamos em consideração as disparidades no que diz respeito ao tamanho populacional e o grau de complexidade da economia local. Por exemplo, verificamos que São Paulo, a maior e mais complexa metrópole brasileira, com uma população ocupada em torno de sete milhões, apresentava, em 2000, uma estrutura sócio-ocupacional muito semelhante as de Natal e Curitiba, que abrigavam cerca de 380 mil e 1,1 milhão de ocupados, respectivamente. O mesmo pode ser dito em relação à semelhança entre as estruturas do Rio de Janeiro e Recife. Visto sob outro prisma, no entanto, é interessante realizar essa comparação pois com isso podemos constatar que mesmo ostentando portes demográficos, complexidades e realidades tão diferenciadas, as realidades podem se equiparar quando se trata de perfil social da população ocupada.

Vejamos, agora, alguns elementos da estrutura social de cada metrópole que se diferenciam do perfil encontrado nas demais (**gráfico 2**). Olhando as três **categorias superiores** na hierarquia, verificamos que em todas as metrópoles a categoria dos Dirigentes é aquela com o menor peso entre todas as categorias referentes aos trabalhadores urbanos, seguida pelos Pequenos Empregadores e pelos Profissionais de Nível Superior. O primeiro

destaque é para Fortaleza, que apresentava em 2000 os menores percentuais nas três categorias, que somadas representavam apenas 9,8% dos ocupados. As outras três metrópoles nordestinas – Salvador, Recife e Natal – apresentaram os percentuais mais baixos depois de Fortaleza. Nesse caso, há uma clara distinção entre as quatro metrópoles nordestinas e as demais (**tabela 1**).

Como contraponto, tínhamos Curitiba, Rio de Janeiro e Porto Alegre onde os percentuais das categorias superiores somados, ultrapassavam 12%. Aqui, há uma diferença entre essas três metrópoles: enquanto no Rio de Janeiro o peso dos Profissionais (8,8%) era muito superior ao de todas as demais regiões, em Porto Alegre e Curitiba eram os Pequenos Empregadores (3,2% e 3,3%) que explicavam a maior participação das categorias superiores. É interessante observar que a alta concentração das sedes das grandes empresas e do setor financeiro em São Paulo não foi suficiente para elevar o peso dos Dirigentes e Profissionais acima do alcançado por outras regiões analisadas. Isso mostra que a maior metrópole do país, além de centro financeiro e de serviços de ponta, abriga um mercado de trabalho tão diversificado quanto às demais grandes metrópoles nacionais.

Quando olhamos as **Categorias Médias**, o maior percentual era de São Paulo (28,1%), acompanhado de perto por Salvador e Rio de Janeiro (**tabela 1**). Porém, em São Paulo eram as ocupações de escritório, as de supervisão e as técnicas que explicavam esse maior percentual, enquanto no Rio de Janeiro e em Salvador eram as ocupações em saúde e educação e as de segurança, mais ligadas ao setor público. Fortaleza e Maringá apresentaram as menores participações das Categorias Médias (22,9% e 20,9% respectivamente).

Buscando sintetizar as semelhanças entre as metrópoles no que se refere ao peso das categorias superiores e médias nas respectivas estruturas sociais (**quadro 2**), podemos dizer, que as metrópoles do sul-sudeste ainda mantinham, em 2000, estruturas mais complexas do que aquelas do nordeste-centro-oeste, se considerarmos como complexidade, a distribuição mais equilibrada entre as categorias superiores e médias e as categorias manuais do terciário e secundário. Um primeiro grupo com percentuais muito próximos seria formado pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, onde em torno de 40% dos ocupados eram trabalhadores não manuais. Porto Alegre apresentou um percentual um pouco abaixo, em torno de 39%.

Quadro 2

Percentual das Categorias Superiores e Médias em 2000, em ordem decrescente.

RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	CURITIBA	PORTO ALEGRE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	GOIÂNIA	RECIFE	NATAL	FORTALEZA	MARINGÁ
40,2	40,0	39,7	39,2	38,1	37,7	36,8	36,8	36,2	31,7	31,7

Um segundo grupo seria composto pelas metrópoles de Salvador e Belo Horizonte, com percentuais próximos de 38%, embora os profissionais de nível superior tivessem maior peso relativo em Belo Horizonte e as ocupações médias, em Salvador. Nesse sentido, Salvador distanciou-se das demais metrópoles nordestinas, apresentando uma estrutura social com grau de complexidade mais próximo daquelas do sul-sudeste.

Um terceiro grupo reuniria as metrópoles de Goiânia, Recife e Natal onde a participação das categorias não-manuais ficou em torno de 36,5%. No entanto, enquanto Goiânia apresentava um percentual relativamente mais elevado dos pequenos empregadores e dos dirigentes, em Recife as ocupações médias se destacavam e em Natal, os profissionais.

Um quarto e último grupo seria formado por Fortaleza e Maringá, onde o peso dos não manuais ficou em 31,7%, ou seja, cerca de 70% dos ocupados eram trabalhadores manuais. Como já dito, Maringá ainda abrigava um significativo peso de trabalhadores agrícolas que a distanciava do perfil médio das demais regiões.

Aqui, vale destacar a diferença no grau de complexidade da estrutura sócio-ocupacional entre Natal e Fortaleza, na medida em que ambas as metrópoles iniciaram um processo de modernização do mercado de trabalho, especialmente no setor de serviços ligado ao turismo. Em 2000, os impactos de tal modernização no mercado de trabalho eram mais visíveis em Natal do que em Fortaleza.

Ainda com base no **gráfico 2** e na **tabela 1**, vamos destacar as diferenças e semelhanças no peso das três **categorias manuais**: trabalhadores do secundário e trabalhadores do terciário especializado e do não-especializado.

Em relação aos trabalhadores do Secundário, Porto Alegre se destaca com 27,3% de sua população ocupada no setor industrial (**Quadro 3**). É a metrópole com o perfil mais operário dentro do universo da pesquisa, seguida de perto por Maringá, cujo percentual alcançava 26,5%. Além das duas, também apresentavam um perfil industrial superior à média do conjunto das 11 regiões as de Curitiba, Goiânia, Fortaleza, São Paulo e Belo Horizonte. Nesse caso, o Rio de Janeiro aproxima-se das metrópoles nordestinas de Recife, Salvador e Natal, como pode ser visto no **quadro 3**, em função do menor peso relativo dos trabalhadores do secundário. É interessante notar que São Paulo e Belo Horizonte, onde estão localizadas grandes plantas industriais do setor moderno e municípios tipicamente industriais, apresentavam, em 2000, um percentual de operários inferior ao de outras cinco metrópoles, entre elas Fortaleza, Goiânia e Maringá.

Quadro 3

Percentual dos Trabalhadores do Secundário em 2000, em ordem decrescente.

PORTO ALEGRE	MARINGÁ	CURITIBA	GOIÂNIA	FORTALEZA	SÃO PAULO	BELO HORIZONTE	NATAL	RIO DE JANEIRO	RECIFE	SALVADOR
27,3	26,5	25,1	24,8	24,7	24,0	23,6	21,7	20,2	19,9	19,4

Examinando a composição interna da categoria dos trabalhadores industriais, três evidências merecem destaque. A primeira diz respeito à metrópole gaúcha, que alcançava o maior percentual de operários, em 2000, em função da elevada participação na estrutura social tanto dos trabalhadores da indústria tradicional quanto da moderna. Na realidade, a metrópole com o maior percentual de operários da indústria tradicional era Fortaleza (9,3% dos ocupados) e não Porto Alegre (8,9%). Em relação à indústria moderna, São Paulo apresentava o maior percentual (7,1%), e Porto Alegre e Curitiba o segundo maior (6,4%). A particularidade de Porto Alegre está, portanto, na combinação dos altos percentuais em ambos os setores industriais, embora o setor coureiro-calçadista, localizado na porção norte da metrópole gaúcha, sustente o maior peso relativo dos operários da indústria tradicional.

O segundo destaque é para a alta *performance* industrial de Fortaleza, sustentada pelo setor tradicional. Já vimos, anteriormente, que a estrutura social da metrópole cearense é a menos complexa entre as metrópoles nordestinas analisadas, no entanto, dentro do universo das ocupações manuais, Fortaleza se destaca pela alta participação tanto dos trabalhadores do secundário (24,7%) quanto do terciário (40,3%). A região foi pólo de

atração das indústrias calçadistas, vindas do Vale do Sinos (na metrópole gaúcha) e da região de Franca (SP), e têxteis, vindas de São Paulo.

A terceira evidência refere-se à presença significativa em todas as regiões estudadas dos ocupados na construção civil, cujos percentuais variavam entre 6,5% em Recife e 8,4% em Belo Horizonte. Com exceção de Porto Alegre, São Paulo e Fortaleza, em todas as metrópoles a categoria dos trabalhadores na construção civil era a que apresentava, em 2000, o maior percentual entre as categorias do setor secundário.

Quanto à participação das categorias manuais do terciário, novamente observamos uma semelhança entre as quatro metrópoles nordestinas e a metrópole do Rio de Janeiro (**Quadro 4**): são nas cinco regiões onde encontramos os maiores percentuais dos Trabalhadores do Terciário Especializado (entre 20% e 21,5%), e, com exceção de Natal, também são essas regiões que apresentam os maiores percentuais do Terciário Não Especializado. Cabe notar, que apenas no Rio de Janeiro, Salvador e Recife o peso dos prestadores de serviços especializados (em torno de 11,5%) era superior ao dos trabalhadores do comércio (em torno de 9,5%). Nas demais metrópoles os dois percentuais eram muito semelhantes.

São Paulo e Belo Horizonte também exibiam percentuais relativamente elevados (em torno de 19%) dos ocupados no terciário especializado, porém apenas a metrópole mineira mantinha o mesmo patamar para o terciário não especializado. Em São Paulo, essa última categoria tinha menor peso (16,2%).

Quadro 4
Percentual dos Trabalhadores do Terciário Especializado e Não Especializado em 2000, em ordem decrescente segundo os Especializados.

RECIFE	SALVADOR	FORTALEZA	RIO DE JANEIRO	NATAL	SÃO PAULO	GOIÂNIA	BELO HORIZONTE	CURITIBA	PORTO ALEGRE	MARINGÁ
Especializado										
21,5	21,4	20,9	20,7	20,2	19,3	19,1	19,1	18,2	17,4	17,2
Não Especializado										
20,0	20,0	19,4	18,4	17,3	16,2	18,0	18,6	14,3	14,7	16,4

Enfocando a categoria dos trabalhadores do Terciário não Especializado, onde foram agrupadas as ocupações que exigem menor qualificação e onde a informalidade nas relações de trabalho é mais habitual, são as metrópoles de Recife e Salvador que se destacam: esse conjunto de trabalhadores representava 20% da população ocupada, em ambas. Porém, não se pode desconsiderar que os 16,2% de trabalhadores do Terciário não Especializado da metrópole de São Paulo equivaliam a 1.149.703 ocupados, quase o total da população ocupada dos municípios de Curitiba (1.162.205) e Salvador (1.115.958). Entre os não especializados, os empregados domésticos atingiam cifras em torno de 10% em Salvador e Belo Horizonte, e os ambulantes e biscateiros representavam 6,5% dos ocupados na metrópole de Recife. Também aqui a questão da magnitude coloca-se. Em São Paulo, esses trabalhadores representavam apenas 3,7% do total, mas, em termos absolutos (264.436), estavam um pouco abaixo daqueles de Natal (379.566) e acima dos de Maringá (211.459). Curitiba e Porto Alegre destacam-se em função da menor participação do terciário não especializado.

1.2 Mudanças nas estruturas sócio-ocupacionais metropolitanas entre 1991 e 2000

Examinaremos, agora, as principais tendências ocorridas na década de 90, destacando quais foram as alterações nas estruturas sócio-ocupacionais das metrópoles que configuraram o quadro descrito acima referente ao ano de 2000.

Em trabalhos anteriores, havíamos detectado o enorme impacto da crise econômica dos anos 80 sobre o mercado de trabalho metropolitano brasileiro. A queda, em termos relativos, dos operários da indústria ocorreu, na chamada “década perdida”, em todas as metrópoles, no entanto ela foi mais acentuada em São Paulo, onde a participação dessa categoria passou de 32% dos ocupados, em 1980, para 27%, em 1991. A metrópole mais operária do país perdeu seu lugar para Porto Alegre, onde, no final dos anos 80, os operários representavam 29% do total dos ocupados. Belo Horizonte também se destacou em relação ao processo de desindustrialização, ao apresentar um decréscimo no peso dos trabalhadores da indústria de 29% para 25%, no mesmo período. Nesse sentido, as três metrópoles citadas, se comparadas com as regiões do Rio de Janeiro e Recife, onde encontramos maiores percentuais dos trabalhadores manuais do terciário, foram mais afetadas por essa dimensão da crise⁶.

Observando as estruturas sócio-ocupacionais de 1991 e de 2000 (**gráfico 3 e gráfico 4**), verificamos a ocorrência de mudanças significativas, o que nos faz entrever que o fenômeno da desindustrialização atravessou os anos 90. Em todas as metrópoles, com exceção de Maringá e Goiânia, houve queda no percentual dos trabalhadores do secundário, com destaque para Salvador e São Paulo que apresentaram redução em três pontos percentuais. É importante esclarecer que, se olharmos como se comportam as quatro categorias ocupacionais que formam o setor secundário, veremos que, o que explica a exceção de Maringá e Goiânia, é o aumento relativo dos trabalhadores dos serviços auxiliares da indústria (onde o serviço de transporte tem maior peso) e não daqueles inseridos na indústria de transformação. Em todas as metrópoles a participação dos ocupados nos serviços auxiliares aumentou, com destaque para São Paulo e Curitiba. Quanto à indústria da construção civil, as alterações mais significativas foram no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, com aumento relativo, e em Goiânia e em Fortaleza, com queda relativa.

As Ocupações Médias se constituem na segunda grande categoria que apresentou queda relativa em todas as metrópoles, com exceção de Salvador. Também, aqui, é necessário examinarmos as mudanças em cada categoria que compõe o grupo. A redução da participação das ocupações médias é explicada, em primeiro lugar, pela queda, em todas as regiões, das ocupações de escritório, que em 1991 representavam entre 9% e 14% do total de ocupados, e em 2000, entre 7,6% e 10,6%. Outra categoria que apresentou queda relativa em todas as metrópoles, com exceção de Salvador, Fortaleza e Natal, foram as ocupações de supervisão. Em Salvador, o aumento foi significativo, passando de 2,3% para 4,3% do total de ocupados. Essa tendência atípica nas três metrópoles nordestinas pode estar relacionada ao dinamismo da economia do turismo no período.⁷ Ainda em relação às Ocupações Médias, duas categorias apresentaram aumento relativo em todas as regiões: as ocupações técnicas⁸ e as ocupações médias de saúde e educação.

Em contraposição à forte diminuição relativa dos Trabalhadores do Secundário e das Ocupações Médias em grande parte do espaço metropolitano brasileiro, observamos o aumento generalizado da participação dos Trabalhadores do Terciário Especializado e dos Profissionais de Nível Superior, tendência já em curso na década de 80. É possível que parte do operariado da indústria de transformação tenha sido absorvida pelo setor terciário especializado, especialmente

⁶ A desindustrialização é apenas uma das dimensões da crise econômica iniciada nos anos 80. A precarização das relações de trabalho e o achatamento salarial são outras dimensões que afetam diretamente as condições urbanas de vida dos trabalhadores.

⁷ Dentre as ocupações que integram as ocupações de supervisão encontram-se algumas atividades que estão diretamente vinculadas com a economia de turismo, como é o caso dos supervisores da construção civil, os dos serviços de transporte, turismo, hotelaria e administração de edifícios, os gerentes de áreas de apoio, entre outras.

⁸ As ocupações de maior peso entre os técnicos são os representantes comerciais, corretores, desenhistas, técnicos em eletrônica e em programação.

pelo setor de serviços que cresceu relativamente mais do que o setor de comércio. O percentual dos trabalhadores do comércio sofreu pouca alteração em todas as metrópoles, mantendo-se entre 8% e 10%. Por outro lado, os prestadores de serviço especializados⁹ tiveram aumento acima de dois pontos percentuais em todas as regiões e tornaram-se a categoria com o maior peso na estrutura social de seis metrópoles: as quatro localizadas no Nordeste, mais o Rio de Janeiro e Curitiba. Vale destacar o caso de Fortaleza, onde a categoria passou de 5,7% para 10,4%. Aqui também, podemos relacionar o significativo aumento nas metrópoles nordestinas, da participação dos prestadores de serviços à economia do turismo, tendo em vista o elevado peso dos trabalhadores em restaurantes na composição da categoria. O interessante é que em três das quatro regiões nordestinas, os Prestadores de Serviços Não Especializados, segmento mais precarizado na estrutura social, sofreram queda relativa. Somente em Fortaleza o percentual ficou inalterado em 19,4%, em função do pequeno aumento dos trabalhadores domésticos. Em oposição às tendências nas regiões nordestinas, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Goiânia apresentaram aumento relativo dos prestadores não especializados, em função principalmente da elevação do peso dos ambulantes e biscateiros. Cabe destacar a particularidade de São Paulo em relação às demais metrópoles: os trabalhadores domésticos passaram de 6,3% para 7,2% e os ambulantes e biscateiros, de 2,1% para 3,7%. Embora em todas as metrópoles tenha ocorrido um aumento relativo dos ambulantes e biscateiros, em nenhuma os trabalhadores domésticos alcançaram o aumento relativo verificado na maior metrópole do país.

Quanto aos Profissionais de Nível Superior, a crise não bloqueou a expansão dos postos de trabalho de mais alta qualificação, mas apenas os postos vinculados ao setor público. Se olharmos o comportamento das quatro categorias que formam o grupo dos profissionais, fica claro que não foram os estatutários nem os professores as categorias responsáveis pelo aumento relativo dos Profissionais em todas as metrópoles. Na realidade, os estatutários apresentaram queda relativa e os professores mantiveram um percentual próximo do encontrado em 1991 (entre 1,4% e 2,4%). O aumento ocorreu entre os demais profissionais¹⁰, tanto entre os autônomos quanto entre os empregados. Em geral, os percentuais sofreram um aumento de 100%, valendo ressaltar mais uma vez as significativas alterações verificadas nas metrópoles nordestinas, aproximando suas estruturas sociais às do sul-sudeste. Em 1991, Fortaleza e Natal contavam com apenas 0,7% e 0,6% de profissionais autônomos, respectivamente; em 2000, esses percentuais passaram para 2,2% e 2,6%.

Examinando as mudanças nas grandes categorias dos Dirigentes e dos Pequenos Empregadores, Natal novamente destaca-se juntamente com Salvador, por serem as únicas regiões onde os Pequenos Empregadores sofreram um ligeiro aumento relativo. A grande tendência observada no conjunto das metrópoles foi a queda relativa dos grandes e pequenos empregadores e um pequeno aumento no peso dos dirigentes dos setores público e privado. Apenas em São Paulo e Salvador houve queda no percentual dos dirigentes do setor privado.

Por fim, nas metrópoles com percentual ainda significativo de trabalhadores agrícolas, em 1991, observamos a forte redução no peso dessa categoria, especialmente em Fortaleza que caiu de 7,2% para 3,3% em Curitiba, de 4,5% para 2,7% e em Natal, de 6,8% para 4,7%.

⁹ As ocupações de maior peso entre os prestadores de serviços especializados são os garçons, os cozinheiros, os vigilantes e trabalhadores nos serviços de embelezamento.

¹⁰ As ocupações de maior peso entre os profissionais de nível superior são os advogados, os médicos e dentistas, os contadores, os engenheiros e os analistas de sistema.

Parte II – Tendências na segmentação socioespacial das metrópoles nos anos 90

Esta segunda parte do relatório está dividida em cinco partes. Na primeira, apresentaremos os critérios, métodos e técnicas de construção das tipologias socioespaciais, que foi comum a todas as metrópoles. Na segunda, visamos identificar as semelhanças e diferenças dos padrões de segmentação territorial entre as metrópoles, em 2000, relacionando tais padrões às estruturas sociais de cada região. Em seguida, examinaremos quais as principais mudanças e permanências que ocorreram nas metrópoles e entre elas, analisando, simultaneamente, a dimensão temporal (entre 1991 e 2000). No quarto ponto nos deteremos na descrição do modo como os tipos socioespaciais se distribuem pelos territórios das Regiões Metropolitanas, para, num quinto e último momento, fazer algumas considerações acerca do rebatimento das mudanças do mercado de trabalho na conformação dos tipos socioespaciais.

Como já dito na introdução, a intenção aqui é refletir sobre os efeitos da segmentação socioespacial nas relações de classe, partindo dos pressupostos de que: (i) a concentração das classes dominantes no território é uma estratégia de poder, (ii) a concentração dos operários no território pode ser uma estratégia de poder e (iii) a homogeneidade social em territórios com múltiplas carências e abrigando os segmentos mais vulneráveis é um fator de contenção das possibilidades de ação desses segmentos. Assim, vamos focar a análise nos dois fenômenos que configuram socialmente o espaço urbano: a concentração territorial das classes sociais e a homogeneidade social do território.

2.1 Métodos, técnicas, critérios para construção das tipologias socioespaciais

Para a análise da segmentação socioespacial entre 1991 e 2000 e entre as metrópoles, foram consideradas as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia, Maringá e Fortaleza, sendo que para essa última, apenas relativo a 2000¹¹.

A análise foi realizada a partir da correlação entre as categorias sócio-ocupacionais e as unidades espaciais intraurbanas em que cada metrópole foi subdividida. Para o ano de 2000 o IBGE delimitou as áreas de expansão da amostra (AEDs) como unidades territoriais mínimas formadas através da reunião de setores censitários. Os resultados dos dados levantados pelo questionário da amostra aplicado no Censo Demográfico de 2000, ao nível de microdados, somente foram disponibilizados por AEDs.¹²

¹¹ As razões pelas quais não se está levando em consideração as demais regiões metropolitanas, tal como foi feito no tópico anterior são diversas. A primeira delas é que nem todas as equipes tiveram disponibilizadas, depois de inúmeras tentativas junto aos órgãos competentes (inclusive o IBGE), a base cartográfica por setores censitários georeferenciada relativo ao ano de 1991. Esse é o caso das Regiões Metropolitanas de Fortaleza e Natal. No caso das Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife, houve dificuldades técnicas para operacionalização da comparabilidade. Já em se tratando da Região Metropolitana de Curitiba o problema enfrentado foi de ordem institucional.

¹² As áreas de ponderação foram definidas como unidades geográficas formadas por agrupamentos de setores censitários, visando “a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo” (IBGE, 2002). O tamanho dessas áreas em termos de número de domicílios e de população foi estabelecido com a finalidade de garantir a precisão das estimativas e, ao mesmo tempo, de atender a demandas por informações em níveis geográficos menores que os municípios.

As AEDs foram criadas considerando os seguintes critérios: a) o maior nível geográfico utilizado é o município; b) o menor tamanho de uma área de ponderação não municipal é de 400 domicílios particulares ocupados na amostra; c) em alguns municípios as áreas de ponderação foram definidas considerando suas divisões administrativas, respeitando o critério de tamanho mínimo; d) alguns municípios tiveram apenas duas áreas definidas: uma considerando todos os setores do distrito-sede e outra considerando todos os setores dos demais distritos; e) em outros municípios, cujos distritos possuem tamanho que fere o critério de tamanho mínimo, também foram definidas duas áreas: uma constituída por todos os seus

Para efeitos comparativos com os resultados Censo Demográfico de 1991 esta decisão do IBGE em limitar a escala para o uso os microdados em 2000 criou sérios obstáculos em termos metodológicos para a pesquisa. Até 1991 o IBGE disponibilizava as informações por na escala dos setores censitários, o que tornava possível a sua agregação no plano intraurbano em conformidade com critérios mais próximos das realidades a serem pesquisadas, assegurando-se, evidentemente, o cumprimento da exigência da representatividade estatística dos dados da amostra.

Este fato criou uma descontinuidade em termos de comparabilidade em relação às divisões territoriais em escala intraurbana que foram adotados nos estudos sobre a segmentação socioterritorial nos anos de 1980 e 1991. O problema maior foi sentido nas abordagens das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e Recife, que para esses dois anos delimitaram a divisão intraurbana com áreas mínimas constituídas localmente atendendo a algumas exigências não só de tamanho da população como de algumas características socioculturais ou institucionais, como a delimitação de bairros e favelas.

Para o estudo comparativo entre 1991 e 2000 foi necessário fazer adaptações para tornar as áreas intraurbanas ou intramunicipais comparáveis tendo como parâmetro as AEDs, procedimento que se mostrou inviável retroceder para 1980. Isso significou para os pesquisadores envolvidos neste eixo da pesquisa um longo e penoso trabalho de reorganização e readaptação dos setores censitários da malha geográfica de 1991 para tornar as áreas comparáveis com aquelas delimitadas pelas AEDs em 2000. Ocorreram algumas perdas em termos de significado sociocultural nesse processo, especialmente no que diz respeito ao “isolamento” de áreas especiais como é o caso das favelas. Como reúnem um contingente significativo de população elas produzem um viés nas médias de algumas áreas, resultando em uma qualificação do lugar que esconde muitas vezes a presença de espaços mais diversificados socialmente, como ocorreu, particularmente, no Rio de Janeiro onde as favelas se constituem em unidades socioterritoriais com características muito peculiares. Por essa razão, para a cidade pólo da região metropolitana do Rio de Janeiro as AEDs foram prescindidas e os pesquisadores utilizaram um recorte espacial intraurbano que permitiu separar as favelas. Para as demais regiões metropolitanas o recorte territorial adotado para 2000 foram as AEDs que, para efeitos de comparabilidade, foram adaptadas para 1991.

Outro problema enfrentado por algumas equipes para fins de comparação entre 1991 e 2000 diz respeito à delimitação oficial de algumas regiões metropolitanas. Em alguns casos, como os de Porto Alegre e Belo Horizonte, o território metropolitano oficial se alterou de tal maneira que, além de ocorrerem processos de desmembramentos municipais ou a inclusão de novos municípios, também houve casos em que novos municípios oriundos de desmembramento municipal, anteriormente pertencente à região, foram excluídos de algumas aglomerações. Tendo em vista a variedade de problemas enfrentados quanto aos recortes territoriais metropolitanos as equipes estabeleceram seus critérios de comparabilidade entre 1991 e 2000. Destaca-se a situação das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e de Porto Alegre, que para efeitos comparativos tiveram que subtrair em 2000 alguns municípios não metropolitanos em 1991. Os mapas, na seqüência do trabalho, mostram os territórios das regiões metropolitanas consideradas para análise comparativa.

Outro problema de ordem metodológica que deve ser destacado diz respeito a grande disparidade existente entre as regiões metropolitanas objeto de comparação. Uma dessas

setores urbanos e outra por todos os seus setores rurais, mesmo que isso significasse setores não contíguos; f) para um conjunto de municípios grandes em termos de população, foi feita uma consulta aos órgãos de planejamento municipal para a definição das áreas de ponderação. Nesses municípios também foram considerados os critérios de tamanho mínimo e de contigüidade do conjunto de setores para a definição das áreas. Os municípios que não se enquadraram nas quatro primeiras situações descritas acima “tiveram suas áreas de ponderação definidas automaticamente, usando uma metodologia de agregação de setores implementada por meio de um sistema computacional que faz uso de informações georreferenciadas especialmente desenvolvido”. “Essa metodologia considera os critérios de tamanho mínimo, vizinhança entre os setores e a homogeneidade dos setores em relação a um conjunto de características conhecidas para o universo no nível dos setores. Entre as 15 variáveis utilizadas constavam, por exemplo: rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios no setor, número médio de pessoas por domicílio particular permanente, proporção de domicílios particulares permanentes ligados à rede geral de água, média de anos de estudo dos responsáveis por domicílios” (IBGE, 2002).

dessemelhanças pode ser conferida no **gráfico 5** que mostra o total de AEDs que integra cada uma das regiões metropolitanas analisadas. A Região Metropolitana de São Paulo tem o dobro de áreas em relação à do Rio de Janeiro e mais que o quádruplo das de Porto Alegre e de Belo Horizonte. A desproporção também é muito grande quando se compara as AEDs dessas duas últimas regiões metropolitanas com as de Fortaleza, de Goiânia e de Maringá. Essa desigualdade se reflete nas mesmas proporções em termos de grandeza quando se compara o tamanho da população de cada região metropolitana (**gráfico 6**). Apesar dessas dificuldades, tornou-se confiável a comparabilidade no que diz respeito aos processos e dinâmicas, uma vez que sempre trabalhamos com grandezas relativas sem desconsiderar especificidades locais. Além do mais, foi utilizada para todas as regiões a mesma metodologia no que diz respeito à organização e ao tratamento dos dados, assim como foi utilizado o mesmo software estatístico (StatLab).

Além da disparidade regional, outra modificação adotada pelo IBGE na coleta de dados para o Censo Demográfico de 2000 acarretou em grandes prejuízos em termos analíticos. Enquanto em 1991 o universo da população ocupada foi levantada levando em conta a situação nos últimos doze meses anteriores à coleta, em 2000 esse universo só foi considerado relativo à última semana de referência antes do Censo. Essa disparidade repercutiu diretamente no volume de ocupados classificados segundo a CBO conforme mencionado no tópico anterior.

Portanto, o que se compara não são grandezas absolutas, mas grandezas relativas, que possibilitam traçar ou identificar perfis e movimentos comuns entre as regiões metropolitanas. Um indicador que corrobora essas possibilidades comparativas é o aumento no percentual da população ocupada entre 1991 e 2000 que ocorreu de forma muito diferenciada entre as regiões metropolitanas, como mostra o **gráfico 7**. Mas outros indicadores demográficos não puderam ser trabalhados, sob pena de se incorrer em graves distorções nos resultados, como é o caso da taxa de crescimento da população ocupada entre 1991 e 2000. Contudo, é possível partir de uma idéia de aumento relativo mínimo dessa população. Nesses termos, destaca-se a Região Metropolitana de Maringá que acusou um aumento percentual entre os ocupados na ordem de 50%, enquanto no Rio de Janeiro o aumento ficou em torno dos 12%, o menor entre as regiões comparadas (**gráfico 7**). Em casos como esse entram as especificidades regionais: enquanto em Marign[a os 50% representam um pouco mais de 61 mil trabalhadores, os 12% do Rio de Janeiro totalizam mais de 460 mil ocupados, cifra que se aproxima à totalidade da população trabalhadora da Região Metropolitana de Goiânia. Para reter essas grandezas, se formos considerar o que representaram os 21% de aumento relativo dos ocupados na região de São Paulo (um contingente de 1.232.956 trabalhadores), veremos que correspondem mais ou menos ao total dos ocupados da de Porto Alegre ou de Belo Horizonte, em 1991.

Ou seja, ao se analisarem os perfis e as características da segmentação socioespacial das metrópoles consideradas, essas diferenças, não só em termos de grandeza demográfica como econômica e sociocultural, foram consideradas, mesmo se nem sempre explicitamente.

O trabalho da construção das tipologias socioespaciais foi realizado com base em técnicas estatísticas levando em consideração não só dados quantitativos, mas inserindo o território como variável substantiva. Para tanto, foram cruzadas as informações referentes às 24 categorias socioocupacionais e as AEDs ou áreas homogêneas como no Rio de Janeiro. Através de uma análise fatorial por correspondência da distribuição das categorias sócio-ocupacionais por cada uma das áreas em que foi desagregada cada região aqui analisada, seguida de uma classificação hierárquica ascendente, chegou-se a diferentes agrupamentos de áreas com perfis semelhantes, que resultaram das distinções entre as estruturas ocupacionais e dos processos de organização social do espaço em cada metrópole. A identificação de tais grupos está fundada na relação do perfil médio da composição sócio-ocupacional de cada área com o perfil médio da metrópole como um todo. Feita a identificação dos grupos de AEDs para 1991 e para 2000 a definição tipológica dos grupos foi realizada levando em consideração a análise de três indicadores:

a) **Perfil socioocupacional:** revela, em cada um dos tipos de agrupamentos de AEDs, quais as CATs que são responsáveis ou preponderantes para a sua conformação. Esse indicador é o resultado

da divisão do número dos ocupados classificados em cada uma das 24 CATs pelo valor total dos ocupados no tipo. Trata-se da estrutura social de cada tipo, que expõe o peso de cada categoria na sua constituição.

b) **Distribuição relativa das categorias** socioocupacionais segundo os tipos de áreas: objetiva conhecer a distribuição relativa de cada uma das CATs nos tipos em que os espaços metropolitanos foram hierarquizados. Com isso se pode identificar se há concentração de alguma categoria em um tipo de AED.

c) **Índice de densidade** relativa: medida que permite conhecer o peso que cada categoria representa em cada tipo de espaço (AEDs), frente ao seu significado no conjunto da Região. Essa medida obtém-se dividindo a média de cada CAT em cada tipo pela sua média na metrópole.

Com base nesses indicadores, os grupos de áreas foram nomeados segundo suas principais características socioocupacionais internas e segundo as diferenciações que apresentam entre si. Como resultado, todas as regiões conformam uma hierarquia que reúne tipos socioespaciais “superiores”, “médios”, “operários”, “populares” e “agrícolas”, que foram subdivididos de acordo com as especificidades internas de cada agrupamento em cada uma das regiões metropolitanas.

Uma caracterização ampla de cada um dos tipos socioespaciais acima referidos, levando em conta o perfil sócio-ocupacional predominante em cada agrupamento, significa, basicamente, que: as áreas de **tipos “superiores”** se definem pelas maiores densidades das categorias dos dirigentes e dos profissionais de nível superior, sendo que, em alguns casos, os pequenos empregadores e as ocupações médias dividem importância com elas. As áreas de **tipo “médios”** são marcadas por uma forte presença das ocupações médias, muito embora elas não se encontrem tão concentradas num determinado tipo como as demais categorias, uma vez que uma das características dos estratos médios é a sua maior dispersão residencial no território. Essa dispersão revela misturas sociais variadas, seja com as categorias de profissionais, seja com as ocupações terciárias ou secundárias. Já as áreas de **tipos “operários”** definem os espaços onde a moradia dos trabalhadores do setor secundário da economia tem significado estatístico relevante. Quando a moradia dos operários se mistura socialmente no território, isso corre, via de regra, com os setores populares, representados pelos trabalhadores manuais pouco qualificados, da construção civil e do terciário não especializado. Estes últimos, por sua vez, se constituem nas categorias definidoras das áreas de **tipo “populares”**, enquanto as áreas de **tipos “agrícolas”**, minoritárias em todas as regiões metropolitanas e localizadas em zonas onde a produção primária ainda é muito significativa, se definem, essencialmente, pelas densidades excessivamente elevadas de trabalhadores ligados ao mundo agrícola.

2.2 Padrão de segmentação socioespacial das metrópoles em 2000

O primeiro olhar sobre o padrão de segmentação socioespacial encontrado da análise diz respeito ao grau de complexidade das estruturas metropolitanas em 2000, levando em consideração o número e a diversidade de tipos encontrados em cada região, e destacando as especificidades de cada localidade.

Observando a distribuição dos tipos socioespaciais em cada uma das regiões metropolitanas, reveladas pelas **tabelas de 2 a 8**, e sintetizadas no **quadro 5**, descobrimos que existem diferentes níveis de complexidade do padrão de organização social dos territórios, e que a expressão dessa diversidade social não está adstrita ao porte ou importância sócio-econômica de cada região no contexto nacional.

As metrópoles com estruturas socioespaciais mais complexas são as de São Paulo, Porte Alegre e Belo Horizonte. As estruturas socialmente mais simples correspondem ao Rio de Janeiro e Goiânia, tendo em vista a pouca diversificação de tipos encontrados. E, áreas com características evidentes de polarização social no espaço de moradia foram detectadas em Belo Horizonte (superiores com populares) e em Porto Alegre (superiores com operários).

Porto Alegre e São Paulo eram, em 2000, as regiões com maior número de tipos (13 e 12, respectivamente), apresentando, portanto, uma elevada complexidade nas suas configurações sócio-territoriais. No entanto, são complexidades de natureza distinta: enquanto em Porto Alegre, a região mais operária dentro do universo da pesquisa, os tipos socioespaciais operários predominam (cinco tipos), em São Paulo, a distribuição dos tipos é mais equilibrada (são três tipos operários e três populares). Belo Horizonte também apresenta uma significativa complexidade (10 tipos), sendo que quatro têm perfil operário. O Rio de Janeiro apresenta menor complexidade, tendo sido identificados oito tipos. Fortaleza, Goiânia e Maringá, de menor dimensão, tinham estruturas mais simples, sendo Maringá aquela com menor número de tipos: apenas cinco.

Porto Alegre e Belo Horizonte se destacam pela elevada diversidade de tipos operários, que se distinguem em função da maior concentração de trabalhadores da indústria moderna ou tradicional, e do grau de diversidade social (presença significativa de setores médios ou setores populares).

Todas as regiões apresentavam, em 2000, áreas de tipo superior, ou seja, áreas marcadas por elevada densidade dos dirigentes e profissionais de nível superior. Mas, apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Maringá possuíam também áreas de tipo superior-médio, revelando uma mescla da moradia das elites com pequenos empregadores trabalhadores e com as ocupações médias.

As áreas com um padrão tipicamente médio foram encontradas em quatro das sete regiões (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Goiânia). Como já referimos acima, a moradia dos estratos médios dos trabalhadores urbanos, se dispersa mais pelo território do que as outras categorias, sendo as áreas de tipos médios as mais heterogêneas socialmente. Há espaços onde apesar da presença das camadas médias também ser intensa, também é muito significativo o peso da moradia de outras categorias, particularmente as camadas superiores – conformando um tipo médio superior em 2000 em todas as regiões, com exceção da do Rio de Janeiro. Nesta metrópole, o espaço de moradia dos estratos médios é dividido com os trabalhadores do terciário não especializado, por isso foi caracterizado o tipo médio inferior. Porto Alegre também se distingue por ser a única metrópole onde foram identificados dois tipos particulares associados aos médios: o médio emergente, que se constituem em espaços onde a moradia das camadas médias coincide com estratos dos dirigentes, e o tipo médio heterogêneo, que são espaços onde as categorias médias dividem espaço de moradia com profissionais autônomos e empregados de nível superior, com trabalhadores do terciário especializado e com trabalhadores do terciário não especializado. São áreas, portanto, onde se verifica maior nível de heterogeneidade social no território.

A Região Metropolitana de Porto Alegre também se destaca em relação aos tipos operários, tendo em vista ser a única metrópole onde foram detectados espaços tipicamente operários, abrigando a moradia de trabalhadores da indústria tradicional, ligada ao setor coureiro-calçadista. Essa metrópole, além do mais, é onde o universo dos operários predomina, uma vez que foram encontrados em 2000 com cinco tipos operários (polarizado, moderno-médio, moderno, moderno-popular, e tradicional). Em Belo Horizonte a presença dos trabalhadores do secundário também teve grande importância na conformação social do espaço, tendo sido identificados quatro tipos tipicamente operários (moderno-médio, moderno, popular, e popular-agrícola). As metrópoles de perfil menos operárias são as do Rio de Janeiro e de Goiânia, onde só foi encontrado um tipo em que a moradia dos operários era mesclada com a das camadas populares (tipo operário-popular).

Quanto ao tipo popular, salta à vista que a região de Maringá foi a única região onde esse não aparece em 2000. São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte são as regiões onde a moradia das camadas populares mais se diversifica, tendo sido encontrado, em cada uma delas, três combinações de tipos populares. Em São Paulo e no Rio de Janeiro as categorias definidoras dos tipos populares, que são os trabalhadores da construção civil junto com o terciário não especializado, dividem espaços de moradia ou com os agricultores ou com operários. Em Belo Horizonte, além de um grupo de tipo popular operário, foi identificado um de tipo popular polarizado onde o “povo” divide espaço de moradia com dirigentes e profissionais de nível superior.

Quadro 5

Resumo das tipologias das Regiões Metropolitanas (RM). 1991 e 2000

RM	ANO	TIPOS SUPERIORES	TIPOS MÉDIOS	TIPOS OPERÁRIOS	TIPOS POPULARES	TIPOS AGRÍCOLAS
SÃO PAULO	1991	Superior Superior -Médio	Médio -Superior Médio Médio-Operário	Operário Operário-Moderno Operário-Popular	Popular Popular-Agrícola	Agrícola
	2000	Superior Superior -Médio	Médio -Superior Médio	Operário Operário-Moderno Operário-Popular	Popular Popular-Operário Popular-Agrícola	Agrícola-Popular Agrícola
RIO DE JANEIRO	1991	Superior Superior-Médio	Médio	Operário-Popular	Popular-Operário Popular Popular-Agrícola	Agrícola-Popular
	2000	Superior Superior médio	Médio Médio-Inferior	Operário-Popular	Popular-Operário Popular Popular-Agrícola	
BELO HORIZONTE	1991	Superior	Médio-Superior Médio Médio-Operário	Operário moderno Operário-Popular Operário popular-Agrícola	Popular Popular polarizado Popular-Agrícola	
	2000	Superior	Médio-Superior Médio	Operário moderno-Médio Operário moderno Operário-Popular Operário-Popular-Agrícola	Popular polarizado Popular-Operário Popular-Agrícola	
PORTO ALEGRE	1991	Superior Superior-Médio	Médio-Superior Médio	Operário polarizado Operário moderno Operário moderno-Popular Operário tradicional Operário tradicional-Popular	Popular-Médio Popular	Agrícola-Popular
	2000	Superior Superior-Médio	Médio-Superior Médio emergente Médio heterogêneo	Operário polarizado Operário moderno-Médio Operário moderno Operário moderno-Popular Operário tradicional	Popular Popular-Agrícola	Agrícola-Popular
GOIÂNIA	1991	Superior	Médio	Operário-Popular	Popular operário Popular Popular agrícola	Agrícola popular
	2000	Superior	Médio-Superior Médio	Operário-Popular	Popular	Agrícola-Popular
MARINGÁ	1991	Superior-Médio	Médio -Inferior	Operário Popular	Popular-Operário	Agrícola -Heterogêneo
	2000	Superior-Médio	Médio-Superior	Operário Popular Operário médio e popular		Agrícola Operário
FORTALEZA	1991					
	2000	Superior	Médio-Superior	Operário-Médio Operário tradicional e popular Operário popular	Popular	Agrícola-Popular

Resumindo: levando em consideração os tipos encontrados, as principais características sociais dos territórios metropolitanos, em 2000, podem ser assim resumidas: São Paulo apresenta um padrão médio e operário, que em conjunto representam 60% das áreas, apesar de não deixar de ser significativo o fato de que mais de 20% das áreas serem de tipo superior, o maior percentual entre todas as regiões. Também se apresentam com um padrão tipicamente médio e operário as regiões de Belo Horizonte (totalizando 80% das áreas), Goiânia (com 71% das áreas) e Porto Alegre (70%). No Rio de Janeiro o padrão social do território nesse ano é médio e popular (com 75% das áreas); em Maringá é operário e agrícola (86%). Fortaleza, por seu turno, se caracteriza como

absolutamente operária, tendo em vista que mais de 50% do território é ocupado por mais de 50% da população no tipo operário. Esse é um fenômeno muito revelador de um dos efeitos do processo de reestruturação produtiva na década de 1990, que implicou, entre outros fatores, no rearranjo das unidades de produção, particularmente da indústria do calçado, em que importantes plantas migraram do Rio Grande do Sul (região calçadista do Vale dos Sinos localizado na RMPA) para o nordeste

2.3 Mudanças e permanências entre 1991 e 2000 nos padrões de segmentação socioespacial

Neste tópico analisamos os movimentos gerais ocorridos no processo de segmentação socioespacial das regiões metropolitanas, confrontando o aumento relativo das AEDs ao da população ocupada, entre 1991 e 2000, segundo o conjunto dos tipos superior, médio, operário, popular e agrícola entre as regiões metropolitanas (**do gráfico 8 ao gráfico 21**¹³).

A idéia geral é que a proporção muito baixa de áreas em determinado tipo com altos percentuais de população, aponta para processos de concentração do tipo nos espaços correspondentes. Contrariamente, um alto percentual de áreas no tipo, associado a baixo percentual de população, é revelador de dispersão (maior ou menor) da moradia dos ocupados naquele tipo, naquele território. O que pretendemos destacar, em síntese, é se houve aumento ou diminuição relativa de AEDs de determinado tipo em relação à população. Ao mesmo tempo, verificar em quais os tipos e regiões metropolitanas foram observados movimentos mais significativos reveladores de esvaziamento ou de maior concentração de ocupados em cada tipo de área.

Na Região Metropolitana de São Paulo os tipos superiores eram mais concentrados em 1991 do que em 2000, visto que a proporção de áreas desse tipo era menor do que a de população. Já em 2000 ambos indicadores permanecem no mesmo patamar (um pouco mais de 20%). Ao mesmo tempo, observa-se ganho dos segmentos médios e diminuição de espaços operários, tanto em áreas como em população. Porém, as áreas operárias **diminuem** proporcionalmente menos do que a população, o que pode significar densificação espacial. Intensifica-se também, porém em maiores proporções, a densificação nos tipos populares, uma vez que se amplia positivamente a diferença entre a proporção de população em relação a de áreas nesse tipo.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro chama atenção o fato de que se reduziram, consideravelmente, os espaços operários, que com ampliação quase nas mesmas proporções das áreas populares. A característica central dessa região metropolitana é que, em 1991, ela era predominantemente de tipos médio e operário, tendo-se adquirido, em 2000, nítidos contornos de tipos médio e popular. O crescimento relativo tanto de áreas como de população nos tipos populares da metrópole fluminense revela que os pobres da metrópole não só concentraram sua moradia no espaço como ocuparam mais espaços em 2000. Ao mesmo tempo, o território dos tipos médios sofreu leve ampliação, mas com perda relativa de população. Como característica central, podemos dizer que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro não só se popularizou como foi a que mais se desproletarizou entre o conjunto das seis regiões consideradas, uma vez que registrou perda significativa tanto de áreas como de população no tipo operário.

Comparando as duas maiores metrópoles do Brasil, observa-se, portanto, que tanto a paulista como a fluminense apresentaram diminuição dos espaços operários, mas, no Rio de Janeiro, a polarização social ficou mais acentuada.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, manteve a mesma estrutura entre 1991 e 2000 e, o que mudou, mudou pouco: trata-se de uma região metropolitana com perfil predominantemente

¹³ Originadas a partir das **tabelas de 2 a 8**. A Região Metropolitana de Fortaleza não é considerada quando se trata de comparar a situação de 2000 face a de 1991.

médio e operário. Quase metade das áreas e da população era e permaneceu operária. Não tem áreas de tipo agrícola, e as áreas populares se densificaram muito.

Essa característica de metrópole caracteristicamente operária será encontrada também na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde as cifras percentuais indicam que quase a metade da população e das áreas era e permaneceu de tipo operário. As diferenças da região gaúcha em relação à mineira reside, em primeiro lugar, na queda da importância dos tipos médios na segunda e na tendência inversa na primeira. A segunda diferença refere-se ao aumento dos tipos populares: densificação em Belo Horizonte e significativa redução área em Porto Alegre.

Em comparação às demais regiões, a metrópole do extremo sul do País é, no entanto, a única onde aumentou a participação de áreas de tipo superior sem que houvesse substancial diminuição da população. Nas demais metrópoles o número de áreas desse tipo sofreu queda.

Goiânia foi a metrópole que se tornou menos polarizada, uma vez que diminuiu em quase a metade o percentual das áreas populares e quase duplicou a participação tanto das áreas operárias como das áreas médias. O território metropolitano goiano que, em 1991, tinha características que mesclavam os tipos médio e popular se tornou mais médio e operário.

Já a Região Metropolitana de Maringá apresentou um diferencial importante em relação às demais metrópoles, tendo em vista o tamanho do tipo agrícola. A perda de população em 2000, sem que tenha diminuído o percentual de áreas indica movimento de esvaziamento. Além disso, tem outros processos muito acentuados: os tipos médios, que em 1991 estavam amplamente dispersos no território (7,6% da população em 34,5% das áreas), sofreram brusca retração, principalmente no percentual de áreas médias (em 2000 era 6,9% de AEDs e 1,7% da população nos tipos médios), e os tipos operários aumentaram consideravelmente, tanto no percentual de áreas (de 13,8% em 1991 foi para 48,3% em 2000) como de população (de 12,6% para 54,7%).

Em síntese, se fossemos **atribuir uma característica específica a cada região metropolitana**, diríamos que a de São Paulo é a mais elitizada, se considerarmos o percentual de áreas de tipos superiores, bem acima do encontrado nas demais metrópoles. Também é na região paulista onde se verifica um relativo equilíbrio entre os tipos médios e operários. Já o Rio de Janeiro é a metrópole onde os processos de popularização são mais fortemente evidentes, tendo em vista que tanto as áreas quanto a população nos tipos populares praticamente duplicou, superando o tamanho dos tipos médios. As regiões metropolitanas de Belo Horizonte e de Porto Alegre, por seu turno, são aquelas que podem ser caracterizadas como eminentemente operárias, segundo o critério do percentual de áreas desse tipo. Em ambas, bem mais de 40% tanto das áreas como da população são desse tipo, tendo aumentado entre um ano e outro. Mas tem outro movimento contrário acontecendo nessas duas metrópoles. Enquanto a de Belo Horizonte se populariza, a de Porto Alegre se elitiza, com aumento dos tipos superior e médio. A região característica do centro-oeste brasileiro também se elitizou de certa forma, tendo em vista o aumento relativo considerável que os tipos médios sofreram. Já em Maringá o movimento foi de relativa proletarização, tendo em vista que não só o tipo popular encontrado em 1991 deixa de existir em 2000, como quase que quadriplica o percentual tanto de áreas como de população no tipo operário.

Para a análise das mudanças e permanência no padrão de segmentação sócio-territorial das metrópoles brasileira, entre 1991 e 2000, realizamos, também, uma comparação estrita de cada um dos cinco grandes conjuntos de tipos (superiores, médios, operário, populares e agrícolas) no que diz respeito ao volume de população em cada tipo

A dimensão demográfica é um dos elementos que aponta para a complexidade da formação histórica e que explica, em grandes proporções, o dinamismo econômico de uma região ou localidade, variáveis que não podem ser desconsideradas sempre que se faz análise comparativa. Como já referido acima, as regiões metropolitanas apresentam diferencial muito grande no que diz respeito no papel que ocupam na rede nacional. Nos **gráficos 22 ao 26** encontramos a distribuição absoluta dos ocupados metropolitanos segundo os tipos socioespaciais, levando em consideração de três conjuntos passíveis de comparação nesta perspectiva: São Paulo e Rio de Janeiro (com mais de

quatro milhões de ocupados em 2000), Belo Horizonte e Porto Alegre (em torno de um milhão e meio de ocupados), e Goiânia e Maringá (até mais ou menos setecentos mil de ocupados) (**gráfico 6**).

Em praticamente todos os tipos, a primazia demográfica da Região Metropolitana de São Paulo é notória frente às outras regiões metropolitanas, à exceção do tipo popular que, em 2000, reúne, no Rio de Janeiro, mais de 1,5 milhões de trabalhadores, ao passo que, em São Paulo, essa cifra não chega a 1,3 milhões de ocupados.

No tipo superior, São Paulo reúne três vezes mais ocupados do que no Rio de Janeiro (cerca de 1,4 milhões e 500 mil, respectivamente). Em terceiro lugar, mas num patamar bem abaixo dessas duas regiões, encontra-se Porto Alegre, com quase 200 mil ocupados nesse tipo.

Quanto aos tipos médios, chama atenção o aumento significativo de população que ocorreu em São Paulo entre 1991 e 2000 (tendo passado de 1,7 milhões para 2,2 milhões entre um ano e outro). Neste caso, a diferença em relação ao Rio de Janeiro (1,4 milhões em 2000) não é tão intensa como no tipo superior. Nesses tipos, a terceira região que se destaca é a de Belo Horizonte, com quase quinhentos mil trabalhadores morando em áreas de tipo médio.

Nos tipos operários, obviamente o maior volume populacional é de São Paulo. Mas, contraposto com o Rio de Janeiro o que se observa é que, enquanto em São Paulo, aumentou em mais de trezentos mil os ocupados no tipo, no Rio de Janeiro, a diferença que já existia em 1991 se intensificou de modo alarmante, pois o contingente de operários nessa metrópole se reduziu quase à metade (eram quase 1,2 milhões em 1991 e não chegam a 700 mil em 2000. Em Belo Horizonte, seguido de Porto Alegre, no entanto, malgrado os problemas metodológicos ocorridos na coleta dos dados, os ocupados no tipo operário teve importante aumento absoluto.

Quanto aos tipos populares, a primazia em termos absolutos passa a ser do Rio de Janeiro, que em relação a 1991 teve um aumento superior oitocentos mil trabalhadores. Em São Paulo, a diferença positiva de ocupados nesse tipo é de um pouco mais de quinhentos mil. Em Belo Horizonte e em Porto Alegre, por seu turno, aconteceram movimentos inversos: enquanto na primeira praticamente duplicou a volume de ocupados residentes em áreas de tipo popular, na segunda metrópole houve uma redução de cerca de um terço dessa população.

Um último elemento de comparação no que diz respeito ao modo diferenciado como ocorreram as mudanças entre as regiões metropolitanas, pode ser conferido no conjunto de **gráficos de número 27 ao número 31**, onde são apresentados, lado a lado, os percentuais de AEDs e de população ocupada de cada região metropolitana, nos dois anos censitários, segundo os tipos. Com isto, pretendemos dar uma visão de conjunto dos processos de segmentação social dos espaços e verificar até que ponto pode-se dizer que houve concentração ou esvaziamento da população em determinado tipo nas regiões, independentemente do seu porte demográfico.

A Região Metropolitana de São Paulo, em relação às demais regiões, é a que reúne, no **tipo superior**, o maior percentual de áreas e de população tanto em 1991 como em 2000, sendo notável a diferença que ostenta em relação ao Rio de Janeiro. Em 2000, enquanto quase 28% das AEDs e 20,5% da população ocupada de São Paulo eram de tipo superior, no Rio de Janeiro esses percentuais atingiam o patamar de 13,7% e 12,4% respectivamente. Apesar de representar aumento em relação a 1991, o “tamanho” do tipo superior no conjunto da metrópole carioca ainda fica muito aquém do encontrado em São Paulo. Entre as regiões de Belo Horizonte e Porto Alegre também se percebem diferenças significativas. Tanto a proporção de população como das áreas de tipo superior em Porto Alegre são, em 2000, praticamente o dobro do encontrado em Belo Horizonte. Comparando um ano ao outro observamos que a proporção de áreas desse tipo cresceu bem mais do que a proporção de população que, em São Paulo, Belo Horizonte e Goiânia, permaneceu praticamente inalterada. De modo geral pode-se dizer que em todas as regiões, o local de moradia dos dirigentes e dos profissionais de nível superior avançou no território.

A metrópole onde prevalecem os **tipos médios** é Goiânia onde, em 2000, mais de 40% tanto das áreas como da população estava classificada nesse tipo. Comparativamente com 1991, também

foi nessa região metropolitana onde aumentou de modo significativo o peso desse tipo no conjunto do território (em 14,7 pontos percentuais as áreas e em cinco pontos percentuais a população). Maringá é a metrópole com menor participação dos tipos médios na estrutura socioespacial, com perda expressiva de 36,9 pontos percentuais no percentual de AEDs e 5,2 pontos percentuais de população. Comparando 1991 e 2000, cabe registro que em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Goiânia, tanto as áreas como a população aumentaram em importância, revelando processos de expansão das categorias médias pelos territórios metropolitanos. Em Belo Horizonte, porém, aumentou o percentual de áreas e caiu o de população, o que poderá ser indicativo de esvaziamento seletivo nesses territórios.

Quanto aos **tipos operários**, o movimento observado é bem mais complexo do que nos tipos anteriores. Em primeiro lugar, paradoxalmente, a metrópole que, em 2000, esse tipo era mais significativo em termos relativos, com base na proporção de áreas e na proporção de população, era uma metrópole nordestina, Fortaleza, com 57% das AEDs e quase 61% da população classificadas como operária. Isso tem, certamente, um impacto não só relativo, mas, também, absoluto se levarmos em conta que esse percentual de população representava 637.363 trabalhadores, mais ou menos o equivalente aos operários nos tipos operários da Região Metropolitana de Porto Alegre (657.239).¹⁴

Belo Horizonte e Porto Alegre se assemelham no perfil dos tipos operários, visto que mais de 40% tanto das áreas como da população se concentravam nesse tipo. Só que enquanto na primeira a situação se encontrava relativamente estagnada, na segunda houve, entre 1991 e 2000, um ligeiro decréscimo tanto no percentual de áreas como de população nesse tipo, tal como ocorreu em São Paulo.

A metrópole de menor impacto operário era o Rio de Janeiro que, em 2000, tinha 16% da população nesse tipo, distribuídos em mais de 30% do território, bem o contrário de Maringá, em que apenas 12,6% do território concentravam a moradia de 54,7% dos operários. Aliás, tanto numa como noutra região metropolitana, diminuiu, entre 1991 e 2000, o percentual de áreas nesse tipo e aumentou o de população, revelando intensificação no processo de concentração.

O mesmo padrão de concentração no território encontrado entre os tipos operários em Maringá é observado no Rio de Janeiro, quando se analisam os tipos populares. No Rio de Janeiro, 37% da população nesse tipo tinham sua moradia “apinhada” em apenas 19% do território metropolitano. É a situação mais típica entre os populares, ainda que ao longo da década tenha havido decréscimo relativo tanto de áreas como de população. Perda de espaços de tipos populares também ocorreu em São Paulo e Goiânia. Em Belo Horizonte houve aumento da concentração e em Porto Alegre a situação ficou praticamente inalterada. Maringá, por sua vez, perdeu, em 2000, o tipo popular que, em 1991 era extremamente concentrado (quase 28% da população ocupava 3,4% do território).

Por fim, o **tipo agrícola**, onde a maior expressão se encontrava justamente na metrópole do oeste paranaense que, embora em decréscimo em 2000, se manteve reveladora do sentido de uma metrópole para além da aglomeração urbana central na hierarquia urbana do Estado. Mais de 36% do território maringanense e 29% da moradia dos trabalhadores constituíam o tipo agrícola nessa região. Outro destaque deve ser dado, por outro lado, para a metrópole mineira, onde não foi identificado nenhum tipo agrícola.

2.4 Rebatimento das mudanças do mercado de trabalho na conformação dos tipos socioespaciais

Neste tópico nos detivemos na análise dos rebatimentos das mudanças do mercado de trabalho nos tipos, entre 1991 e 2000, levando em consideração quais as categorias

¹⁴ Infelizmente não é possível averiguar a situação de Fortaleza no ano de 1991, visto que interessaria saber se nessa década já havia indícios nesse sentido.

socioocupacionais foram determinantes para a configuração dos tipos. A questão que está na pauta é se houve aumento ou diminuição relativa de categorias socioocupacionais em determinados tipos (homogeneidade social), e em quais metrópoles essas alterações se manifestaram com maior ou menor intensidade. (**tabelas 9 a 20**)

É necessário esclarecer que para efeitos dessa análise interna do peso das categorias na determinação dos tipos, só foram considerados os casos em que a mesma tipologia tenha ocorrido nos dois anos, uma vez que se pretende neste item detectar o que mudou na composição das ocupações quando da definição dos tipos.¹⁵ No Quadro 5, onde estão especificadas as tipologias de todas as regiões metropolitanas, é possível conferir quais as que se repetem nos dois anos considerados.

Tipos superiores

As regiões metropolitanas onde foram identificadas áreas de **tipo superior (Tabela 9 e Tabela 10)**, tanto em 1991 com em 2000, foram as de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, de Porto Alegre e de Goiânia.

- Em 1991, o baixo grau de homogeneidade das áreas de tipo superior (em torno de 30% de Dirigentes somados aos Profissionais de Nível Superior) era bem semelhante entre a maioria das metrópoles, destoando apenas em Goiânia onde o peso dessas categorias nos tipos superiores foi de 24% .

Em 2000, ocorreram alterações no padrão de homogeneidade entre as AEDs de tipo superior entre as regiões metropolitanas. No Rio de Janeiro as categorias que definem esses tipos somavam 42%, seguidas de perto por Porto Alegre e Belo Horizonte (39%), vindo Goiânia e São Paulo em terceiro lugar (34% e 31%, respectivamente).

Mas o espaço das elites não ficou apenas mais homogêneo em 2000, frente a 1991, como ficou também mais concentrado, especialmente no Rio de Janeiro, onde a densidade dos dirigentes em áreas de tipo superior passou de 5,4 para 8,0, a maior diferença encontrada entre as metrópoles. Em São Paulo a concentração das elites também aumentou um pouco, porém menos intensivamente (a densidade dos dirigentes era de 3,9 em 1991 e passou para 4,3 em 2000). Nas demais regiões, à exceção de Maringá onde a moradia dos dirigentes ficou menos concentrada (6,0 no primeiro ano e 4,0 no segundo) as alterações foram pequenas. Quanto à presença concentrada de profissionais de nível superior nessas áreas, as mudanças não foram tão significativas.

A elitização das áreas de moradia das elites veio acompanhada pela queda relativa dos trabalhadores do secundário e do terciário não especializado (especialmente as domésticas), categorias essas que ficaram reduzidas praticamente à metade.

O **tipo superior médio** ocorreu em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em Maringá. Em todas essas regiões, as ocupações médias tiveram, em 2000, diminuída sua participação nas áreas de tipo médio superior, variação que representou desde menos 11,33 pontos percentuais em Maringá até menos 2,46 pontos percentuais em São Paulo. No que diz respeito às demais ocupações que conformam esse tipo, em todas aumentou a participação dos trabalhadores do terciário e diminuiu a dos operários do secundário. Maringá apresentou uma situação particular: em 1991 a participação dos trabalhadores do secundário e do terciário não especializado era zero; em 2000, foi para 6,9% e 6,7%, respectivamente.

Tipos médios

As metrópoles apresentaram tendências bastante diferenciadas quando se trata dos **tipos médios (Tabela 11 e Tabela 12)**. Como nem sempre houve correspondência do mesmo tipo entre um

¹⁵ A Região Metropolitana de Fortaleza não foi considerada neste tópico de análise visto que só efetuou análise para o ano de 2000.

ano e outro em todas as regiões, se torna mais complexa a análise das mudanças entre 1991 e 2000. São passíveis de comparação o tipo médio superior e o tipo médio.

Tipo médio superior: foi encontrado nos dois anos apenas em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Contudo, as mudanças ocorreram por fatores um pouco diferenciados nessas metrópoles. Em São Paulo, as ocupações médias tiveram reduzida sua participação, enquanto aumentou a dos profissionais de nível superior, a dos trabalhadores do terciário especializado e a dos trabalhadores do terciário não especializado. Em Belo Horizonte, a participação das ocupações médias também se reduziu e cresceu a dos profissionais de nível superior e a dos trabalhadores do terciário. Em Porto Alegre, ao contrário, houve crescimento relativo das ocupações médias, dos pequenos empregadores e dos profissionais de nível superior, ao mesmo tempo em que diminuiu de importância o peso das categorias operárias. De modo geral, a densidade relativa das categorias definidoras do tipo médio superior não se alterou muito entre um ano e outro. A alteração mais significativa aconteceu na RMPA, em que os pequenos empregadores passaram de 1,1 para 1,8 entre 1991 e 2000.

O **tipo médio** foi encontrado nos dois anos nas regiões de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de Goiânia. As alterações nesse tipo se consistiu basicamente na diminuição percentual das ocupações médias e aumento de participação dos trabalhadores do terciário especializado. Nos tipos médios, a presença dos profissionais de nível superior tinha uma importância relativa, entre 5% e 7% e sempre com densidade baixa, com exceção do Rio de Janeiro, em que essa categoria alcançou 15,45% em 2000, quase o dobro do verificado em 1991. Esse aumento de importância aconteceu basicamente por conta dos profissionais empregados e autônomos de nível superior. Mas aumentou a concentração de todas as categorias que integram o grupo dos profissionais superiores, haja visto que em 1991 a densidade dessas ocupações se situavam num intervalo entre 0,9 e 1,3 e, em 2000, passam para de 1,5 a 2,0. Ou seja, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro as áreas de tipo médio sofreram um processo de elitização.

Tipos operários

Mais complexos que os tipos médios, são os tipos operários. Primeiro, pela diversidade de combinações que foram encontrados nas metrópoles (ao todo foram nove tipos operários); segundo, pela diferenciação entre as metrópoles sobre o universo dos operários. Seis combinações tipológicas são passíveis de comparação, conforme **tabela 13 e tabela 14**.

A começar pelo tipo que foi encontrado nos dois anos na região de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de Maringá: **Operário Popular**. As três primeiras regiões tiveram processos semelhantes: aumento na participação do terciário especializado e retração dos trabalhadores do secundário. O percentual de participação dos primeiros girou, nas três metrópoles, entre 21% e 24% em 2000, o que significou em média um aumento de cerca de cinco pontos percentuais em relação a 1991. Essa diferença foi meio que compensada pela diminuição na participação dos operários do secundário cujo peso na composição do tipo era na ordem de 37% em SP, 26% em Belo Horizonte e 24% no Rio de Janeiro. Cabe destacar que em São Paulo a perda de participação está diretamente relacionada com a retração do peso dos trabalhadores da indústria tradicional, que passou de 14,72% para 7,83%. Em São Paulo e no Rio de Janeiro esse tipo passou a ter uma contribuição maior dos trabalhadores menos qualificados do terciário não especializado, que pouca alteração sofreu em Belo Horizonte, representando em torno dos 20% dos ocupados. O nível de concentração de ocupados do secundário e do terciário (especializado ou não) não difere muito entre um ano e outro. A região de Maringá apresentou um comportamento bem distinto no que diz respeito a esse tipo. Em 1991 não tinha nenhum ocupado do terciário especializado na composição do tipo, que se caracterizava pela forte homogeneidade dos trabalhadores do secundário, que representavam mais de 63% dos ocupados no tipo. Em 2000 a situação mudou: os trabalhadores do secundário continuavam sendo a grande maioria (em torno de 50%), mas o tipo era composto por uma parcela de mais de 15% de ocupados no terciário especializado. A participação dos ocupados no terciário não especializado, que era de quase 35% em 1991, baixou cerca de nove pontos

percentuais. Ou seja, percebe-se que o que houve efetivamente foi um rearranjo no mundo dos operários que compõe esse tipo em Maringá.

O tipo **Operário Moderno** só foi encontrado nas regiões de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Trata-se de um tipo em que as ocupações dos trabalhadores do secundário, mormente os ligados à indústria moderna, tinham um peso relativo elevado, apesar de ter diminuído em relação a 1991. Mas a densidade dessa ocupação era a mais elevada no tipo, tendo aumentado em São Paulo e Prto Alegre, alcançando 2,0, e reduzido em Belo Horizonte, passando de 2,0 para 1,8. Ou seja, nas duas primeiras a moradia desses trabalhadores ficou, em 2000, mais concentrada do que em Belo Horizonte. Na metrópole mineira, um dado que chama atenção nesse tipo foi o aumento relativo (praticamente o dobro) dos trabalhadores da construção civil, que significava 11,65% dos ocupados no tipo.

Na Região Metropolitana de São Paulo a alteração que se nota no tipo **Operário** diz respeito, fundamentalmente, ao aumento no peso dos trabalhadores do terciário, tanto especializado como não especializado. Em conjunto essas duas categorias representavam 39,80% em 2000, dez pontos percentuais a mais que em 1991. Os trabalhadores do secundário mantiveram seu peso na estrutura desse tipo em torno dos 30%. Também a variação em relação à concentração não aponta para mudanças muito expressivas.

Um tipo muito particular, denominado **Operário, Popular e Agrícola** foi encontrado na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse tipo se caracteriza por elevado percentual de ocupações vinculadas ao terciário (em torno dos 30% nos dois anos) associado a uma presença marcante tanto dos setores populares (trabalhadores da construção civil e terciário não especializado perfaziam mais de 34% dos ocupados no tipo em 2000), como dos agricultores, cujo peso e densidade praticamente duplicaram em 2000 (representando 12% e 10,5, respectivamente).

A Região Metropolitana de Porto Alegre, por seu turno, tinha suas particularidades. É a única que comportava um tipo **Operário Tradicional**, cuja principal característica é a presença marcante dos trabalhadores da indústria tradicional, apesar da redução sofrida em termos relativos. Em 1991 o conjunto dos trabalhadores do secundário representava 60% dos ocupados no tipo, e em 2000 a redução foi pequena: passou para 54%. 47,5% em 1991 e 37,4% em 2000 correspondem à participação dos trabalhadores da indústria tradicional, cuja densidade, a mais elevada de todas as medidas dos tipos operários, desconsiderados os agricultores em Belo Horizonte, aumentou de 3,7 para 4,2. Portanto, apesar de ter perdido em homogeneidade, esse tipo ganhou em concentração. O tipo **Operário Polarizado** conforma um agrupamento em que, apesar do baixo percentual, os dirigentes apresentavam elevada densidade nos espaços onde, majoritariamente, se localizavam também os operários da indústria tradicional, que, em 2000, representavam 18% dos ocupados do tipo com densidade muito elevada (2,1).

Tipos populares

São quatro, dentre os tipos populares, que são passíveis de comparação (**Tabela 15 e Tabela 16**).

O tipo **Popular** foi encontrado nas regiões de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Goiânia. Caracteriza-se pelo alto percentual de trabalhadores da construção civil juntamente com os do terciário não especializado. O maior percentual desses trabalhadores reunidos foi encontrado no Rio de Janeiro, onde, em 2000 passavam dos 42%, cinco pontos percentuais acima do encontrado em 1991. Em Porto Alegre se mantiveram na marca dos 38% e em São Paulo dos 32%. Em Goiânia o peso dessas ocupações se reduziu bastante em 2000, quando representavam 38,56%, dez pontos abaixo do ano anterior. As menores densidades nessas regiões, em 2000, foram encontradas em São Paulo.

Outro tipo presente em praticamente todas as regiões é o **Popular Agrícola**, que associa à presença marcante dos trabalhadores manuais, a dos agricultores. A região onde é maior a

participação dos agricultores na conformação do tipo é a de Goiânia, que nos dois anos reunia mais de 16% dos ocupados. Na região do Rio de Janeiro, no entanto, é onde se encontra a maior concentração de agricultores no tipo: os 10% desses ocupados apresentavam uma densidade de 18,1, a mais elevada, em 2000, entre as regiões onde esse tipo foi encontrado. Em Belo Horizonte é onde se constata as alterações mais significativas: os 15% de agricultores de 1991 passaram a representar apenas 4,6% e a densidade que era mais de dez, chegou a 4,1. São Paulo, a quarta metrópole onde esse tipo foi encontrado, é onde a presença dos agricultores se manteve menor nos dois anos.

O tipo **Popular Operário**, encontrado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, representava, em 2000, mais de 53% dos ocupados no grupo, sete pontos percentuais abaixo do registrado em 1991, se considerarmos os trabalhadores do secundário mais os do terciário não especializado. Ou seja, são áreas onde se verificou uma relativa homogeneidade de trabalhadores manuais.

E, em Belo Horizonte, o tipo especial é o **Popular Polarizado**, onde se verificou a existência de altas densidades dos dirigentes, associada aos altos percentuais (em torno de 40% nos dois anos) de trabalhadores do terciário especializado junto com os do secundário.

Tipos agrícolas

A grande característica desses tipos é o elevado percentual de agricultores e de densidade – bem superior a de qualquer outro tipo - nas áreas desses agrupamentos (**Tabela 17 e Tabela 18**).

A Região Metropolitana de São Paulo era a única que tinha nos dois anos um tipo **Agrícola** que, mais do que no percentual, o que aumentou foi a concentração de agricultores nas áreas desse tipo (em 1991 a densidade era de 25,1 e, em 2000, chega a 56,4). O tipo **Agrícola Popular**, onde os trabalhadores manuais dividiam espaço com os agricultores, foi encontrado nos dois anos apenas em Porto Alegre onde os agricultores representavam, em 2000, mais de 20% e o conjunto do terciário não especializado mais os trabalhadores da construção civil perfaziam, nesse ano, 30,54%.

2.5 Distribuição dos tipos socioespaciais pelos territórios das Regiões Metropolitanas

Como último ponto, cabe tecer alguns comentários sobre a distribuição desses tipos socioespaciais nos territórios metropolitanos (**mapas de 1 a 20**).

A primeira coisa que chama a atenção é a diversidade entre as regiões metropolitanas no que diz respeito ao seu tamanho, sua localização geográfica e ao próprio formato que essas aglomerações assumem nos territórios estaduais. Algumas são litorâneas, como a do Rio de Janeiro¹⁶ e de Fortaleza¹⁷, onde o pólo metropolitano se localiza frente ao Oceano Atlântico; as de São Paulo¹⁸, Belo Horizonte¹⁹, Maringá²⁰ e Goiânia²¹, são totalmente interioranas nos seus estados e o pólo está

¹⁶ A Região Metropolitana do Rio de Janeiro reúne, em seu território, 19 municípios comparáveis entre 1991 e 2000: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Jáperi, Magé, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João do Meriti, Seropédica e Tanguá.

¹⁷ Os 13 municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, em 2000, são: Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Pacajus e São Gonçalo do Amarante.

¹⁸ A Região Metropolitana de São Paulo é a maior, com seus 39 municípios, comparáveis entre 1991 e 2000: Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Jujuitiba, Mairiporã, Mauá, Moji das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

¹⁹ Em 2000, a Região Metropolitana de Belo Horizonte é composta por 34 municípios. Porém, para efeitos comparativos, só foram considerados 24 municípios, quais sejam: Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Confins, Contagem,

localizado no centro da aglomeração; e a de Porto Alegre²² é mista, sendo fortemente influenciada pela localização do pólo nas margens do lago Guaíba ao passo que a outra parte interiorizada. Embora não seja a localização geográfica a grande determinante da importância estratégica das aglomerações urbanas, ela é importante no que diz respeito à história social e econômica da ocupação no espaço.

O padrão diferenciado de distribuição da moradia nos territórios das metrópoles traduz as características e processos que remontam à formação histórica dessas regiões. Tanto em São Paulo, como em Belo Horizonte, em Goiânia e em Maringá observa-se um padrão clássico que pode ser traduzido pela figura de anéis. No centro, que via de regra corresponde a áreas do pólo, encontram-se as áreas de tipo superior cercadas, sucessivamente, pelas de tipo médio, operário e popular, sendo que, em alguns casos, esses dois últimos tipos se mesclam na terceira formação anelar ou semi-anelar.

Para além da sua localização central na metrópole, os tipos superiores, em São Paulo e em Belo Horizonte, também se localizam no que poderíamos chamar de periferia geográfica da aglomeração a partir do pólo. Destaque especial deve ser atribuído a região de São Paulo, onde existem de áreas desse tipo bem a leste da capital, encravado numa região de forte característica social de tipo agrícola. As demais áreas superiores fora da capital situam-se em regiões cujo padrão social é médio. Essa distribuição, que já era observada em 1991, como que se intensifica em 2000. Nesta metrópole as áreas de tipo superior localizavam-se, para além da capital, em algumas cidades de alta importância na rede urbana local: em Barueri, em Moji das Cruzes, Guarulhos, Osasco, Santo André, São Caetano, Suzano e Tabuão da Serra.

No Rio de Janeiro, além da cidade pólo, áreas de tipo superior também se faziam presentes em Nova Iguaçu e em Niterói. Salienta-se que, nessa metrópole, a segmentação social do espaço se apresentava de modo particular e intenso, tendo em vista que as favelas, que eram de tipos populares, estavam como que encravados nos espaços onde predominavam os tipos superiores na zona sul da capital.

Já em Belo Horizonte, em 1991, as áreas superiores extrapolavam a partir do pólo na direção norte e noroeste, mesclados com áreas de tipo médio, particularidade que não se observa mais em 2000. Em Porto Alegre, apenas uma área fora da capital, e localizada ao norte do eixo definidor da região, ao longo da BR116, foi classificada nesse tipo. Goiânia e Maringá têm estruturas mais simples. Tanto em 1991 como em 2000 as áreas de tipo superior localizavam-se apenas na cidade-pólo.

Ou seja, o que os mapas revelam é que, em praticamente todas as regiões metropolitanas, a distribuição do conjunto de áreas de tipos superiores²³ era territorialmente concentrada e com registro de poucas mudanças entre 1991 e 2000. As mudanças na localização da moradia dos dirigentes e dos profissionais de nível superior dizem respeito ou à saída dessas categorias desses espaços ou à intensificação da mistura social. Mas, nesse caso, a mistura social ocorreu basicamente com categorias médias. Ou seja, tanto pode ser efeito meramente demográfico (com expulsão ou aumento de determinada categoria em detrimento de outra) como re-arranjo no espaço de moradia das elites. São Paulo é a metrópole onde mais claramente se percebeu esse movimento, se for

Esmeraldas, Ibitiré, Iguarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Sabará, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo e Vespasiano.

²⁰ São 12 os municípios da Região Metropolitana de Maringá: Ângulo, Doutor Camargo, Floresta, Iguaraçu, Ivatuba, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Melo, Paçandu e Sarandi.

²¹ A Região Metropolitana de Goiânia é composta de 20 municípios: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturai, Goiânia, Goianira, Goianópolis, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Trindade e Terezópolis de Goiás.

²² A Região Metropolitana de Porto Alegre é integrada por 31 municípios em 2000. Contudo, para efeitos de comparação entre 1991 e 2000 foram considerados 24 municípios: Alvorada, Araricá, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estancia Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Triunfo e Viamão.

²³ Que incluía, o tipo superior propriamente dito, pintado no mapa na cor azul escuro e o tipo superior médio, representado pela cor azul mais claro.

levado em conta que as manchas azuis escuras não só orbitavam o núcleo central como avançaram em direção a áreas em que havia maior mistura social com as categorias médias. Mas, também se observou que aumentaram em 2000 os pontos azuis escuros fora do centro de gravidade exercida pelo pólo. No Rio de Janeiro a mudança mais visível foi a retração da mancha azul escuro, que não só desapareceu de Niterói, como passou a se concentrar na zona sul da capital. Em Belo Horizonte o espaço ocupado pelo tipo superior ficou mais concentrado do que já era. Duas áreas que eram de tipo superior em 1991 passam para o grupo dos tipos médios em 2000. Em Porto Alegre há evidências de elitização de áreas médias que se transformaram em superior-médio, em 2000. Goiânia e Maringá praticamente não apresentaram alterações estruturais no que diz respeito à localização dos tipos superiores.

Em comparação com os tipos superiores, os **tipos médios** encontravam-se, em 2000, mais dispersos nos territórios metropolitanos, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. A região que se revelou mais dinâmica, se levarmos em conta a distribuição dos tipos médios pelo território foi, sem dúvida, São Paulo. Além da cidade pólo, esse tipo foi encontrado em outros quatorze municípios, sendo que destes, seis eram contíguos à capital²⁴. Em São Paulo essas áreas se distribuíam, principalmente em 2000, como um anel que circunda as de tipo superior, mas com mescla de áreas do topo da hierarquia. Além de áreas tipicamente médias, havia também áreas classificadas como de tipo médio-superior, indicando mistura social entre essas categorias e as que estabelecem o padrão do tipo superior. Na verdade, as áreas médias localizavam-se em meio a um mosaico social, co-dividindo espaços inclusive com tipos operários e populares. Não poderia ser diferente, pois quanto maior a metrópole maior a complexidade no que diz respeito à mistura social.

Na região do Rio de Janeiro, além do pólo, algumas áreas **médias** estendiam-se pelos municípios de Nova Iguaçu, São João do Meriti, Nilópolis, Duque de Caxias, São Gonçalo, Niterói, Itaboraí e Maricá. O Rio de Janeiro apresentou um padrão bastante característico. Em 1991 tinha apenas um tipo médio e em 2000 acrescentou-se um denominado tipo médio-inferior. Essa qualificação de “inferior” relaciona-se a misturas das categorias médias com as que conformam os tipos populares. De fato, olhando para o mapa, percebe-se que desde 1991 os espaços médios eram “pipocados” de manchas vermelhas. São as favelas, classificadas como de tipo popular. Mas em 2000 essa mesma porção da metrópole está mais misturada.

Já na Região Metropolitana de Porto Alegre, fora da capital, áreas médias só foram encontradas em cidades de forte importância econômica no contexto regional: Canoas e Gravataí, contíguos a Porto Alegre, e São Leopoldo e Novo Hamburgo, localizados na porção norte da região, e que se constituem nos principais municípios do Vale do Caçado. Viamão, também contíguo à capital, ainda apresentava muitas características de domicílio dormitório, mas não exclusivo das classes populares. Nessa metrópole, não só o padrão de distribuição das áreas de tipo médio, como as especificidades que dois tipos apresentavam (tipos médio heterogêneo e médio emergente), apontam para processos complexos.

Em Belo Horizonte e Goiânia, além da cidade pólo, esse tipo também foi encontrado em apenas mais uma cidade: Nova Lima e Aparecida de Goiânia, respectivamente. Mas o comportamento desse tipo nas duas metrópoles difere entre um ano e outro. Enquanto em Goiânia a estrutura anelar dos tipos médios em torno de um centro superior permaneceu a mesma, em Belo Horizonte, a distribuição no espaço se alterou visivelmente, uma vez que algumas áreas que eram de tipo superior em 1991 transformaram-se em tipo médio em 2000. Nesse ano, o bloco de áreas com predominância da moradia de tipo médio mesclado com áreas de tipo médio superior avançou numa área contínua e bem delimitada em direção ao norte, formando uma meia-lua em torno dos espaços superiores da capital mineira. Exceção é uma área média localizada no coração do tipo popular, na porção sul de Belo Horizonte, que permaneceu tal qual um enclave.

²⁴ Os contíguos à capital são os seguintes municípios: São Bernardo do Campo, Diadema, Embu, Santana de Parnaíba, Santo André, Taboão da Serra. Além desses, as áreas de tipos médios também se localizam em Barueri, Carapicuíba, Poá, Itapevi, Mauá, Moji das Cruzes, Ribeirão Pires e Suzano.

Já na Região Metropolitana de Maringá, não é a cidade pólo que abrigava um tipo médio, mas a vizinha Sarandi, ao passo que na metrópole cearense este tipo só existia na capital.

O padrão de localização das áreas de **tipos operários** é bastante diferenciada entre as metrópoles. Em São Paulo, distribuem-se entre 25 dos 39 municípios da região metropolitana, circundando as áreas de tipos médios. As AEDs de tipos operários, ou mesmo os misturados com categorias médias ou populares localizavam-se, em 2000, na zona leste e no extremo noroeste da cidade-pólo. Circundando a capital, encontrava-se uma miríade de AEDs ou municípios inteiros operários, que formavam uma meia-lua minguante²⁵, e uma segunda constelação desses espaços era observada a oeste e a noroeste da capital.²⁶ No início da década de 1990, a grande maioria desses espaços já era operária.

No Rio de Janeiro, não existiam áreas caracteristicamente operárias. A moradia dos trabalhadores do secundário misturava-se em altas proporções com as camadas populares e, em termos relativos, é a metrópole com menor proporção de áreas desse tipo, superando apenas da região metropolitana de Maringá. São poucas as AEDs operárias localizadas no Rio de Janeiro (apenas 29 AEDs). A maior parte encontrava-se na grande periferia da metrópole carioca: Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Nilópolis, Nova Iguaçu, São Gonçalo, São João do Meriti e Niterói.

Contrariamente, em Belo Horizonte e em Porto Alegre as áreas de tipos operários encontravam-se bem delimitadas em termos territoriais, apesar das elevadas proporções (mais ou menos entre 42% e 49%) tanto de população como de AEDs operárias, revelando o quanto essas duas regiões metropolitanas se assemelham no perfil e dinâmica socioespacial.

Na região metropolitana mineira elas formavam um anel que circundava as áreas de tipo médio e superior. No pólo, as AEDs desse tipo estavam localizadas de modo mais concentrado na porção sul do município. As demais se localizavam na sua grande maioria, em municípios do entorno de Belo Horizonte: Contagem, Iguarapé, Mateus Leme, Brumadinho, Raposos, Caeté, Sabará, Santa Luzia, Pedro Leopoldo, Esmeralda, São Joaquim de Bicas, Mario Campos, Sarzedo, Ibité.

Na região gaúcha, as AEDs de tipos operários estavam homoganeamente localizadas na porção norte da região, estendendo-se à leste onde se localiza o município de Gravataí. Depois de São Paulo, é nessa região metropolitana onde a localização desses tipos atingiu maior número de municípios: se encontravam em 19 dos 24 municípios considerados para a análise comparativa. Destes, 11 se localizavam na porção norte da região, perfazendo praticamente todo o espaço onde as atividades industriais preponderantes estão relacionadas com o setor coureiro-calçadista. Novo Hamburgo e São Leopoldo, as principais cidades dessa porção do território metropolitano gaúcho polarizam essa sub-região exercendo sua força de atração em direção aos municípios vizinhos de Ararica, Campo Bom, Dois Irmão, Sstancia Velha, Ivoti, Nova Hartz, Parobé, Portão, e Sapiranga. Os demais oito municípios por onde se estendem as AEDs operárias se encontram na porção sul do território metropolitano, sendo a maioria em municípios onde se localizam unidades produtivas altamente diversificadas e modernas, como é o caso de Canoas, Gravataí, Esteio, Cachoeirinha, Guaíba, Sapucaia do Sul, Alvorada (apesar de suas características ainda de dormitório) e Porto Alegre (onde foi identificada apenas uma AED nesse tipo). Aliás, a RMPA é a única em que o pólo abrigava apenas uma AED com características predominantemente operárias, mostrando o quanto não só a atividade secundária como a moradia dos operários encontrava-se disseminada pela região. Na capital se concentram, preponderantemente, a moradia dos trabalhadores vinculados aos setores terciário da economia.²⁷

²⁵ Guarulhos, Itaquaquecetuba, Poá, Suzano, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Maua, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Moji das Cruzes, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco Rocha, Cotia,

²⁶ Osasco, Itapeví, Cajamar, Caieiras, Barueri, Carapicuíba, Itapeçerica da Serra, Taboão da Serra

²⁷ Conforme vem sendo demonstrado em diversos trabalhos, a RMPA se particulariza diante das demais por ter o seu território constituído por duas ou mais unidades sub-regionais com características muito específicas que as tornam relativamente homogêneas em termos econômicos e sócio-culturais. Ver MAMMARELLA, R., Economia e Ocupação no Espaço Metropolitano: transformações recentes de Porto Alegre. In: RIBEIRO, L.C.de Q.. O Futuro das Metrópoles:

As áreas operárias de Goiânia e de Maringá apresentaram algumas particularidades também. Na região metropolitana do centro-oeste do País, a moradia dos trabalhadores do secundário se localizava, em 2000, para além da fronteira dos tipos médios, estendendo-se por três municípios: Goiânia, onde se situam a maior parte das AEDs (11, entre 21), Aparecida de Goiânia e Trindade. Padrão semelhante foi encontrado na região metropolitana paranaense, nesse mesmo ano: a maior parte das AEDs operárias estavam localizadas no pólo (dez de um conjunto de 14) e as demais em Paçandu, e Sarandí. Em Fortaleza, as áreas operárias formavam um semi-círculo em torno das áreas médias, sendo que algumas avançam ao sul, fazendo limites com áreas de tipo superior. Das 56 AEDs operárias, 40 estavam localizadas em Fortaleza, e as demais distribuídas entre Itaitinga, Horizonte, Maracanau, Caucaia.

Quanto aos **tipos populares**, a característica comum a todas as regiões é a distância das áreas desses tipos em relação às de tipo superior, à exceção do Rio de Janeiro, onde elas também se localizam no meio do território de tipos médios e superior, tendo em vista a localização das favelas.²⁸ Mas em São Paulo²⁹ e Belo Horizonte, seguindo o modelo anelar, as áreas desses tipos cercavam as de tipo operário³⁰. Em Porto Alegre, em função do modelo em eixo em que se distribui a região metropolitana, as áreas de tipo popular localizavam-se ao centro e ao sul da região onde existe forte diversificação em termos produtivos, seja do secundário como do terciário.³¹ Em Goiânia, assim como em Fortaleza, as áreas populares eram também demarcadas na porção sul das regiões³². Maringá, por sua vez, é a única região metropolitana que em 2000 não tinha áreas de tipo popular.

As **tabelas 19 e 20** possibilitam conhecer a distribuição relativa das categorias socioocupacionais de cada região metropolitana, nos anos de 1991 e 2000, respectivamente.

Considerações Finais

Buscaremos, a seguir, nos aproximar das questões iniciais que orientaram o presente estudo comparativo, através de alguns quadros sintéticos dos dados analisados anteriormente. Trabalharemos com os quatro grandes tipos socioespaciais – superior, médio, operário, popular –, examinando o padrão de concentração territorial das classes sociais e o grau de homogeneidade social do território nas quatro maiores metrópoles aqui pesquisadas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre.

A primeira grande distinção entre as regiões é a destacada presença das áreas superiores na estrutura socioespacial de São Paulo, tanto em termos de extensão territorial, quanto do contingente de ocupados nessas áreas: em 2000, 20,5% do total das áreas eram do tipo superior e 20,5% da população ocupada residiam nesse tipo de área³³. No Rio de Janeiro, esses dois percentuais eram

desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro : Revan: FASE, 2000, p.151-176 -- ALONSO, J. A. F. Efeitos da reestruturação produtiva na dinâmica da Região Metropolitana de Porto Alegre: (RMPA) na década de 90. In: Caderno Metrôpole, nº 11, 1º sem. 2004, p.9-40.

²⁸ Das 43 áreas de tipo popular localizadas no município do Rio de Janeiro, 31 são favelas. Áreas desse tipo distribuem-se também por outros 18 municípios cariocas: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói (1 de favela entre 5 aeds), Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

²⁹ Em 2000, as AEDs de tipos populares se distribuem no território metropolitano de São Paulo, além do município-pólo (76 aeds), por outros 23 municípios: Arujá, Carapicuíba, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapeví, Itaquaquecetuba, Jandira, Mairiporã, Maua, Moji das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santo André, São Bernardo do Campo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

³⁰ Cinco AEDs populares em Belo Horizonte são de favelas. As demais áreas desse tipo estão em onze municípios: Betim, Confins, Pedro Leopoldo, São José da Lapa, Vespasiano, Reibeirão das Neves, Sabará, Caeté, Rio Acima, Nova Lima e Ibirité.

³¹ Na metrópole gaúcha apenas 7 AEDs em 2000 eram de tipos populares. As demais 18 AEDs se encontravam exclusivamente nas cidades do entorno da capital: Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do sul, Gravataí, Guaíba, Nova Santa Rita e Viamão.

³² Além das três AEDs populares de Goiânia, as demais localizavam-se em Aparecida de Goiânia e Senador Canedo. Em Fortaleza, 6 AEDs encontravam-se na capital, e as demais em Aquiraz, Caucaia e Eusébio.

³³ Em 1991, esses percentuais eram ainda maiores: 22,5% das áreas e 28% dos ocupados em áreas de tipo superior.

8,8% e 12,4%, respectivamente. A explicação poderia ser o peso relativamente maior das classes superiores na estrutura social de São Paulo, gerando uma maior demanda por espaço. No entanto, já vimos que o peso dos dirigentes e profissionais na estrutura paulista era inferior ao encontrado na estrutura do Rio de Janeiro. A explicação, então, está no padrão de ocupação das áreas mais valorizadas em cada metrópole: em São Paulo, parte significativa dessas áreas é de baixa densidade, abrigando moradias unifamiliares, enquanto no Rio de Janeiro, as classes superiores moram em apartamentos concentrados em bairros de alta densidade. Na metrópole paulista, apenas 43% dos profissionais de nível superior moravam em apartamento em 2000, enquanto no Rio de Janeiro esse percentual era de 61%, em Belo Horizonte 49% e em Porto Alegre, 63%. Consequentemente, ao analisarmos as áreas residenciais das elites, podemos trabalhar, no caso do Rio de Janeiro, com uma escala territorial menor do que a de São Paulo, delimitando com mais precisão os espaços dessa classe, sem perdermos a consistência estatística garantida pela alta densidade domiciliar.

A baixa densidade desse tipo de bairro em São Paulo provoca o espraiamento das elites por uma extensão territorial maior e, portanto, uma delimitação espacial menos precisa socialmente, ou seja, áreas menos homogêneas. A tabela abaixo mostra o perfil mais diversificado das áreas superiores em São Paulo, se comparado com os perfis do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e, em menor proporção, de Porto Alegre: entre os paulistas, apenas 24,4% dos residentes nessas áreas eram dirigentes e profissionais, enquanto 32% eram trabalhadores manuais. Frente às outras três metrópoles, as áreas superiores em São Paulo eram mais extensas e menos exclusivas, nos levando a pensar que o poder da classe dominante paulista de se apropriar dos investimentos públicos no urbano beneficiou um contingente proporcionalmente maior dos segmentos sociais menos favorecidos e residentes nas mesmas áreas. Outra particularidade de São Paulo soma-se a essa: as áreas superiores ultrapassam os limites da capital, sendo encontradas em outros oito municípios da região, tais como Santo André e Guarulhos. No Rio de Janeiro, apenas os municípios de Niterói e Nova Iguaçu abrigavam áreas com esse perfil.

Belo Horizonte apresentava, em 2000, as áreas superiores mais exclusivas, onde 38% dos residentes ocupados eram dirigentes e profissionais. No Rio de Janeiro, essas categorias representavam 35% dos moradores nesse tipo de área e em Porto Alegre, 30%. **(Quadro 6)**

Quadro 6

Concentração e perfil das áreas de tipo superior, segundo os grandes grupos de categorias socioocupacionais, das regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. 2000

CATEGORIAS SOCIOOCUPACIONAIS	Áreas de Tipo Superior - 2000							
	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre	
	Concentração	Perfil	Concentração	Perfil	Concentração	Perfil	Concentração	Perfil
Dirigentes	63,53	4,25	52,22	4,85	38,15	7,41	36,61	4,02
Profissionais de nível superior	52,60	20,14	42,70	30,10	27,82	31,59	43,66	25,82
Pequenos Empregadores	50,42	6,52	35,36	6,99	22,04	9,47	27,02	6,81
Categorias médias	26,76	36,83	14,88	33,33	8,37	33,39	17,88	37,52
Trabalhadores do terciário	14,93	14,12	5,81	9,75	2,18	6,35	8,94	12,14
Trabalhadores do secundário	7,37	8,65	2,76	4,50	0,76	2,75	2,66	5,66
Trabalhadores do terciário não especializado	11,81	9,34	6,87	10,22	3,11	8,82	6,85	7,84
Agricultores	6,27	0,15	5,67	0,26	1,24	0,22	1,84	0,19
Total	20,45	100,00	12,38	100,00	6,55	100,00	12,84	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 2000. IBGE. Microdados da Amostra

Ainda que, em 2000, o grau de exclusividade das áreas superiores variasse entre as metrópoles, as quatro regiões apresentaram a mesma tendência à elitização nessas áreas, ao longo dos anos 90. Significa dizer que o peso dos dirigentes e profissionais aumentou relativamente, enquanto o dos trabalhadores do terciário não especializado e o dos operários sofreram queda relativa. Na realidade, parte desse processo de elitização é explicado pela diminuição das empregadas domésticas que tinham como residência principal a casa de seus patrões.

São Paulo apresentava ainda outra característica que a diferenciava das demais metrópoles. Abrigava, em 2000, a mais equilibrada distribuição da população ocupada entre os quatro tipos de área (superior, médio, operário e popular): cerca de um terço em áreas médias, outro um terço em áreas operárias, e os 40% restantes divididos entre as áreas superiores (20%) e populares (18%). No Rio de Janeiro, 37% dos trabalhadores residiam em áreas populares e 34% em áreas médias. Em Belo Horizonte, 49% residiam em áreas operárias e em Porto Alegre, 45%, nesse mesmo tipo de área. Ou seja, os espaços operários marcavam mais fortemente a territorialidade das metrópoles gaúcha e mineira, enquanto no Rio de Janeiro, áreas médias e populares partilhavam a primazia no território.

Na primeira parte do relatório buscamos qualificar de forma sintética o perfil social predominante em cada metrópole e vimos que, em 2000, as categorias médias³⁴ apareciam como o grupo sócio-ocupacional de maior peso na estrutura social, com exceção de Porto Alegre, onde os operários alcançavam um percentual um pouco superior ao daquele grupo. Quando observamos a localização desses segmentos médios no território fica evidente o caráter difuso dessa localização. Tal conjunto de trabalhadores estava presente, com alguma relevância, em todos os tipos de área. Mesmo nas áreas populares, sua participação variava entre 16%, em Belo Horizonte, e 20%, em São Paulo, garantindo certo grau de diversidade social nas áreas mais precarizadas. Além de se espalhar pelo território metropolitano, esse segmento se concentrou mais em determinadas áreas, o bastante para marcar tais áreas como tipicamente médias. No Rio de Janeiro e em São Paulo, mais de um terço da população ocupada residia, tanto em 1991 quanto em 2000, nesse tipo de área. Em Porto Alegre e Belo Horizonte cerca de um quarto dos trabalhadores moravam em áreas médias em 2000, no entanto as duas regiões apresentaram tendências opostas na década de 90: a metrópole gaúcha teve um surpreendente aumento de áreas médias no período – de 18 para 35 áreas – enquanto a metrópole mineira viu encolher esse tipo de área e o percentual de ocupados nele residindo. No caso de Porto Alegre, esse aumento de áreas médias foi acompanhado pela queda do número de áreas populares, o que nos faz inferir que as categorias médias se espalharam por territórios que eram tipicamente populares em 1991, alterando o perfil social de parte desses territórios. Vale lembrar que nas quatro metrópoles, o conjunto das categorias médias apresentou, nos anos 90, queda

³⁴ Trata-se de um grupo sócio-ocupacional bastante heterogêneo, reunindo secretárias, escriturários, recepcionistas, gerentes, técnicos, auxiliares de enfermagem e policiais, entre as principais ocupações.

relativa. Portanto, essa difusão dos setores médios em Porto Alegre, não resultou da elevação do contingente de trabalhadores nesses setores, mas de novas estratégias de localização residencial acionadas por estes. Já em Belo Horizonte, a diminuição de áreas médias ocorreu juntamente com o aumento de áreas populares e, em menor escala, de áreas operárias. Nesse caso, a retração dos setores médios foi acompanhada pela expansão dos prestadores de serviço e trabalhadores do comércio em áreas médias, transformando parte dessas áreas em áreas tipicamente populares. Mesmo com redução, as áreas médias ainda marcavam fortemente o espaço metropolitano mineiro, em 2000.

Esses extensos territórios que denominamos de “tipo médio” são os que apresentam o maior equilíbrio na distribuição das categorias sócio-ocupacionais (**quadro 7**), sendo, portanto, os mais próximos do que projetamos como distribuição ótima das classes sociais no espaço urbano. Quando analisamos criticamente a tendência à auto-segregação das elites ou a segregação imposta às classes populares, temos como contraponto bairros marcados pela diversidade social. Porém, essas áreas médias têm sido muito pouco estudadas, justamente por estarem “no meio” das polarizações sócio-espaciais, estas sim, objetos privilegiados pelos estudos urbanos contemporâneos.

Quadro 7

Concentração e perfil das áreas de tipo médio, segundo os grandes grupos de categorias socioocupacionais, das regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. 2000

CATEGORIAS SOCIOOCUPACIONAIS	Áreas de Tipo Médio - 2000							
	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre	
	Concentração	Perfil	Concentração	Perfil	Concentração	Perfil	Concentração	Perfil
Dirigentes	22,65	0,98	30,94	1,04	36,01	1,67	31,15	1,76
Profissionais de nível superior	30,49	7,55	41,15	10,53	46,82	12,72	33,18	10,10
Pequenos Empregadores	30,54	2,55	39,95	2,87	40,79	4,19	31,50	4,09
Categorias médias	37,76	33,60	45,71	37,14	36,72	35,06	32,19	34,77
Trabalhadores do terciário	32,81	20,05	33,65	20,50	25,89	18,03	26,58	18,57
Trabalhadores do secundário	28,36	21,52	25,30	14,95	17,27	14,89	14,74	16,16
Trabalhadores do terciário não especializado	26,55	13,56	23,71	12,80	19,42	13,16	24,00	14,15
Agricultores	11,73	0,18	10,80	0,18	6,29	0,26	7,30	0,40
Total	31,64	100,00	34,13	100,00	27,37	100,00	24,94	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 2000. IBGE. Microdados da Amostra

Na primeira parte desse relatório, qualificamos São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre como metrópoles de perfil social “médio-operário”, apresentando as duas primeiras, maior predominância das categorias médias e a segunda, das categorias operárias. Já o Rio de Janeiro ficou como “médio-terciário”, com uma pequena predominância das categorias médias em relação aos trabalhadores manuais do terciário especializado. Encontramos em Porto Alegre e Rio de Janeiro uma relação direta entre esses perfis e seus respectivos padrões sócio-territoriais: na metrópole mais operária do país, com 27% de sua população ocupada no setor secundário, os espaços operários predominavam, em 2000, enquanto na metrópole fluminense, o maior peso das categorias médias (28%) e das referentes ao terciário especializado (21%) sustentava a primazia das áreas médias e populares.

No caso de Belo Horizonte, embora quase metade da população ocupada residisse em áreas de tipo operário, o peso dos operários na estrutura social da metrópole (23%) era inferior ao das categorias médias (26%). Uma explicação possível seria a maior dispersão territorial dos operários marcando socialmente um maior número de áreas. Comparando a metrópole mineira e a gaúcha vemos que a primeira continha maior percentual de áreas operárias e de ocupados nessas áreas, porém essas áreas eram bem mais heterogêneas do que aquelas do mesmo tipo, localizadas em Porto Alegre. Em Belo Horizonte, apenas 28% dos trabalhadores residentes nas áreas operárias eram operários, enquanto em Porto Alegre, esse percentual alcançou 39% (**Quadro 8**). Portanto, a região mineira abrigava relativamente mais áreas operárias, porém tais áreas eram menos tipicamente

operárias. Nesse sentido, São Paulo aproximava-se mais de Porto Alegre na medida em que abrigava áreas operárias com elevado percentual de trabalhadores do secundário (34%), embora esse tipo de área representasse apenas 29% do total de áreas na metrópole paulista.

Quadro 8

Concentração e perfil das áreas de tipo operário, segundo os grandes grupos de categorias socioocupacionais, das regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. 2000

CATEGORIAS SOCIOOCUPACIONAIS	Áreas de Tipo Operário - 2000							
	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre	
	Concentração	Perfil	Concentração	Perfil	Concentração	Perfil	Concentração	Perfil
Dirigentes	7,78	0,38	6,33	0,44	19,59	0,51	26,40	0,84
Profissionais de nível superior	9,98	2,76	6,71	3,55	20,58	3,11	17,43	2,97
Pequenos Empregadores	11,24	1,05	9,23	1,37	30,36	1,73	33,69	2,45
Categorias médias	21,94	21,83	15,39	25,86	44,57	23,65	37,67	22,81
Trabalhadores do terciário	30,75	21,01	19,13	24,09	54,72	21,17	44,10	17,27
Trabalhadores do secundário	40,49	34,36	20,16	24,63	60,05	28,77	63,87	39,26
Trabalhadores do terciário não e	32,13	18,35	17,72	19,77	51,70	19,48	40,66	13,44
Agricultores	15,47	0,27	8,10	0,27	68,09	1,58	31,77	0,97
Total	28,30	100,00	16,51	100,00	49,25	100,00	44,49	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 12000. IBGE. Microdados da Amostra

Recuperando a tese de que a alta homogeneidade de bairros mais tipicamente operários tem algum nexos com a coesão e o poder de classe, podemos pensar que Porto Alegre e São Paulo guardam condições sócio-territoriais mais propícias à reprodução e ao exercício desse poder por parte dos trabalhadores da indústria, se comparadas com as de Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Porém, essa conjugação entre território e poder está condicionada às condições de trabalho e mais precisamente ao grau de estabilidade do trabalho. Em todas as metrópoles estudadas, verificou-se, nos anos 90, um significativo aumento no percentual de trabalhadores autônomos sem Previdência, indicando uma forte precarização das relações de trabalho e, conseqüentemente, crescente instabilidade da renda. Soma-se a esse quadro, o enorme aumento da taxa de desemprego no período³⁵. Sem reduzir a importância que os bairros mais tipicamente operários podem ter para a manutenção ou reconstrução dos interesses coletivos por parte dos trabalhadores, sabemos, através de uma já vasta literatura, que a crescente precarização do trabalho enfraquece as possibilidades da ação coletiva baseada numa identidade de classe. O bairro operário, nesse contexto, guardaria ainda sua função de facilitar a ajuda mútua para a reprodução dos trabalhadores e suas famílias.

Por fim, examinemos os espaços populares³⁶ e, em especial, o quanto esses espaços se tornaram, ao longo dos anos 90, mais tipicamente populares, ou seja, com maior peso dos trabalhadores manuais dos serviços e comércio. Nesse universo, a metrópole do Rio de Janeiro destacava-se das demais metrópoles com um percentual bem mais elevado de áreas populares: 43% das áreas, em 2000, enquanto nas outras três regiões esse percentual ficou entre 13% e 17%. O que ocorreu na metrópole fluminense foi uma alteração no perfil social de muitas áreas operárias, com a queda relativa dos operários da indústria e o aumento dos prestadores de serviço e dos comerciários, tornando essas áreas tipicamente populares: em 1991, o Rio de Janeiro abrigava 152 áreas operárias e 116 áreas populares; em 2000, eram 70 do primeiro tipo e 191 do segundo. São Paulo sofreu o mesmo processo, mas em menores proporções. Porém, em ambas as metrópoles não foram apenas os trabalhadores do comércio e serviços que aumentaram relativamente sua presença

³⁵ Na metrópole de São Paulo, a taxa de desemprego aumentou de 10,4%, em 1992, para 13,2%, em 2001. Em Belo Horizonte, de 9,6% para 12,7%, em Porto Alegre, de 7,1% para 8,7% e no Rio de Janeiro, de 7,1% para 12,7%. (IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD)

³⁶ Nas quatro metrópoles as áreas populares estavam localizadas majoritariamente nas periferias. Em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre um pequeno número correspondia às favelas em zonas mais centrais. Já no Rio de Janeiro, 16% das áreas populares, em 2000, estavam localizadas em favelas da capital, nas zonas suburbanas ou centrais.

nos espaços populares, mas também os profissionais de nível superior e, no caso do Rio de Janeiro, ainda as categorias médias. Em Belo Horizonte, apenas as categorias médias acompanharam o aumento relativo dos trabalhadores do terciário, embora com menos intensidade.

Quadro 9

Concentração e perfil das áreas de tipo popular, segundo os grandes grupos de categorias socioocupacionais, das regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. 2000

CATEGORIAS SOCIOOCUPACIONAIS	Áreas de Tipo Popular - 2000							
	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Porto Alegre	
	Concentração	Perfil	Concentração	Perfil	Concentração	Perfil	Concentração	Perfil
Dirigentes	5,18	0,40	10,51	0,33	6,25	0,47	4,30	0,39
Profissionais de nível superior	6,21	2,72	9,45	2,23	4,79	2,11	4,81	2,36
Pequenos Empregadores	6,54	0,97	15,46	1,02	6,81	1,14	6,20	1,29
Categorias médias	12,61	19,87	24,01	18,01	10,34	16,05	11,16	19,39
Trabalhadores do terciário	20,22	21,88	41,41	23,28	17,20	19,47	18,50	20,79
Trabalhadores do secundário	21,66	29,10	51,78	28,24	21,91	30,71	16,79	29,61
Trabalhadores do terciário não especializado	26,99	24,41	51,70	25,75	25,77	28,40	25,30	23,99
Agricultores	24,29	0,67	75,43	1,14	24,37	1,65	25,10	2,19
Total	17,87	100,00	36,98	100,00	16,84	100,00	15,50	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 2000. IBGE. Microdados da Amostra

Em síntese, nas três metrópoles do sudeste, a redução dos empregos industriais alterou a composição social das áreas populares, transformando parte dos operários em trabalhadores do terciário, principalmente do terciário especializado, entre estes, os cozinheiros, os garçons, as manicures, etc. Em 1991, os trabalhadores do terciário não especializado (domésticas, porteiros, vigias, ambulantes), juntamente com os operários da construção civil, marcavam socialmente os espaços populares. Essas categorias juntas equivaliam, em Belo Horizonte, a 46% dos ocupados, no Rio de Janeiro, a 40% e, em São Paulo, a 32%. Em 2000, esses percentuais sofreram queda, embora permanecessem acima dos percentuais das demais ocupações manuais. Essas alterações no interior do universo popular não impediram que categorias superiores e médias ganhassem posição e contribuíssem para uma relativa diversificação social dos espaços populares.

Os espaços populares da metrópole de Porto Alegre apresentaram tendências distintas das encontradas nas demais metrópoles, ou seja, os trabalhadores do terciário não especializado juntamente com os operários da construção ganharam posição relativa nesses espaços, passando de 30% para 37% do total de ocupados. Os prestadores de serviços especializados também aumentaram relativamente, evidenciando um claro processo de proletarização das áreas populares. Porém, vimos anteriormente que ocorreu uma diminuição significativa no número de áreas populares na metrópole gaúcha (de 43 para 25 áreas) em função do aumento na participação das categorias médias e superiores, elevando o perfil desses espaços. Nesse sentido, não podemos afirmar que as áreas caracterizadas como populares em 1991 apresentaram tendência à proletarização, pois estamos analisando, em 2000, apenas 25 das 43 áreas. Poderíamos inferir que houve diversificação social nos espaços populares de Porto Alegre se levarmos em conta que em torno de um terço das áreas se tornaram tipicamente médias.

ANEXOS I

Tabela 1

CATS	RMS P 2000	RMRJ 2000	RMBH 2000	RMPA 2000	RMC 2000	RMS 2000	GOIANIA 2000	RECIFE 2000	FORTALEZA 2000	NATAL 2000	MARINGÁ 2000
Dirigentes	1,4	1,2	1,3	1,4	1,4	1,2	1,7	1,2	1,1	1,2	1,3
Profissionais de n. superior	7,8	8,8	7,4	7,6	7,8	6,5	6,7	6,9	5,8	7,1	5,4
Pequenos empregadores	2,6	2,4	2,8	3,2	3,3	2,4	3,5	2,2	1,9	2,5	4,2
Ocupações médias	28,1	27,8	26,1	26,9	27,3	27,9	25,0	26,4	22,9	25,4	20,9
Trab. do terciário especializado	19,3	20,7	19,1	17,4	18,2	21,4	19,1	21,5	20,9	20,2	17,2
Trab. do secundário	24,0	20,2	23,6	27,3	25,1	19,4	24,8	19,9	24,7	21,7	26,5
Trab. do terciário não especializado	16,2	18,4	18,6	14,7	14,3	20,0	18,0	20,0	19,4	17,3	16,4
Agricultores	0,5	0,6	1,1	1,4	2,7	1,2	1,3	1,8	3,3	4,6	8,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 2

Áreas e população ocupada, total e percentual, segundo os tipos socioespaciais. Região Metropolitana de São Paulo. 1991-2000

Tabela 1

Áreas e população ocupada, total e percentual, segundo os tipos socioespaciais. Região Metropolitana de São Paulo. 1991 e 2000

SÃO PAULO					SÃO PAULO				
TIPOS 1991	NR ÁREAS 1991	POPULAÇÃO OCUPADA 1991	% ÁREAS 1991	% POPULAÇÃO OCUPADA 1991	TIPOS 2000	NR ÁREAS 2000	POPULAÇÃO OCUPADA 2000	% ÁREAS 2000	% POPULAÇÃO OCUPADA 2000
superior	56	518 768	6.9	8.8	superior	83	745 704	10.2	10.5
superior médio	127	1 122 800	15.7	19.1	Superior médio	84	709 361	10.3	10.0
SUPERIORES SP	183	1 641 568	22.6	27.9	SUPERIORES SP	167	1 455 065	20.6	20.5
								0.0	0.0
médio superior	40	329 711	4.9	5.6	médio superior	161	1 456 338	19.8	20.5
médio	91	760 818	11.2	12.9	médio	89	794 474	11.1	11.2
médio operario	81	652 030	10.0	11.1					
MÉDIOS SP	212	1 742 559	26.1	29.6	MÉDIOS SP	251	2 250 812	30.9	31.6
			0.0	0.0				0.0	0.0
operario	69	549 211	8.5	9.3				0.0	0.0
operario moderno	93	581 567	11.5	9.9	operario	107	952 435	13.2	13.4
operario popular	121	579 961	14.9	9.9	operario moderno	71	525 418	8.7	7.4
			0.0	0.0	operario popular	64	535 458	7.9	7.5
OPERÁRIOS SP	283	1 710 739	34.9	29.1	OPERÁRIOS SP	242	2 013 311	29.8	28.3
popular	110	669 046	13.6	11.4	popular	75	712 773	9.2	10.0
popular agrícola	15	85 983	1.8	1.5	popular operario	36	319 296	4.4	4.5
					popular agrícola	25	239 327	3.1	3.4
POPULARES SP	125	755 029	15.4	12.8	POPULARES SP	136	1 271 396	16.7	17.9
agrícola	8	31 407	1.0	0.5	agrícola popular	12	96 875	1.5	1.4
			0.0	0.0	agrícola	4	26 799	0.5	0.4
AGRÍCOLAS SP	8	31 407	1.0	0.5	AGRÍCOLAS SP	16	123 674	2.0	1.7
TOTAL SP 1991	811	5 881 302	100.0	100.0	TOTAL 2000	812	7 114 258	100.0	100.0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991 E 2000. IBGE. Microdados da Amostra.

Tabela 3

Áreas e população ocupada, total e percentual, segundo os tipos socioespaciais. Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 1991-2000

Tabela 2

Áreas e população ocupada, total e percentual, segundo os tipos socioespaciais. Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 1991 e 2000

RIO JANEIRO					RIO JANEIRO				
TIPOS 1991	NR ÁREAS 1991	POPULAÇÃO OCUPADA 1991	% ÁREAS 1991	% POPULAÇÃO OCUPADA 1991	TIPOS 2000	NR ÁREAS 2000	POPULAÇÃO OCUPADA 2000	% ÁREAS 2000	% POPULAÇÃO OCUPADA 2000
Superior	20	223 465	4.5	6.1	Superior	7	94 998	1.6	2.3
Superior médio	21	278 530	4.7	7.6	Superior médio	32	415 155	7.2	10.1
SUPERIORES RJ	41	501 995	9.2	13.7	SUPERIORES RJ	39	510 153	8.8	12.4
Médio	132	1 287 940	29.8	35.2	Médio	51	537 931	11.5	13.1
				0.0	Médio-Inferior	92	868 151	20.8	21.1
MÉDIOS RJ	132	1 287 940	29.8	35.2	MÉDIOS RJ	143	1 406 082	32.3	34.1
Operário popular	152	1 167 720	34.3	31.9	Operário popular	70	679 978	15.8	16.5
OPERARIOS RJ	152	1 167 720	34.3	31.9	OPERARIOS RJ	70	679 978	15.8	16.5
Popular operário	89	525 673	20.1	14.4	Popular operário	135	1 051 306	30.5	25.5
Popular	23	143 866	5.2	3.9	Popular	51	446 616	11.5	10.8
Popular agrícola	4	24 812	0.9	0.7	Popular-Agrícola	5	25 653	1.1	0.6
POPULARES RJ	116	694 351	26.2	19.0	POPULARES RJ	191	1 523 575	43.1	37.0
Agrícola popular	2	7 374	0.5	0.2					
AGRICOLAS RJ	2	7 374	0.5	0.2					
TOTAL 1991	443	3 659 380	100.0	100.0	TOTAL 2000	443	4 119 788	100.0	100.0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991 E 2000. IBGE. Microdados da Amostra.

Tabela 4

Áreas e população ocupada, total e percentual, segundo os tipos socioespaciais. Região Metropolitana de Belo Horizonte. 1991-2000

Tabela 3

Áreas e população ocupada, total e percentual, segundo os tipos socioespaciais. Região Metropolitana de Belo Horizonte. 1991 e 2000

BELO HORIZONTE					BELO HORIZONTE				
TIPOS 1991	NR ÁREAS 1991	POPULAÇÃO OCUPADA 1991	% ÁREAS 1991	% POPULAÇÃO OCUPADA 1991	TIPOS 2000	NR ÁREAS 2000	POPULAÇÃO OCUPADA 2000	% ÁREAS 2000	% POPULAÇÃO OCUPADA 2000
Superior	10	120 031	8.3	8.8	Superior	8	111 428	6.6	6.5
SUPERIORES B H	10	120 031	8.3	8.8	SUPERIORES B H	8	111 428	6.6	6.5
			0.0	0.0				0.0	0.0
médio superior	15	176 678	12.4	13.0	medio superior	19	230 296	15.7	13.5
médio	13	154 491	10.7	11.4	medio	19	235 314	15.7	13.8
médio operário	14	164 268	11.6	12.1				0.0	0.0
MÉDIOS BH	42	495 437	34.7	36.5	MÉDIOS BH	38	465 610	31.4	27.4
			0.0	0.0				0.0	0.0
operário moderno	12	114 630	9.9	8.4	operário moderno e mé	16	192 187	13.2	11.3
operario popular	39	454 555	32.2	33.5	operario moderno	14	219 843	11.6	12.9
operario polular agrícola	3	39 222	2.5	2.9	operario popular	24	358 637	19.8	21.1
			0.0	0.0	operario popular agrico	5	67 114	4.1	3.9
OPERÁRIOS BH	54	608 407	44.6	44.8	OPERÁRIOS BH	59	837 781	48.8	49.2
			0.0	0.0				0.0	0.0
popular	5	56 592	4.1	4.2	popular polarizado	1	10 985	0.8	0.6
popular polarizado	1	6 467	0.8	0.5	popular operario	10	216 512	8.3	12.7
popular agrícola	9	70 001	7.4	5.2	popular agrícola	5	58 905	4.1	3.5
POPULARES BH	15	133 060	12.4	9.8	POPULARES BH	16	286 402	13.2	16.8
TOTAL 1991	121	1 356 935	100.0	100.0	TOTAL 2000	121	1 701 221	100.0	100.0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991 E 2000. IBGE. Microdados da Amostra.

Tabela 5

Áreas e população ocupada, total e percentual, segundo os tipos socioespaciais. Região Metropolitana de Porto Alegre. 1991-2000

Tabela 4

Áreas e população ocupada, total e percentual, segundo os tipos socioespaciais. Região Metropolitana de Porto Alegre. 1991 e 2000

PORTO ALEGRE					PORTO ALEGRE				
TIPOS 1991	NR ÁREAS 1991	POPULAÇÃO OCUPADA 1991	% ÁREAS 1991	% POPULAÇÃO OCUPADA 1991	TIPOS 2000	NR ÁREAS 2000	POPULAÇÃO OCUPADA 2000	% ÁREAS 2000	% POPULAÇÃO OCUPADA 2000
Superior	7	70 983	4.5	5.8	Superior	6	68 317	3.8	4.6
Superior médio	8	92 188	5.1	7.5	Superior médio	11	121 337	7.1	8.2
SUPERIORES POA	15	163 171	9.6	13.3	SUPERIORES POA	17	189 654	10.9	12.8
Médio superior	7	78 061	4.5	6.4	Médio superior	12	98 843	7.7	6.7
Médio	11	86 185	7.1	7.0	médio emergente	4	30 683	2.6	2.1
			0.0	0.0	Médio heterogêneo	19	238 883	12.2	16.2
MÉDIOS POA	18	164 246	11.5	13.4	MÉDIOS POA	35	368 409	22.4	24.9
Operário polarizado	8	64 078	5.1	5.2	Operário polarizado	6	44 537	3.8	3.0
Operário tradicional	15	115 012	9.6	9.4	Operário tradicional	18	180 945	11.5	12.2
Operário tradicional e popul	5	38 725	3.2	3.2	Operário moderno	17	133 627	10.9	9.0
Operário moderno	26	194 767	16.7	15.9	Operário moderno e me	19	156 093	12.2	10.6
Operário moderno e popula	19	109 769	12.2	8.9	Operário moderno e po	14	142 037	9.0	9.6
OPERÁRIOS POA	73	522 351	46.8	42.5	OPERÁRIOS POA	74	657 239	47.4	44.5
Popular e médio	23	229 437	14.7	18.7	Popular	14	141 971	9.0	9.6
Popular	20	121 486	12.8	9.9	Popular e agrícola	11	87 075	7.1	5.9
POPULARES POA	43	350 923	27.6	28.6	POPULARES POA	25	229 046	16.0	15.5
Agrícola popular	7	27 740	4.5	2.3	Agrícola popular	5	32 918	3.2	2.2
AGRÍCOLAS POA	7	27 740	4.5	2.3	AGRÍCOLAS POA	5	32 918	3.2	2.2
TOTAL 1991	156	1 228 431	100.0	100.0	TOTAL 2000	156	1 477 266	100.0	100.0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991 E 2000. IBGE. Microdados da Amostra.

Tabela 6

Áreas e população ocupada, total e percentual, segundo os tipos socioespaciais. Região Metropolitana de Goiânia. 1991-2000

Tabela 5

Áreas e população ocupada, total e percentual, segundo os tipos socioespaciais. Região Metropolitana de Goiânia. 1991 e 2000

GOIANIA					GOIANIA				
TIPOS 1991	NR ÁREAS 1991	POPULAÇÃO OCUPADA 1991	% ÁREAS 1991	% POPULAÇÃO OCUPADA 1991	TIPOS 2000	NR ÁREAS 2000	POPULAÇÃO OCUPADA 2000	% ÁREAS 2000	% POPULAÇÃO OCUPADA 2000
Superior	6	61 154	10.2	12.7	Superior	6	66 856	10.2	9.7
SUPERIORES GYN	6	61 154	10.2	12.7		6	66 856	10.2	9.7
médio	16	201 801	27.1	41.8	médio superior	6	72 035	10.2	10.5
					médio	15	207 024	25.4	30.1
MÉDIOS GYN	16	201 801	27.1	41.8		21	279 059	35.6	40.6
Operário popular	11	97 602	18.6	20.2	operario popular	21	235 893	35.6	34.3
OPERÁRIOS GYN	11	97 602	18.6	20.2		21	235 893	35.6	34.3
Popular operário	11	56 549	18.6	11.7	popular	10	100 710	16.9	14.6
Popular	11	47 236	18.6	9.8					
Popular agrícola	3	18 040	5.1	3.7					
POPULARES GYN	25	121 825	42.4	25.2		10	100 710	16.9	14.6
Agrícola popular	1	399	1.7	0.1	agrícola popular	1	5 363	1.7	0.8
AGRÍCOLAS GYN	1	399	1.7	0.1		1	5 363	1.7	0.8
TOTAL 1991	59	482 781	100.0	100.0	TOTAL 2000	59	687 881	100.0	100.0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991 E 2000. IBGE. Microdados da Amostra.

Tabela 7

Áreas e população ocupada, total e percentual, segundo os tipos socioespaciais. Região Metropolitana de Maringá. 1991-2000

Tabela 6

Áreas e população ocupada, total e percentual, segundo os tipos socioespaciais. Região Metropolitana de Maringá. 1991 e 2000

MARINGÁ					MARINGÁ				
TIPOS 1991	NR ÁREAS 1991	POPULAÇÃO OCUPADA 1991	% ÁREAS 1991	% POPULAÇÃO OCUPADA 1991	TIPOS 2000	NR ÁREAS 2000	POPULAÇÃO OCUPADA 2000	% ÁREAS 2000	% POPULAÇÃO OCUPADA 2000
superior médio	3	18 824	10.3	15.5	superior médio	2	26 762	6.9	14.6
SUPERIOR MRGA	3	18824	10.3	15.5	SUPERIOR MRGA	2	26762	6.9	14.6
médio inferior	10	9 195	34.5	7.6	médio superior	2	3 085	6.9	1.7
MÉDIO MRGA	10	9195	34.5	7.6	MÉDIO MRGA	2	3085	6.9	1.7
operário popular	4	15 264	13.8	12.6	operário médio e popul	12	74 776	41.4	40.9
					operário popular	2	25 284	6.9	13.8
OPERÁRIO MRGA	4	15264	13.8	12.6	OPERÁRIO MRGA	14	100060	48.3	54.7
popular operário	1	33 947	3.4	27.9					
POPULAR MRGA	1	33947	3.4	27.9	POPULAR MRGA	0	0		
agrícola heterogêneo	11	44 335	37.9	36.5	agrícola operário	11	53 046	37.9	29.0
AGRÍCOLA MRGA	11	44335	37.9	36.5	AGRÍCOLA MRGA	11	53046	37.9	29.0
Total MRGA	29	121 565	100.0	100.0	Total MRGA	29	182 953	100.0	100.0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991 E 2000. IBGE. Microdados da Amostra.

Tabela 8

Áreas e população ocupada, total e percentual, segundo os tipos socioespaciais. Região Metropolitana de Fortaleza Paulo. 2000

Tabela 7

Áreas e população ocupada, total e percentual, segundo os tipos socioespaciais. Região Metropolitana de Fortaleza. 1991 e 2000

FORTALEZA				
TIPOS 2000	NR ÁREAS 2000	POPULAÇÃO OCUPADA 2000	% ÁREAS 2000	% POPULAÇÃO OCUPADA 2000
superior	7	82 012	7.1	7.8
SUPERIOR FTZA	7	82 012	7.1	7.8
			0.0	0.0
médio superior	18	175 064	18.4	16.7
MÉDIO FTZA	18	175 064	18.4	16.7
			0.0	0.0
operário e médio	29	324 142	29.6	31.0
operário tradicional e p	5	62 119	5.1	5.9
operário popular	22	251 101	22.4	24.0
OPERÁRIO FTZA	56	637 363	57.1	60.9
			0.0	0.0
popular	9	76 304	9.2	7.3
POPULAR FTZA	9	76 304	9.2	7.3
			0.0	0.0
agrícola popular	8	76 166	8.2	7.3
AGRÍCOLA FTZA	8	76 166	8.2	7.3
Total FTZA	98	1 046 908	100.0	100.0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991 E 2000. IBGE. Microdados da Amostra.

Tabela 9

Distribuição das categorias socioocupacionais, segundo o perfil e a densidade, dos tipos superiores das Regiões Metropolitanas em 1991

Perfil socioocupacional e densidade dos **tipos superiores** nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia e Maringá. 1991

CATEGORIAS SOCIOOCCUPACIONAIS	SAO PAULO				RIO DE JANEIRO				BELO HORIZONTE		PORTO ALEGRE				GOIANIA		MARINGÁ	
	Superior		Superior Médio		Superior ok		Superior Médio ok		Superior ok		Superior		Superior Médio		Superior ok		Superior Médio ok	
	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densidade
DIRIGENTES	8,44	3,9	3,54	1,6	7,86	5,4	4,08	2,8	8,84	5,4	6,2	4,2	3,0	2,0	6,51	4,6	9,16	6,0
Grandes Empregadores	4,90	3,2	2,48	1,6	4,24	4,1	2,63	2,6	6,30	4,9	4,3	3,7	2,2	1,9	5,43	4,5	8,65	6,4
Dirigentes do Setor Público	0,27	4,0	0,12	1,7	0,81	6,9	0,41	3,5	0,67	5,4	0,4	4,3	0,4	3,9	0,45	4,1	0,10	1,4
Dirigentes do Setor Privado	3,27	5,9	0,95	1,7	2,82	9,3	1,04	3,4	1,87	8,5	1,5	7,5	0,4	2,0	0,63	5,9	0,40	3,6
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	19,19	3,5	10,20	1,8	23,72	3,4	24,29	3,5	22,93	4,0	24,8	4,2	18,7	3,2	18,21	3,5	16,07	3,9
Profissionais Autônomos de Nível Superior	4,25	4,3	1,75	1,8	4,49	4,2	3,46	3,2	4,15	3,6	6,0	5,0	3,5	2,9	2,96	3,0	1,29	3,8
Profissionais Empregados de Nível Superior	6,76	3,3	3,95	1,9	6,51	3,8	5,87	3,5	6,30	4,2	4,7	4,0	3,9	3,2	3,88	3,8	3,84	4,0
Profissionais Estatutários de Nível Superior	4,20	4,5	1,72	1,9	8,06	3,8	8,78	4,1	7,58	4,9	7,2	4,9	5,1	3,4	7,35	4,0	2,40	4,3
Professores de Nível Superior	3,98	2,5	2,78	1,8	4,66	2,3	6,17	3,0	4,90	3,3	6,8	3,4	6,3	3,1	4,02	2,9	8,53	3,9
PEQUENOS EMPREGADORES	6,87	2,2	5,16	1,6	6,20	2,3	5,32	2,0	9,69	2,9	7,2	2,1	5,4	1,6	10,31	2,6	18,14	2,9
OCUPAÇÕES MÉDIAS	32,38	1,0	40,66	1,3	30,77	1,0	39,80	1,3	34,11	1,2	35,9	1,2	46,4	1,6	34,81	1,3	45,02	1,9
Ocupações de Escritório	10,49	0,7	16,91	1,2	9,22	0,8	15,67	1,3	12,49	1,0	12,5	1,1	19,3	1,6	14,51	1,2	20,22	1,8
Ocupações de Supervisão	8,25	1,3	9,15	1,4	6,93	1,5	8,17	1,8	9,24	1,8	7,8	1,5	8,0	1,6	8,06	1,9	10,12	3,3
Ocupações Técnicas	7,36	1,2	8,29	1,3	7,03	1,3	8,13	1,5	6,51	1,2	8,3	1,3	9,9	1,5	5,55	1,3	9,40	2,0
Ocupações Médias da Saúde e Educação	2,89	1,0	3,35	1,2	2,64	0,7	3,55	0,9	2,65	0,8	3,1	1,1	3,7	1,3	3,23	1,0	3,09	1,3
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	0,95	0,7	1,57	1,2	1,39	0,4	2,37	0,7	1,31	0,7	2,0	1,0	3,2	1,5	1,84	0,9	0,00	-
Ocupações Artísticas e Similares	2,43	2,6	1,39	1,5	3,57	3,1	1,90	1,6	1,91	1,6	2,1	1,8	2,3	2,0	1,61	1,2	2,20	2,0
TRABALH. DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	8,51	0,6	14,03	0,9	7,56	0,5	8,58	0,5	5,82	0,4	8,0	0,5	11,0	0,7	9,47	0,5	11,62	0,9
Trabalhadores do Comércio	5,38	0,6	8,74	1,0	4,78	0,5	5,27	0,6	4,36	0,5	5,1	0,6	6,9	0,8	6,95	0,7	11,62	1,4
Prestadores de Serviços Especializados	3,12	0,5	5,29	0,8	2,78	0,4	3,31	0,4	1,46	0,2	2,8	0,4	4,1	0,6	2,52	0,4	0,00	-
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	7,38	0,3	15,95	0,6	5,23	0,2	5,62	0,3	3,81	0,2	5,6	0,2	7,0	0,2	5,39	0,2	0,00	-
Trabalhadores da Indústria Moderna	1,54	0,2	4,93	0,5	0,66	0,1	1,00	0,2	0,82	0,1	1,3	0,2	1,4	0,2	0,97	0,2	0,00	-
Trabalhadores da Indústria Tradicional	2,01	0,2	5,67	0,6	1,84	0,3	2,38	0,3	1,32	0,2	2,6	0,2	3,2	0,3	2,47	0,3	0,00	-
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	0,80	0,3	2,28	0,7	0,87	0,3	1,24	0,4	0,56	0,2	0,7	0,2	1,1	0,4	0,82	0,2	0,00	-
Trabalhadores da Construção Civil	3,02	0,5	3,06	0,5	1,86	0,3	1,00	0,2	1,11	0,1	1,0	0,2	1,3	0,2	1,12	0,1	0,00	-
TRABALH. DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	16,70	1,2	9,92	0,7	18,04	1,0	12,10	0,7	14,65	0,8	12,1	0,9	8,3	0,6	14,30	0,8	0,00	-
Prestadores de Serviços Não Especializados	2,93	0,6	3,38	0,6	5,07	0,8	3,36	0,5	0,93	0,1	3,2	0,6	2,7	0,5	1,69	0,3	0,00	-
Trabalhadores Domésticos	12,83	2,0	4,66	0,7	11,93	1,4	6,81	0,8	12,71	1,3	7,9	1,2	3,8	0,6	11,08	1,3	0,00	-
Ambulantes e catadores	0,94	0,4	1,88	0,9	1,04	0,3	1,93	0,5	1,01	0,4	1,0	0,5	1,8	0,8	1,52	0,5	0,00	-
AGRICULTORES	0,53	0,6	0,53	0,6	0,62	0,6	0,20	0,2	0,14	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	1,02	0,4	0,00	-
TOTAL	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,0	1,0	100,0	1,0	100,00	1,0	100	1,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico 1991. Microdados da Amostra.

Tabela 10

Distribuição das categorias socioocupacionais, segundo o perfil e a densidade, dos tipos superiores das Regiões Metropolitanas em 2000

Perfil socioocupacional e densidade dos tipos superiores nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia, Maringá e Fortaleza. 2000

CATEGORIAS SOCIOOCCUPACIONAIS	SAO PAULO				RIO DE JANEIRO				BELO HORIZONTE		PORTO ALEGRE				GOIANIA		MARINGÁ		FORTALEZA	
	Superior ok		Superior Médio ok		Superior ok		Superior médio ok		Superior ok		Superior		Superior-Médio		Superior ok		Superior Médio ok		Superior ok	
	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid
DIRIGENTES	5,92	4,3	2,50	1,8	9,18	8,0	3,86	3,4	7,41	5,8	6,16	4,4	2,81	2,0	8,49	5,1	5,53	4,0	6,5	5,9
Grandes Empregadores	3,75	4,9	1,49	1,9	6,51	10,3	2,43	3,8	4,96	6,7	3,91	4,9	1,41	1,8	5,02	5,9	3,49	4,6	3,2	7,0
Dirigentes do Setor Público	0,34	2,0	0,27	1,6	0,48	2,4	0,47	2,3	0,80	3,7	1,02	3,6	0,77	2,7	1,09	3,7	0,25	1,2	0,9	3,8
Dirigentes do Setor Privado	1,82	4,2	0,74	1,7	2,19	6,9	0,97	3,0	1,66	5,2	1,23	3,8	0,63	1,9	2,38	4,7	1,79	4,6	2,4	5,8
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	25,13	3,2	14,89	1,9	32,87	3,8	29,47	3,4	31,59	4,2	32,56	4,3	22,03	2,9	25,70	3,8	19,58	3,6	22,0	3,8
Profissionais Autônomos de Nível Superior	8,04	4,1	3,70	1,9	10,61	5,3	7,50	3,8	10,55	5,4	10,94	5,1	6,71	3,2	6,92	4,5	4,11	3,8	5,5	4,3
Profissionais Empregados de Nível Superior	11,61	3,2	7,32	2,0	14,23	4,0	13,13	3,6	12,43	4,3	11,82	4,2	7,97	2,8	10,49	4,1	6,90	4,0	9,2	4,2
Profissionais Estatutários de Nível Superior	1,54	3,5	0,79	1,8	3,09	2,8	3,39	3,1	3,47	4,4	3,37	4,8	2,15	3,1	2,69	3,8	0,97	3,2	3,1	4,4
Professores de Nível Superior	3,95	2,2	3,07	1,7	4,93	2,4	5,46	2,7	5,14	2,8	6,44	3,3	5,20	2,7	5,60	3,0	7,61	3,3	4,2	2,6
PEQUENOS EMPREGADORES	7,51	2,8	5,48	2,1	10,06	4,1	6,29	2,6	9,47	3,4	8,69	2,7	5,75	1,8	11,06	3,2	12,50	3,0	6,6	3,4
Ocupações Médias	35,53	1,3	38,20	1,4	29,60	1,1	34,18	1,2	33,39	1,3	34,88	1,3	39,00	1,4	31,94	1,3	33,69	1,6	27,2	1,2
Ocupações de Escritório	9,11	0,9	12,76	1,2	6,14	0,7	8,81	1,0	8,86	0,9	8,72	0,9	12,74	1,4	10,90	1,1	11,69	1,5	8,5	1,1
Ocupações de Supervisão	10,46	2,0	8,71	1,6	9,45	2,2	7,79	1,8	9,13	2,2	8,52	1,9	7,45	1,7	5,92	1,7	6,34	2,1	6,2	1,9
Ocupações Técnicas	8,67	1,4	9,80	1,5	6,79	1,2	9,00	1,6	8,06	1,5	8,94	1,4	9,20	1,4	7,52	1,4	10,30	2,0	6,4	1,4
Ocupações Médias da Saúde e Educação	3,01	0,9	3,80	1,2	2,53	0,6	3,55	0,8	2,78	0,7	3,75	1,0	4,10	1,1	2,91	0,9	2,74	1,0	2,8	0,6
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	1,68	1,1	1,75	1,1	1,46	0,5	2,21	0,8	2,30	1,3	2,72	1,4	3,41	1,8	3,00	1,6	1,13	1,2	2,0	1,2
Ocupações Artísticas e Similares	2,60	2,4	1,40	1,3	3,22	2,4	2,82	2,1	2,26	1,8	2,22	1,8	2,10	1,7	1,69	1,1	1,48	1,4	1,4	1,0
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	11,48	0,6	16,89	0,9	6,13	0,3	10,58	0,5	6,35	0,3	8,73	0,5	14,06	0,8	9,18	0,5	13,77	0,8	12,7	0,6
Trabalhadores do Comércio	6,12	0,6	9,91	1,0	3,56	0,4	5,82	0,6	4,45	0,5	4,16	0,5	6,77	0,8	5,52	0,6	8,28	0,9	7,8	0,7
Prestadores de Serviços Especializados	5,36	0,6	6,99	0,7	2,57	0,2	4,76	0,4	1,90	0,2	4,57	0,5	7,29	0,8	3,66	0,4	5,48	0,7	4,9	0,5
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	4,88	0,2	12,61	0,5	1,95	0,1	5,09	0,3	2,75	0,1	2,90	0,1	7,22	0,3	4,26	0,2	6,89	0,3	5,5	0,2
Trabalhadores da Indústria Moderna	1,24	0,2	3,98	0,6	0,28	0,1	0,82	0,2	0,44	0,1	0,64	0,1	1,51	0,2	0,69	0,2	1,37	0,3	0,8	0,2
Trabalhadores da Indústria Tradicional	1,26	0,3	2,57	0,6	0,80	0,2	1,30	0,3	0,92	0,2	0,97	0,1	1,86	0,2	1,94	0,2	2,91	0,4	1,9	0,2
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	1,18	0,2	3,56	0,6	0,36	0,1	1,52	0,3	0,63	0,1	0,63	0,1	1,75	0,4	0,90	0,2	1,47	0,3	1,0	0,2
Trabalhadores da Construção Civil	1,19	0,2	2,49	0,4	0,51	0,1	1,45	0,2	0,75	0,1	0,65	0,1	2,10	0,3	0,73	0,1	1,14	0,1	1,7	0,2
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	9,40	0,6	9,26	0,6	10,01	0,5	10,27	0,6	8,82	0,5	5,95	0,4	8,90	0,6	8,19	0,5	6,69	0,4	19,2	1,0
Prestadores de Serviços Não Especializados	1,61	0,3	2,54	0,5	3,19	0,6	3,01	0,6	0,61	0,1	1,04	0,2	2,15	0,5	0,90	0,2	1,42	0,3	2,0	0,4
Trabalhadores Domésticos	6,13	0,8	3,91	0,5	6,08	0,7	5,77	0,7	7,20	0,7	3,80	0,6	4,03	0,6	4,48	0,5	1,88	0,2	15,4	1,7
Ambulantes e catadores	1,67	0,4	2,81	0,8	0,74	0,2	1,49	0,3	1,01	0,3	1,11	0,3	2,73	0,8	2,81	0,6	3,39	0,8	1,8	0,3
AGRICULTORES	0,14	0,3	0,16	0,3	0,21	0,4	0,27	0,5	0,22	0,2	0,14	0,1	0,22	0,2	1,18	0,9	1,36	0,2	0,4	0,1
TOTAL	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100	1,0	100,0	1,0

Tabela 11

Distribuição das categorias socioocupacionais, segundo o perfil e a densidade, dos tipos médios das Regiões Metropolitanas em 1991

Perfil socioocupacional e densidade dos tipos médios nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia e Maringá. 1991

CATEGORIAS SOCIOOCCUPACIONAIS	SAO PAULO						RIO DE JANEIRO		BELO HORIZONTE						PORTO ALEGRE				GOIANIA		MARINGÁ	
	Médio Superior ok		Médio ok		Médio Operário ok		Medio ok		Médio Superior ok		Médio ok		Médio Operário ok		Médio Superior		Médio		Médio ok		Médio Inferior ok	
	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid
DIRIGENTES	2,11	1,0	1,51	0,7	0,82	0,4	1,17	0,8	2,59	1,6	1,31	0,8	0,91	0,6	2,16	1,5	2,06	1,4	0,99	0,7	0,14	0,1
Grandes Empregadores	1,73	1,1	1,25	0,8	0,74	0,5	0,99	1,0	2,05	1,6	1,21	0,9	0,82	0,6	1,64	1,4	1,74	1,5	0,87	0,7	0,00	-
Dirigentes do Setor Público	0,02	0,3	0,04	0,6	0,03	0,4	0,07	0,6	0,23	1,9	0,04	0,3	0,07	0,5	0,14	1,4	0,06	0,6	0,08	0,7	0,05	0,7
Dirigentes do Setor Privado	0,36	0,6	0,22	0,4	0,06	0,1	0,11	0,4	0,31	1,4	0,06	0,3	0,02	0,1	0,38	2,0	0,26	1,3	0,04	0,4	0,09	0,9
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	5,91	1,1	4,46	0,8	2,44	0,4	7,58	1,1	12,68	2,2	5,38	0,9	3,93	0,7	11,29	1,9	9,73	1,7	5,26	1,0	3,11	0,8
Profissionais Autônomos de Nível Superior	0,82	0,8	0,67	0,7	0,34	0,3	1,00	0,9	2,13	1,9	1,15	1,0	0,85	0,7	2,03	1,7	1,58	1,3	1,05	1,0	0,27	0,8
Profissionais Empregados de Nível Superior	2,39	1,2	1,76	0,9	0,81	0,4	1,82	1,1	3,21	2,2	1,30	0,9	0,95	0,6	2,20	1,8	2,22	1,9	0,94	0,9	0,72	0,7
Profissionais Estatutários de Nível Superior	0,78	0,8	0,56	0,6	0,29	0,3	2,21	1,0	3,74	2,4	1,38	0,9	0,78	0,5	3,49	2,3	2,07	1,4	1,70	0,9	0,37	0,7
Professores de Nível Superior	1,92	1,2	1,46	0,9	1,01	0,6	2,55	1,3	3,60	2,4	1,55	1,0	1,34	0,9	3,58	1,8	3,86	1,9	1,56	1,1	1,74	0,8
PEQUENOS EMPREGADORES	4,00	1,3	3,11	1,0	2,14	0,7	3,08	1,2	5,92	1,8	3,67	1,1	3,14	0,9	3,99	1,1	6,25	1,8	4,49	1,1	3,32	0,5
OCCUPAÇÕES MÉDIAS	40,42	1,3	38,65	1,2	33,37	1,0	40,76	1,3	43,37	1,5	38,33	1,3	34,22	1,2	39,98	1,4	43,86	1,5	32,88	1,2	30,28	1,3
Ocupações de Escritório	17,68	1,3	18,10	1,3	15,88	1,1	16,91	1,4	19,73	1,6	17,50	1,4	14,55	1,2	16,68	1,4	17,66	1,5	15,19	1,3	15,44	1,4
Ocupações de Supervisão	8,35	1,3	7,33	1,1	5,68	0,9	5,69	1,3	7,94	1,6	6,24	1,2	5,60	1,1	6,42	1,3	7,84	1,5	4,73	1,1	2,88	0,9
Ocupações Técnicas	8,60	1,3	7,47	1,2	5,71	0,9	7,06	1,3	8,09	1,5	6,83	1,3	6,48	1,2	8,24	1,3	9,95	1,6	5,50	1,3	6,58	1,4
Ocupações Médias da Saúde e Educação	3,14	1,1	3,26	1,1	3,30	1,1	4,99	1,3	3,88	1,2	4,04	1,3	4,23	1,3	3,49	1,2	4,75	1,6	3,70	1,2	2,52	1,1
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	1,70	1,3	1,64	1,3	2,03	1,6	5,01	1,5	2,11	1,1	2,42	1,3	2,22	1,2	3,36	1,6	2,45	1,2	2,22	1,0	1,41	1,5
Ocupações Artísticas e Similares	0,95	1,0	0,85	0,9	0,77	0,8	1,10	0,9	1,63	1,4	1,31	1,1	1,13	1,0	1,80	1,5	1,21	1,0	1,54	1,2	1,44	1,3
TRABALH. DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	14,70	1,0	15,49	1,0	17,02	1,1	16,40	1,0	12,29	0,8	16,62	1,1	16,56	1,1	14,88	1,0	14,45	1,0	18,82	1,1	20,84	1,7
Trabalhadores do Comércio	9,71	1,1	9,63	1,1	9,69	1,1	8,97	1,0	8,42	0,9	9,96	1,1	10,16	1,1	8,01	1,0	9,11	1,1	11,86	1,1	12,40	1,5
Prestadores de Serviços Especializados	4,99	0,8	5,85	0,9	7,33	1,1	7,43	0,9	3,87	0,6	6,66	1,0	6,40	1,0	6,87	1,1	5,33	0,8	6,95	1,0	8,44	1,9
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	23,68	0,9	26,41	1,0	30,80	1,1	17,78	0,8	10,56	0,4	20,39	0,8	26,74	1,1	13,83	0,5	15,07	0,5	21,47	0,9	23,69	1,0
Trabalhadores da Indústria Moderna	8,97	1,0	9,57	1,1	9,50	1,1	5,03	0,9	2,46	0,4	5,21	0,9	8,08	1,3	3,10	0,4	5,06	0,7	4,26	0,9	6,98	1,2
Trabalhadores da Indústria Tradicional	8,21	0,9	9,33	1,0	12,07	1,3	6,04	0,9	4,05	0,6	6,98	1,0	8,19	1,1	4,03	0,3	5,18	0,4	7,93	1,0	5,36	0,7
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	3,25	1,0	3,55	1,1	3,90	1,2	3,73	1,1	1,94	0,6	3,16	1,0	4,21	1,3	3,00	1,0	2,76	0,9	3,01	0,9	4,54	1,4
Trabalhadores da Construção Civil	3,25	0,5	3,96	0,7	5,33	0,9	2,97	0,5	2,12	0,3	5,04	0,6	6,26	0,7	3,70	0,6	2,07	0,3	6,27	0,7	6,81	1,0
TRABALH. DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	8,65	0,6	9,85	0,7	12,92	0,9	12,72	0,7	12,43	0,7	14,02	0,8	13,99	0,8	13,49	1,0	8,39	0,6	14,94	0,8	18,62	1,3
Prestadores de Serviços Não Especializados	3,19	0,6	3,97	0,8	5,74	1,1	4,73	0,8	2,93	0,5	5,22	0,8	4,71	0,8	4,01	0,8	2,98	0,6	4,42	0,8	5,17	1,1
Trabalhadores Domésticos	3,25	0,5	3,83	0,6	4,31	0,7	4,68	0,5	7,53	0,8	6,21	0,7	6,85	0,7	7,37	1,1	3,27	0,5	7,19	0,8	9,78	1,3
Ambulantes e catadores	2,21	1,0	2,06	1,0	2,87	1,3	3,31	0,9	1,98	0,7	2,60	1,0	2,42	0,9	2,12	0,9	2,14	0,9	3,33	1,0	3,67	1,5
AGRICULTORES	0,53	0,6	0,53	0,6	0,49	0,6	0,51	0,5	0,15	0,1	0,27	0,2	0,50	0,3	0,37	0,2	0,19	0,1	1,15	0,4	0,00	-
TOTAL	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100	1,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico 1991. Microdados da Amostra.

Tabela 12

Distribuição das categorias socioocupacionais, segundo o perfil e a densidade, dos tipos médio das Regiões Metropolitanas em 2000

Perfil socioocupacional e densidade dos **tipos médios** nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia, Maringá e Fortaleza, 2000

CATEGORIAS SOCIOOCCUPACIONAIS	SAO PAULO				RIO DE JANEIRO				BELO HORIZONTE				PORTO ALEGRE				GOIANIA				MARINGÁ		FORTALEZA			
	Médio Superior ok		Médio ok		Médio ok		Médio-Inferior ok		Médio-Superior ok		Médio ok		Médio Superior		Médio Emergente		Médio Heterogêneo		Médio Superior ok		Médio ok		Médio Superior ok		Médio Superior ok	
	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid
DIRIGENTES	1,17	0,9	0,64	0,5	1,60	1,4	0,70	0,6	2,49	2,0	0,88	0,7	3,01	2,1	2,97	2,1	1,09	0,8	2,19	1,3	1,33	0,8	2,18	1,6	1,5	1,4
Grandes Empregadores	0,63	0,8	0,26	0,3	0,86	1,4	0,29	0,5	1,52	2,1	0,44	0,6	1,89	2,4	2,50	3,1	0,49	0,6	0,98	1,1	0,57	0,7	1,27	1,7	0,5	1,1
Dirigentes do Setor Público	0,18	1,0	0,18	1,0	0,29	1,4	0,19	1,0	0,35	1,6	0,19	0,9	0,41	1,4	0,20	0,7	0,29	1,0	0,44	1,5	0,33	1,1	0,29	1,4	0,4	1,9
Dirigentes do Setor Privado	0,36	0,8	0,20	0,5	0,45	1,4	0,22	0,7	0,61	1,9	0,26	0,8	0,71	2,2	0,28	0,9	0,30	0,9	0,77	1,5	0,42	0,8	0,62	1,6	0,5	1,3
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	8,54	1,1	5,71	0,7	15,45	1,8	7,48	0,9	18,07	2,4	7,49	1,0	15,56	2,0	8,70	1,1	8,03	1,1	11,65	1,7	6,63	1,0	7,73	1,4	11,2	1,9
Profissionais Autônomos de Nível Superior	1,87	1,0	1,00	0,5	3,05	1,5	1,38	0,7	4,28	2,2	1,80	0,9	4,12	1,9	2,44	1,1	1,95	0,9	2,46	1,6	1,38	0,9	1,68	1,5	2,1	1,7
Profissionais Empregados de Nível Superior	4,24	1,2	2,58	0,7	6,58	1,8	2,71	0,8	7,35	2,6	2,87	1,0	5,50	1,9	3,61	1,3	3,07	1,1	4,25	1,7	2,44	1,0	2,63	1,5	4,2	1,9
Profissionais Estatutários de Nível Superior	0,44	1,0	0,35	0,8	2,15	2,0	1,12	1,0	1,92	2,4	0,73	0,9	1,52	2,2	0,48	0,7	0,88	1,3	1,39	2,0	0,73	1,0	0,51	1,7	1,6	2,3
Professores de Nível Superior	1,99	1,1	1,78	1,0	3,67	1,8	2,26	1,1	4,52	2,5	2,09	1,1	4,41	2,3	2,17	1,1	2,12	1,1	3,54	1,9	2,08	1,1	2,91	1,3	3,2	2,0
PEQUENOS EMPREGADORES	2,98	1,1	1,78	0,7	3,94	1,6	2,20	0,9	5,20	1,8	3,21	1,1	5,91	1,8	7,95	2,5	2,83	0,9	4,26	1,2	4,06	1,2	5,99	1,4	3,2	1,7
Ocupações Médias	35,28	1,3	30,52	1,1	39,88	1,4	35,44	1,3	37,57	1,4	32,61	1,2	41,35	1,5	35,55	1,3	31,95	1,2	33,38	1,3	30,75	1,2	28,76	1,4	33,1	1,4
Ocupações de Escritório	13,85	1,3	12,40	1,2	13,55	1,5	12,59	1,4	13,11	1,3	12,71	1,3	13,47	1,5	11,27	1,2	11,65	1,3	12,58	1,3	11,86	1,2	11,23	1,4	12,2	1,6
Ocupações de Supervisão	6,33	1,2	4,56	0,9	6,49	1,5	4,54	1,1	7,15	1,7	4,63	1,1	7,78	1,7	6,62	1,5	4,36	1,0	4,77	1,4	4,05	1,2	4,57	1,5	4,6	1,4
Ocupações Técnicas	8,26	1,3	6,65	1,0	9,65	1,7	7,24	1,3	9,35	1,7	7,25	1,3	10,57	1,7	10,31	1,6	7,05	1,1	7,85	1,5	6,98	1,3	7,02	1,4	7,1	1,5
Ocupações Médias da Saúde e Educação	3,75	1,2	3,99	1,2	5,16	1,2	5,48	1,3	3,96	1,1	4,45	1,2	5,70	1,6	4,26	1,2	4,62	1,3	4,40	1,3	3,82	1,1	2,97	1,1	5,4	1,2
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	1,93	1,3	1,84	1,2	3,36	1,1	4,27	1,5	2,35	1,4	2,02	1,2	2,30	1,2	1,34	0,7	2,95	1,5	2,14	1,2	2,19	1,2	1,21	1,3	2,3	1,4
Ocupações Artísticas e Similares	1,16	1,1	1,07	1,0	1,67	1,2	1,34	1,0	1,66	1,3	1,55	1,2	1,52	1,2	1,74	1,4	1,33	1,1	1,65	1,0	1,85	1,2	1,76	1,7	1,5	1,0
FRABALH. DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	19,45	1,0	21,15	1,1	17,59	0,8	22,30	1,1	15,00	0,8	20,99	1,1	15,43	0,9	15,01	0,9	20,33	1,2	18,14	0,9	20,70	1,1	19,27	1,1	19,6	0,9
Trabalhadores do Comércio	10,49	1,1	11,15	1,1	9,21	0,9	10,77	1,1	8,78	0,9	10,99	1,1	8,61	1,0	8,96	1,0	9,39	1,1	10,15	1,0	11,51	1,2	10,67	1,2	11,0	1,1
Prestadores de Serviços Especializados	8,96	0,9	10,00	1,0	8,38	0,8	11,52	1,0	6,22	0,7	10,00	1,1	6,82	0,8	6,05	0,7	10,94	1,3	7,99	0,9	9,18	1,0	8,60	1,0	8,6	0,8
FRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	19,29	0,8	25,61	1,1	11,07	0,5	17,36	0,9	10,25	0,4	19,44	0,8	10,59	0,4	21,92	0,8	17,72	0,6	14,83	0,6	21,56	0,9	19,62	0,7	15,0	0,6
Trabalhadores da Indústria Moderna	5,76	0,8	8,13	1,1	2,04	0,5	3,87	1,0	2,20	0,4	4,50	0,8	3,41	0,5	5,64	0,9	3,66	0,6	2,52	0,6	3,71	1,0	3,90	0,8	2,7	0,7
Trabalhadores da Indústria Tradicional	4,32	0,9	5,49	1,2	2,33	0,6	3,75	1,0	2,50	0,6	4,39	1,0	2,39	0,3	9,69	1,1	2,92	0,3	4,73	0,6	7,60	1,0	5,34	0,7	6,0	0,6
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	5,33	0,9	6,59	1,1	4,15	0,8	5,21	1,0	2,85	0,5	5,03	0,9	2,79	0,6	2,82	0,6	4,52	0,9	2,65	0,5	4,77	1,0	4,27	0,7	3,2	0,7
Trabalhadores da Construção Civil	3,89	0,6	5,41	0,9	2,56	0,4	4,53	0,6	2,70	0,3	5,52	0,7	2,01	0,3	3,76	0,5	6,63	0,9	4,92	0,6	5,49	0,7	6,11	0,7	3,1	0,4
FRABALH. DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	13,08	0,8	14,44	0,9	10,32	0,6	14,34	0,8	11,16	0,6	15,12	0,8	7,93	0,5	7,53	0,5	17,57	1,2	14,90	0,8	14,29	0,8	14,06	0,9	16,1	0,8
Prestadores de Serviços Não Especializados	4,09	0,8	4,80	0,9	3,05	0,6	4,30	0,8	2,75	0,5	5,01	0,9	2,11	0,5	2,12	0,5	5,55	1,2	3,97	0,7	4,26	0,8	3,28	0,8	3,3	0,7
Trabalhadores Domésticos	5,04	0,7	5,72	0,8	4,03	0,5	5,30	0,6	5,59	0,6	6,85	0,7	2,60	0,4	3,05	0,5	7,68	1,1	7,33	0,9	5,57	0,7	6,80	0,8	8,6	0,9
Ambulantes e catadores	3,95	1,1	3,92	1,1	3,24	0,8	4,74	1,1	2,83	0,9	3,26	1,0	3,23	0,9	2,36	0,7	4,35	1,3	3,61	0,8	4,46	1,0	3,98	1,0	4,2	0,8
AGRICULTORES	0,20	0,4	0,14	0,3	0,15	0,3	0,19	0,3	0,27	0,2	0,26	0,2	0,22	0,2	0,37	0,3	0,47	0,3	0,66	0,5	0,69	0,5	2,39	0,3	0,3	0,1
TOTAL	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100	1,0	100,0	1,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico 2000. Microdados da Amostra.

Tabela 13

Distribuição das categorias socioocupacionais, segundo o perfil e a densidade, dos tipos operários das Regiões Metropolitanas em 1991

Perfil socioocupacional e densidade dos tipos operários nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia e Maringá, 1991

CATEGORIAS SOCIOOCCUPACIONAIS	SAO PAULO								RIO DE JANEIRO				BELO HORIZONTE				PORTO ALEGRE								GOIANIA		MARINGÁ		
	Operário ok		Operário Moderno ok		Operário Popular ok		Operário Popular ok		Operário Moderno ok		Operário Popular ok		Operário Popular e Agrícola ok		Operário Polarizado		Operário Moderno		Operário Tradicional		Operário Moderno e Popular		Operário tradicional e popular		Operário Popular ok		Operário Popular ok		
	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil
DIRIGENTES	1,07	0,5	0,76	0,4	0,52	0,2	0,48	0,3	0,66	0,4	0,41	0,2	0,55	0,3	2,54	1,7	0,78	0,5	1,02	0,7	0,43	0,3	0,60	0,4	0,64	0,5	0,09	0,1	
Grandes Empregadores	0,87	0,6	0,71	0,5	0,50	0,3	0,43	0,4	0,61	0,5	0,37	0,3	0,43	0,3	2,29	1,9	0,71	0,6	0,92	0,8	0,41	0,3	0,43	0,4	0,55	0,5	0,00	-	
Dirigentes do Setor Público	0,04	0,5	0,02	0,3	0,02	0,4	0,02	0,2	0,02	0,2	0,04	0,3	0,09	0,7	0,04	0,4	0,04	0,3	0,07	0,6	0,02	0,2	0,03	0,3	0,06	0,5	0,09	1,2	
Dirigentes do Setor Privado	0,17	0,3	0,03	0,1	0,00	0,0	0,03	0,1	0,02	0,1	0,00	0,0	0,02	0,1	0,21	1,1	0,03	0,2	0,04	0,2	0,00	0,0	0,14	0,7	0,04	0,4	0,00	-	
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	3,14	0,6	1,61	0,3	0,81	0,1	2,25	0,3	1,82	0,3	1,47	0,3	2,95	0,5	3,51	0,6	2,56	0,4	1,06	0,2	0,93	0,2	1,40	0,2	2,12	0,4	0,00	-	
Profissionais Autônomos de Nível Superior	0,43	0,4	0,23	0,2	0,15	0,1	0,39	0,4	0,46	0,4	0,46	0,4	0,90	0,8	1,12	0,9	0,48	0,4	0,21	0,2	0,24	0,2	0,49	0,4	0,51	0,5	0,00	-	
Profissionais Empregados de Nível Superior	1,23	0,6	0,56	0,3	0,23	0,1	0,51	0,3	0,53	0,4	0,45	0,3	0,53	0,4	0,67	0,6	0,58	0,5	0,21	0,2	0,27	0,2	0,23	0,2	0,44	0,4	0,00	-	
Profissionais Estatutários de Nível Superior	0,38	0,4	0,13	0,1	0,08	0,1	0,46	0,2	0,27	0,2	0,21	0,1	0,70	0,4	0,36	0,2	0,42	0,3	0,11	0,1	0,18	0,1	0,39	0,3	0,67	0,4	0,00	-	
Professores de Nível Superior	1,10	0,7	0,69	0,4	0,35	0,2	0,89	0,4	0,55	0,4	0,35	0,2	0,83	0,6	1,35	0,7	1,09	0,5	0,53	0,3	0,24	0,1	0,29	0,1	0,50	0,4	0,00	-	
PEQUENOS EMPREGADORES	2,24	0,7	1,75	0,6	1,12	0,4	1,63	0,6	1,95	0,6	1,62	0,5	1,56	0,5	5,44	1,6	2,86	0,8	2,63	0,8	1,87	0,5	2,64	0,8	2,31	0,6	0,00	-	
OCCUPAÇÕES MÉDIAS	31,50	1,0	26,79	0,8	19,50	0,6	24,86	0,8	28,79	1,0	22,01	0,8	23,25	0,8	31,04	1,1	30,62	1,0	16,29	0,6	21,03	0,7	18,69	0,6	24,29	0,9	1,50	0,1	
Ocupações de Escritório	14,36	1,0	11,97	0,9	8,69	0,6	9,74	0,8	12,45	1,0	9,49	0,8	8,96	0,7	12,37	1,0	12,08	1,0	5,64	0,5	8,28	0,7	7,02	0,6	11,08	0,9	0,00	-	
Ocupações de Supervisão	6,44	1,0	4,97	0,8	3,65	0,6	3,33	0,7	4,95	1,0	3,11	0,6	3,10	0,6	6,19	1,2	5,34	1,1	4,07	0,8	3,80	0,7	4,15	0,8	3,26	0,8	0,00	-	
Ocupações Técnicas	6,22	1,0	5,51	0,9	4,04	0,6	4,32	0,8	5,72	1,1	3,83	0,7	5,03	0,9	8,00	1,2	6,87	1,1	4,03	0,6	4,51	0,7	4,51	0,7	3,64	0,8	0,00	-	
Ocupações Médias da Saúde e Educação	2,91	1,0	2,56	0,9	1,88	0,7	3,40	0,9	3,18	1,0	2,69	0,8	3,92	1,2	2,51	0,9	3,28	1,1	1,55	0,5	1,84	0,6	1,29	0,4	3,11	1,0	0,00	-	
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	0,94	0,7	1,19	0,9	0,82	0,6	3,25	0,9	1,68	0,9	1,85	1,0	1,19	0,6	0,93	0,4	2,03	1,0	0,42	0,2	1,76	0,8	0,54	0,3	2,19	1,0	1,50	1,6	
Ocupações Artísticas e Similares	0,64	0,7	0,58	0,6	0,42	0,4	0,81	0,7	0,80	0,7	1,04	0,9	1,05	0,9	1,04	0,9	1,01	0,9	0,57	0,5	0,85	0,7	1,18	1,0	1,01	0,8	0,00	-	
TRABALHO DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	16,17	1,1	15,85	1,0	16,79	1,1	19,57	1,2	18,28	1,2	18,58	1,2	14,51	0,9	12,03	0,8	17,80	1,2	8,43	0,6	17,54	1,2	10,99	0,7	19,38	1,1	0,00	-	
Trabalhadores do Comércio	8,82	1,0	8,67	1,0	8,36	1,0	9,95	1,1	10,87	1,2	9,74	1,1	7,93	0,9	7,51	0,9	10,43	1,2	5,09	0,6	9,72	1,2	5,82	0,7	11,35	1,1	0,00	-	
Prestadores de Serviços Especializados	7,35	1,1	7,18	1,1	8,43	1,3	9,63	1,2	7,40	1,1	8,85	1,4	6,58	1,0	4,51	0,7	7,37	1,1	3,35	0,5	7,83	1,2	5,17	0,8	8,04	1,2	0,00	-	
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	30,54	1,1	39,24	1,4	42,91	1,6	29,24	1,3	34,47	1,4	32,61	1,3	31,63	1,3	35,98	1,2	32,64	1,1	58,99	2,0	40,86	1,4	51,71	1,8	30,63	1,2	63,31	2,7	
Trabalhadores da Indústria Moderna	10,98	1,2	14,39	1,6	13,80	1,5	7,95	1,4	12,09	2,0	6,95	1,1	8,84	1,5	7,62	1,1	12,03	1,7	4,70	0,7	12,91	1,8	7,75	1,1	5,63	1,3	10,85	1,8	
Trabalhadores da Indústria Tradicional	9,29	1,0	13,64	1,5	14,72	1,6	9,57	1,4	10,35	1,4	9,19	1,3	7,61	1,0	21,95	1,7	10,81	0,8	47,49	3,7	13,50	1,1	33,05	2,6	10,90	1,3	21,62	3,0	
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	3,59	1,1	4,06	1,3	3,83	1,2	3,86	1,1	5,21	1,6	3,83	1,2	3,60	1,1	1,88	0,6	4,08	1,3	1,20	0,4	4,31	1,4	2,66	0,9	4,48	1,4	8,11	2,4	
Trabalhadores da Construção Civil	6,67	1,1	7,16	1,2	10,56	1,8	7,86	1,2	6,82	0,8	12,64	1,5	11,57	1,4	4,54	0,7	5,72	0,9	5,60	0,9	10,14	1,6	8,25	1,3	9,63	1,1	22,72	3,2	
TRABALHO DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	14,66	1,1	13,20	1,0	17,33	1,3	21,36	1,2	13,42	0,7	22,27	1,2	19,71	1,1	9,10	0,6	12,23	0,9	8,30	0,6	16,44	1,2	12,98	0,9	18,74	1,1	34,95	2,4	
Prestadores de Serviços Não Especializados	6,09	1,2	6,23	1,2	8,19	1,6	7,52	1,2	5,56	0,9	8,79	1,4	7,69	1,2	3,28	0,6	4,54	0,9	4,19	0,8	6,52	1,2	5,19	1,0	7,57	1,3	13,26	2,9	
Trabalhadores Domésticos	6,72	1,1	4,54	0,7	6,31	1,0	9,35	1,1	5,34	0,6	9,95	1,0	9,91	1,0	4,09	0,6	4,92	0,8	3,04	0,5	7,14	1,1	5,97	0,9	7,94	0,9	17,32	2,3	
Ambulantes e catadores	1,85	0,9	2,43	1,1	2,84	1,3	4,49	1,2	2,52	0,9	3,53	1,3	2,11	0,8	1,73	0,8	2,77	1,2	1,06	0,5	2,79	1,2	1,82	0,8	3,23	1,0	4,37	1,7	
AGRICULTORES	0,69	0,8	0,80	0,9	1,01	1,2	0,61	0,6	0,61	0,4	1,03	0,7	5,84	3,9	0,37	0,2	0,51	0,3	3,28	2,2	0,90	0,6	0,99	0,7	1,89	0,7	0,15	0,0	
TOTAL	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico 1991. Microdados da Amostra.

Tabela 14 Distribuição das categorias socioocupacionais, segundo o perfil e a densidade, dos tipos operários das Regiões Metropolitanas em 2000

Perfil socioocupacional e densidade dos tipos operários nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia, Maringá e Fortaleza, 2000

CATEGORIAS SOCIOOCCUPACIONAIS	SAO PAULO						RIO DE JANEIRO			BELO HORIZONTE						
	Operário ok		Operário Moderno ok		Operário Popular ok		Operário Popular ok		Operário Moderno ok		Operário Popular ok		Operário Popular e Agrícola ok		Operário Moderno e Médio ok	
	perfil	densid.	perfil	densid.	perfil	densid.	perfil	densid.	perfil	densid.	perfil	densid.	perfil	densid.	perfil	densid.
BIRRGENTES	0,46	0,3	0,41	0,3	0,19	0,1	0,44	0,4	0,52	0,4	0,34	0,3	0,67	0,5	0,75	0,6
Grandes Empregadores	0,16	0,2	0,10	0,1	0,06	0,1	0,15	0,2	0,22	0,3	0,12	0,2	0,25	0,3	0,36	0,5
Dirigentes do Setor Público	0,13	0,7	0,22	1,3	0,08	0,5	0,13	0,6	0,16	0,8	0,13	0,6	0,21	1,0	0,12	0,5
Dirigentes do Setor Privado	0,17	0,4	0,08	0,2	0,05	0,1	0,16	0,5	0,13	0,4	0,09	0,3	0,21	0,7	0,27	0,8
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	3,63	0,5	2,21	0,3	1,76	0,2	3,55	0,4	2,93	0,4	2,75	0,4	2,35	0,3	4,24	0,6
Profissionais Autônomos de Nível Superior	0,60	0,3	0,31	0,2	0,30	0,2	0,68	0,3	0,52	0,3	0,74	0,4	0,59	0,3	0,78	0,4
Profissionais Empregados de Nível Superior	1,52	0,4	0,96	0,3	0,74	0,2	1,25	0,3	1,10	0,4	0,96	0,3	0,67	0,2	1,52	0,5
Profissionais Exatidão de Nível Superior	0,27	0,6	0,07	0,2	0,12	0,3	0,53	0,5	0,35	0,4	0,25	0,3	0,30	0,4	0,45	0,6
Profissionais de Nível Superior	1,24	0,7	0,88	0,5	0,61	0,3	1,09	0,5	0,96	0,5	0,80	0,4	0,78	0,4	1,49	0,8
PEQUENOS EMPREGADORES	1,34	0,5	0,94	0,4	0,65	0,2	1,37	0,6	1,47	0,5	1,46	0,5	1,77	0,6	2,54	0,9
OCUPAÇÕES MÉDIAS	25,56	0,9	19,45	0,7	17,54	0,6	25,86	0,9	20,35	0,8	23,80	0,9	14,64	0,6	30,31	1,2
Ocupações de Escritório	10,29	1,0	8,30	0,8	7,24	0,7	9,11	1,0	7,83	0,8	9,66	1,0	4,61	0,5	12,10	1,2
Ocupações de Supervisão	3,85	0,7	3,10	0,6	2,59	0,5	3,24	0,8	2,88	0,7	2,94	0,7	2,30	0,5	4,68	1,1
Ocupações Técnicas	5,41	0,9	4,16	0,7	3,58	0,6	4,62	0,8	3,87	0,7	4,29	0,8	2,68	0,5	6,63	1,2
Ocupações Médias da Saúde e Educação	3,52	1,1	2,25	0,7	2,33	0,7	4,46	1,1	3,84	1,0	3,55	1,0	3,23	0,9	4,40	1,2
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Corretas	1,71	1,1	1,04	0,7	1,12	0,7	3,41	1,2	0,98	0,6	2,12	1,2	0,92	0,5	1,46	0,8
Ocupações Artísticas e Similares	0,78	0,7	0,59	0,5	0,68	0,6	1,03	0,8	0,95	0,8	1,23	1,0	0,90	0,7	1,04	0,8
TRABALHADOR TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	21,76	1,1	19,25	1,0	21,42	1,1	24,09	1,2	18,94	1,0	23,83	1,3	15,28	0,8	20,83	1,1
Trabalhadores da Construção	10,64	1,1	9,06	0,9	9,73	1,0	10,88	1,1	9,03	0,9	11,64	1,2	7,43	0,8	11,19	1,2
Profissionais de Serviços Especializados	11,11	1,2	10,19	1,1	11,69	1,2	13,22	1,2	9,91	1,1	12,19	1,3	7,85	0,8	9,64	1,0
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	30,03	1,3	39,45	1,6	37,06	1,5	24,63	1,2	33,52	1,4	26,15	1,1	30,52	1,3	27,64	1,2
Trabalhadores da Indústria Moderna	8,97	1,3	14,42	2,0	10,29	1,4	5,27	1,4	9,96	1,8	5,11	0,9	6,51	1,2	9,88	1,8
Trabalhadores da Indústria Tradicional	6,30	1,4	5,61	1,2	7,83	1,7	5,02	1,3	4,67	1,1	5,33	1,3	3,89	0,9	4,65	1,1
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	7,41	1,2	11,32	1,9	7,85	1,3	6,30	1,2	7,23	1,3	5,87	1,1	8,15	1,5	7,49	1,4
Trabalhadores da Construção Civil	7,35	1,2	8,10	1,3	11,10	1,8	8,04	1,1	11,65	1,4	9,84	1,2	11,97	1,4	5,62	0,7
TRABALHADOR TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	17,04	1,1	17,99	1,1	21,01	1,3	19,77	1,1	20,73	1,1	21,38	1,2	22,81	1,2	13,33	0,7
Profissionais de Serviços Não Especializados	5,90	1,1	6,84	1,3	7,46	1,4	5,92	1,1	6,97	1,2	7,16	1,3	5,69	1,0	4,36	0,8
Trabalhadores Domésticos	6,79	0,9	7,30	1,0	8,75	1,2	8,65	1,0	10,86	1,1	10,24	1,1	14,77	1,5	5,81	0,6
Ambulantes e catadores	4,36	1,2	3,86	1,0	4,80	1,3	5,21	1,2	2,90	0,9	3,98	1,3	2,34	0,7	3,15	1,0
AGRICULTORES	0,30	0,6	0,30	0,6	0,37	0,7	0,27	0,5	1,54	1,4	0,30	0,3	11,96	10,5	0,36	0,3
TOTAL	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0

CATEGORIAS SOCIOOCCUPACIONAIS	PORTO ALEGRE						GOIÂNIA			MARINGÁ			FORTALEZA									
	Operário Polarizado		Operário Moderno-Médio		Operário Moderno		Operário Tradicional		Operário Moderno-Popular		Operário		Operário Médio Popular ok		Operário Popular ok		Operário e Médio ok		Operário Tradicional e Popular ok		Operário Popular ok	
	perfil	densid.	perfil	densid.	perfil	densid.	perfil	densid.	perfil	densid.	perfil	densid.	perfil	densid.	perfil	densid.	perfil	densid.	perfil	densid.	perfil	densid.
BIRRGENTES	1,70	1,2	0,85	0,6	0,64	0,5	1,03	0,7	0,48	0,3	0,52	0,3	0,67	0,5	0,19	0,1	0,4	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3
Grandes Empregadores	1,21	1,5	0,42	0,5	0,35	0,4	0,69	0,9	0,20	0,2	0,26	0,3	0,35	0,5	0,19	0,3	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	0,2
Dirigentes do Setor Público	0,11	0,4	0,20	0,7	0,13	0,5	0,13	0,5	0,14	0,5	0,09	0,3	0,19	0,9	0,00	0,0	0,1	0,4	0,2	0,7	0,1	0,4
Dirigentes do Setor Privado	0,39	1,2	0,23	0,7	0,16	0,5	0,21	0,7	0,15	0,5	0,17	0,3	0,13	0,3	0,00	0,0	0,2	0,4	0,2	0,4	0,1	0,3
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	3,42	0,4	4,80	0,6	2,37	0,3	2,08	0,3	2,53	0,3	2,47	0,4	3,47	0,6	0,19	0,0	3,4	0,6	2,2	0,4	2,2	0,4
Profissionais Autônomos de Nível Superior	1,05	0,5	1,06	0,5	0,59	0,3	0,41	0,2	0,64	0,3	0,54	0,3	0,66	0,6	0,06	0,1	0,7	0,5	0,5	0,4	0,5	0,4
Profissionais Empregados de Nível Superior	1,35	0,5	1,84	0,7	0,81	0,3	0,95	0,3	1,02	0,4	0,85	0,3	0,90	0,5	0,07	0,0	1,3	0,6	0,6	0,3	0,9	0,4
Profissionais Exatidão de Nível Superior	0,07	0,1	0,32	0,5	0,16	0,2	0,13	0,2	0,16	0,2	0,20	0,3	0,22	0,7	0,00	0,0	0,3	0,4	0,2	0,3	0,2	0,2
Profissionais de Nível Superior	0,94	0,5	1,57	0,8	0,80	0,4	0,59	0,3	0,72	0,4	0,88	0,5	1,70	0,7	0,06	0,0	1,2	0,8	0,9	0,5	0,7	0,4
PEQUENOS EMPREGADORES	3,92	1,2	2,87	0,9	1,86	0,6	2,70	0,8	1,76	0,5	1,88	0,5	2,89	0,7	0,36	0,1	1,4	0,7	0,8	0,4	0,9	0,5
OCUPAÇÕES MÉDIAS	22,82	0,8	30,17	1,1	20,16	0,7	18,35	0,7	22,91	0,9	20,43	0,8	21,32	1,0	9,80	0,5	25,4	1,1	16,5	0,7	17,5	0,8
Ocupações de Escritório	8,03	0,9	10,74	1,2	6,79	0,7	5,63	0,6	9,29	1,0	8,05	0,8	8,25	1,1	3,10	0,4	8,6	1,1	4,3	0,6	5,8	0,8
Ocupações de Supervisão	4,09	0,9	4,71	1,1	3,25	0,7	4,00	0,9	2,96	0,7	2,66	0,8	2,74	0,9	1,13	0,4	3,1	1,0	2,9	0,9	2,1	0,6
Ocupações Técnicas	6,22	1,0	7,69	1,2	5,31	0,8	4,79	0,7	5,15	0,8	3,59	0,7	5,26	1,0	2,92	0,6	5,0	1,1	2,7	0,6	3,4	0,7
Ocupações Médias da Saúde e Educação	2,21	0,6	4,34	1,2	2,59	0,7	2,19	0,6	2,93	0,8	3,11	0,9	3,21	1,1	1,72	0,6	5,2	1,2	3,5	0,8	3,7	0,9
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Corretas	0,71	0,4	1,71	0,9	1,02	0,5	0,70	0,4	1,71	0,9	1,40	0,8	1,01	1,1	0,44	0,5	2,1	1,2	1,0	0,6	1,2	0,7
Ocupações Artísticas e Similares	1,57	1,3	0,99	0,8	1,20	1,0	1,04	0,8	0,87	0,7	1,63	1,0	0,84	0,8	0,49	0,5	1,3	0,9	2,1	1,5	1,3	0,9
TRABALHADOR TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	14,60	0,8	19,13	1,1	11,36	0,7	11,36	0,7	22,31	1,3	21,05	1,1	19,31	1,1	15,80	0,9	23,3	1,1	17,0	0,8	23,7	1,1
Trabalhadores da Construção	7,59	0,9	10,45	1,2	9,68	1,1	5,89	0,7	11,78	1,3	10,24	1,1	9,89	1,1	6,20	0,7	11,8	1,1	8,3	0,8	11,1	1,1
Profissionais de Serviços Especializados	7,01	0,8	8,69	1,0	8,95	1,0	5,47	0,6	10,53	1,2	10,80	1,2	9,42	1,1	9,59	1,2	11,5	1,1	8,7	0,8	12,5	1,2
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	40,46	1,5	29,29	1,1	39,87	1,5	53,89	2,0	30,60	1,1	32,09	1,3	29,57	1,1	44,91	1,7	28,3	1,1	38,8	1,6	30,8	1,2
Trabalhadores da Indústria Moderna	9,71	1,5	10,59	1,7	13,27																	

Tabela 15

Distribuição das categorias socioocupacionais, segundo o perfil e a densidade, dos tipos populares das Regiões Metropolitanas em 1991

Perfil socioocupacional e densidade dos tipos populares nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia e Maringá. 1991

CATEGORIAS SOCIOOCCUPACIONAIS	SAO PAULO				RIO DE JANEIRO				BELO HORIZONTE				PORTO ALEGRE				GOIANIA				MARINGÁ								
	Popular ok		Popular Agrícola ok		Popular operário ok		Popular ok		Popular Agrícola ok		Popular ok		Popular Polarizado ok		Popular Agrícola ok		Popular e Médio		Popular		Popular Operário ok		Popular ok		Popular Agrícola ok		Popular Operário ok		
	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil
DIRIGENTES	0,63	0,3	2,14	1,0	0,50	0,3	0,51	0,4	0,38%	0,3	0,18	0,1	2,46	1,5	0,59	0,4	0,78	0,5	0,48	0,3	0,28	0,2	0,05	0,0	0,13	0,1	0,00	-	
Grandes-Empregadores	0,59	0,4	1,32	0,9	0,46	0,4	0,45	0,4	0,33%	0,3	0,16	0,1	1,95	1,5	0,48	0,4	0,66	0,6	0,42	0,4	0,25	0,2	0,05	0,0	0,05	0,0	0,00	-	
Dirigentes do Setor Público	0,01	0,2	0,15	2,3	0,02	0,1	0,04	0,4	0,06%	0,5	0,02	0,2	0,17	1,4	0,07	0,6	0,04	0,4	0,06	0,6	0,03	0,3	-	0,0	0,08	0,7	0,00	-	
Dirigentes do Setor Privado	0,02	0,0	0,68	1,2	0,02	0,1	0,02	0,1	0,00%	0,0	0,00	0,0	0,34	1,5	0,04	0,2	0,07	0,4	0,00	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	0,00	-	
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	1,14	0,2	3,85	0,7	1,27	0,2	1,86	0,3	0,98%	0,1	0,86	0,2	3,12	0,6	2,40	0,4	3,70	0,6	0,81	0,1	1,53	0,3	0,62	0,1	1,75	0,3	0,00	-	
Profissionais Autônomos de Nível Superior	0,21	0,2	0,97	1,0	0,32	0,3	0,36	0,3	0,35%	0,3	0,31	0,3	0,62	0,5	0,57	0,5	0,64	0,5	0,28	0,2	0,44	0,4	0,23	0,2	0,23	0,2	0,00	-	
Profissionais Empregados de Nível Superior	0,39	0,2	1,12	0,5	0,28	0,2	0,23	0,1	0,04%	0,0	0,25	0,2	1,10	0,7	0,38	0,3	0,75	0,6	0,13	0,1	0,36	0,3	0,08	0,1	0,20	0,2	0,00	-	
Profissionais Empossados de Nível Superior	0,16	0,2	0,54	0,6	0,22	0,1	0,43	0,2	0,25%	0,1	0,07	0,0	0,91	0,6	0,53	0,3	0,92	0,6	0,19	0,1	0,32	0,2	0,13	0,1	0,33	0,2	0,00	-	
Professores de Nível Superior	0,38	0,2	1,21	0,8	0,44	0,2	0,84	0,4	0,34%	0,2	0,22	0,2	0,49	0,3	0,92	0,6	1,39	0,7	0,20	0,1	0,41	0,3	0,18	0,1	0,99	0,7	0,00	-	
PEQUENOS EMPREGADORES	1,22	0,4	2,67	0,8	1,14	0,4	1,93	0,7	2,12%	0,8	0,75	0,2	2,44	0,7	2,26	0,7	2,76	0,8	1,40	0,4	1,35	0,3	0,99	0,3	1,57	0,4	0,00	-	
OCCUPAÇÕES MÉDIAS	22,69	0,7	18,31	0,6	16,32	0,5	18,46	0,6	11,55%	0,4	13,27	0,5	16,19	0,6	14,22	0,5	31,30	1,1	17,32	0,6	20,93	0,8	12,18	0,4	13,12	0,5	0,00	-	
Ocupações de Escritório	10,99	0,8	6,97	0,5	5,91	0,5	6,23	0,5	3,62%	0,3	5,92	0,5	5,41	0,4	4,71	0,4	13,76	1,2	6,64	0,6	7,66	0,6	4,71	0,4	4,75	0,4	0,00	-	
Ocupações de Supervisão	4,10	0,6	3,99	0,6	2,26	0,5	2,68	0,6	1,41%	0,3	1,65	0,3	4,44	0,9	2,33	0,5	3,99	0,8	2,50	0,5	2,71	0,7	1,34	0,3	1,70	0,4	0,00	-	
Ocupações Técnicas	4,22	0,7	3,42	0,5	3,00	0,5	3,20	0,6	1,85%	0,3	2,27	0,4	3,63	0,7	2,58	0,5	5,96	0,9	3,84	0,6	3,16	0,7	2,28	0,5	1,64	0,4	0,00	-	
Ocupações Médias da Saúde e Educação	2,23	0,8	2,53	0,9	2,40	0,6	3,50	0,9	3,11%	0,8	1,30	0,4	1,93	0,6	3,01	0,9	3,57	1,2	1,70	0,6	2,96	0,9	1,84	0,6	2,69	0,8	0,00	-	
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	0,67	0,5	0,71	0,5	1,95	0,6	2,18	0,6	0,83%	0,2	1,29	0,7	0,39	0,2	0,95	0,5	2,92	1,4	1,97	0,9	3,25	1,5	1,18	0,5	1,56	0,7	0,00	-	
Ocupações Artísticas e Similares	0,47	0,5	0,69	0,7	0,81	0,7	0,68	0,6	0,73%	0,6	0,84	0,7	0,39	0,3	0,64	0,5	1,09	0,9	0,67	0,6	1,19	0,9	0,83	0,6	0,79	0,6	0,00	-	
TRABALHO DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	18,11	1,2	13,41	0,9	19,42	1,2	16,01	1,0	15,05%	0,9	16,29	1,1	12,29	0,8	10,47	0,7	18,40	1,2	18,65	1,3	17,80	1,0	17,11	1,0	14,47	0,8	11,42	0,9	
Trabalhadores do Comércio	9,02	1,0	7,05	0,8	9,67	1,1	8,17	0,9	8,84%	1,0	8,25	0,9	6,09	0,7	5,82	0,7	9,70	1,2	9,55	1,1	9,70	0,9	8,53	0,8	7,62	0,7	0,00	-	
Prestadores de Serviços Especializados	9,08	1,4	6,36	1,0	9,75	1,2	7,84	1,0	6,21%	0,8	8,04	1,2	6,20	0,9	4,65	0,7	8,70	1,3	9,11	1,4	8,10	1,2	8,58	1,2	6,85	1,0	11,42	2,5	
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	34,53	1,3	31,65	1,2	32,74	1,5	29,95	1,3	26,25%	1,2	31,71	1,3	28,79	1,2	30,07	1,2	24,04	0,8	35,71	1,2	32,13	1,3	39,46	1,6	32,18	1,3	45,54	1,9	
Trabalhadores da Indústria Moderna	10,02	1,1	8,34	0,9	7,30	1,3	6,19	1,1	4,47%	0,8	3,32	0,5	5,12	0,8	6,30	1,0	5,81	0,8	9,26	1,3	6,62	1,5	5,22	1,2	4,30	1,0	9,13	1,5	
Trabalhadores da Indústria Tradicional	9,83	1,1	7,29	0,8	8,13	1,2	7,19	1,0	5,86%	0,8	6,71	0,9	7,89	1,1	7,08	1,0	6,49	0,5	8,52	0,7	10,31	1,3	8,43	1,0	7,79	1,0	0,00	-	
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	3,56	1,1	3,53	1,1	3,70	1,1	3,87	1,1	3,38%	1,0	1,94	0,6	1,84	0,6	3,88	1,2	4,03	1,3	4,32	1,4	4,94	1,5	3,19	1,0	3,53	1,1	0,00	-	
Trabalhadores da Construção Civil	11,12	1,8	12,49	2,1	13,61	2,2	12,70	2,0	12,54%	2,0	19,73	2,3	13,95	1,7	12,81	1,5	7,71	1,2	13,60	2,2	10,26	1,2	22,62	2,6	16,56	1,9	36,41	5,2	
TRABALHO DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	20,32	1,5	23,87	1,7	27,27	1,5	24,62	1,3	28,40%	1,5	36,68	2,0	33,18	1,8	24,70	1,3	18,25	1,3	23,51	1,7	20,11	1,1	27,05	1,5	20,19	1,1	42,79	2,9	
Prestadores de Serviços Não-Especializados	7,91	1,5	5,15	1,0	8,36	1,4	6,98	1,1	7,22%	1,2	12,95	2,1	7,70	1,2	6,71	1,1	7,47	1,4	8,78	1,7	7,77	1,3	10,57	1,8	7,85	1,3	12,94	2,8	
Trabalhadores Domésticos	10,14	1,6	17,08	2,7	14,58	1,7	14,10	1,6	16,96%	2,0	19,97	2,1	25,03	2,6	15,99	1,7	7,89	1,2	11,71	1,8	8,22	1,0	12,98	1,5	9,28	1,1	26,35	3,4	
Ambedanos e catadores	2,28	1,1	1,64	0,8	4,32	1,2	3,54	1,0	4,22%	1,2	3,76	1,4	0,45	0,2	2,00	0,8	2,90	1,3	3,02	1,3	4,12	1,3	3,50	1,1	3,05	1,0	3,50	1,4	
AGRICULTORES	1,37	1,6	4,11	4,7	1,34	1,3	6,66	6,4	15,27%	14,7	0,27	0,2	1,52	1,0	15,29	10,2	0,76	0,5	2,11	1,4	5,86	2,3	2,54	1,0	16,60	6,4	0,25	0,0	
TOTAL	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00%	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico 1991. Microdados da Amostra.

Tabela 16

Distribuição das categorias socioocupacionais, segundo o perfil e a densidade, dos tipos populares das Regiões Metropolitanas em 2000

Perfil socioocupacional e densidade dos tipos populares nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia, Maringá e Fortaleza. 2000

CATEGORIAS SOCIOOCCUPACIONAIS	SAO PAULO						RIO DE JANEIRO						BELO HORIZONTE						PORTO ALEGRE				GOIANIA				MARINGÁ	FORTALEZA	
	Popular ok		Popular Operário ok		Popular Agrícola ok		Popular Operário ok		Popular ok		Popular-Agrícola ok		Popular Polarizado ok		Popular Operário ok		Popular Agrícola ok		Popular		Popular e Agrícola		Popular ok		Popular Agrícola ok		Não Tem	Popular ok	
	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	perfil
DIRENTES	0,30	0,2	0,22	0,2	0,91	0,7	0,24	0,2	0,50	0,4	0,68	0,6	2,76	2,2	0,27	0,2	0,80	0,6	0,30	0,2	0,54	0,4	0,15	0,1	0,24	0,1		1,1	1,0
Grandes Empregadores	0,10	0,1	0,07	0,1	0,44	0,6	0,08	0,1	0,17	0,3	0,14	0,2	2,23	3,0	0,07	0,1	0,48	0,7	0,13	0,2	0,18	0,2	0,02	0,0	-	0,0		0,5	1,1
Direntes do Setor Público	0,05	0,3	0,05	0,3	0,13	0,8	0,09	0,4	0,18	0,9	0,33	1,6	0,14	0,6	0,12	0,5	0,13	0,6	0,08	0,3	0,26	0,9	0,08	0,3	0,24	0,8		0,2	1,0
Direntes do Setor Privado	0,15	0,3	0,11	0,3	0,33	0,8	0,08	0,2	0,15	0,5	0,21	0,7	0,39	1,2	0,08	0,2	0,19	0,6	0,09	0,3	0,11	0,3	0,05	0,1	-	0,0		0,4	1,0
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	2,85	0,4	1,49	0,2	3,97	0,5	2,16	0,2	2,40	0,3	2,00	0,2	9,71	1,3	1,41	0,2	3,29	0,4	2,53	0,3	2,08	0,3	1,06	0,2	0,95	0,1		5,2	0,9
Profissionais Autônomos de Nível Superior	0,52	0,3	0,35	0,2	1,24	0,6	0,45	0,2	0,64	0,3	0,72	0,4	3,52	1,8	0,38	0,2	0,86	0,4	0,53	0,3	0,75	0,4	0,15	0,1	0,32	0,2		1,3	1,0
Profissionais Empregados de Nível Superior	1,37	0,4	0,63	0,2	1,42	0,4	0,84	0,2	0,86	0,2	0,48	0,1	2,88	1,0	0,47	0,2	0,95	0,3	1,21	0,4	0,65	0,2	0,52	0,2	-	0,0		1,8	0,8
Profissionais Estatutários de Nível Superior	0,13	0,3	0,04	0,1	0,17	0,4	0,21	0,2	0,23	0,2	0,16	0,1	1,43	1,8	0,14	0,2	0,36	0,5	0,17	0,2	0,18	0,3	0,09	0,1	0,17	0,2		0,7	0,9
Professores de Nível Superior	0,83	0,5	0,47	0,3	1,14	0,6	0,66	0,3	0,67	0,3	0,64	0,3	1,88	1,0	0,42	0,2	1,13	0,6	0,61	0,3	0,51	0,3	0,29	0,2	0,47	0,2		1,4	0,9
PEQUENOS EMPREGADORES	0,88	0,3	0,66	0,3	1,63	0,6	0,92	0,4	1,22	0,5	1,74	0,7	1,57	0,6	0,99	0,4	1,59	0,6	1,28	0,4	1,32	0,4	0,60	0,2	0,76	0,2		1,7	0,9
OCCUPAÇÕES MÉDIAS	22,55	0,8	13,92	0,5	19,79	0,7	19,12	0,7	15,58	0,6	14,50	0,5	16,89	0,6	15,47	0,6	18,02	0,7	20,79	0,8	17,10	0,6	13,81	0,6	9,27	0,4		17,4	0,8
Ocupações de Escritório	10,31	1,0	5,68	0,5	6,91	0,7	6,72	0,7	4,97	0,5	3,80	0,4	6,17	0,6	6,30	0,6	5,22	0,5	8,05	0,9	6,45	0,7	5,34	0,6	3,00	0,3		5,1	0,7
Ocupações de Supervisão	3,33	0,6	2,36	0,4	3,71	0,7	2,54	0,6	2,34	0,5	2,59	0,6	2,28	0,5	2,09	0,5	2,72	0,6	2,45	0,5	2,38	0,5	1,53	0,4	1,44	0,4		2,6	0,8
Ocupações Técnicas	4,13	0,7	2,70	0,4	4,15	0,7	3,24	0,6	2,64	0,5	2,72	0,5	3,60	0,7	2,20	0,4	3,76	0,7	3,46	0,5	3,47	0,5	2,25	0,4	1,96	0,4		4,1	0,9
Ocupações Médias da Saúde e Educação	3,06	0,9	1,99	0,6	2,90	0,9	3,42	0,8	3,20	0,8	3,39	0,8	2,10	0,6	2,92	0,8	4,13	1,1	3,51	1,0	2,65	0,7	2,64	0,8	1,21	0,4		3,3	0,8
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	1,05	0,7	0,61	0,4	1,23	0,8	2,28	0,8	1,61	0,6	1,57	0,5	1,37	0,8	1,15	0,7	1,29	0,7	2,40	1,2	1,37	0,7	1,09	0,6	0,73	0,4		1,2	0,7
Ocupações Artísticas e Similares	0,67	0,6	0,58	0,5	0,89	0,8	0,92	0,7	0,83	0,6	0,42	0,3	1,37	1,1	0,80	0,6	0,90	0,7	0,91	0,7	0,78	0,6	0,98	0,6	0,93	0,6		1,0	0,7
TRABALHADOR DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	23,55	1,2	21,21	1,1	17,78	0,9	23,99	1,2	21,96	1,1	16,66	0,8	16,43	0,9	20,54	1,1	16,09	0,8	21,77	1,2	19,19	1,1	18,84	1,0	15,38	0,8		23,7	1,1
Trabalhadores do Comércio	10,52	1,1	9,23	0,9	7,96	0,8	10,62	1,1	9,57	1,0	7,48	0,8	6,47	0,7	9,16	0,9	7,62	0,8	9,68	1,1	9,25	1,1	7,50	0,8	8,32	0,9		9,5	0,9
Provedores de Serviços Especializados	13,03	1,4	11,99	1,2	9,82	1,0	13,37	1,2	12,40	1,1	9,18	0,8	9,96	1,1	11,38	1,2	8,47	0,9	12,09	1,4	9,94	1,1	11,33	1,2	7,07	0,8		14,1	1,4
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	26,18	1,1	33,83	1,4	31,48	1,3	28,36	1,4	27,95	1,4	28,57	1,4	24,06	1,0	31,04	1,3	30,75	1,3	27,32	1,0	33,34	1,2	34,82	1,4	32,46	1,3		20,7	0,8
Trabalhadores da Indústria Moderna	6,91	1,0	8,37		7,78	1,1	5,27	1,4	4,46	1,1	4,71	1,2	5,39	1,0	5,38	1,0	6,69	1,2	5,10	0,8	7,82	1,2	4,48	1,1	3,90	1,0		3,2	0,9
Trabalhadores da Indústria Tradicional	4,21	0,9	4,78	1,0	4,16	0,9	5,29	1,4	4,13	1,1	4,17	1,1	3,64	0,9	4,72	1,1	4,99	1,2	4,17	0,5	5,53	0,6	8,17	1,0	8,69	1,1		5,4	0,6
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	5,91	1,0	6,21	1,0	7,99	1,3	6,38	1,3	5,31	1,0	6,53	1,3	4,34	0,8	5,18	1,0	6,01	1,1	5,42	1,1	7,01	1,4	5,54	1,1	5,65	1,2		3,1	0,7
Trabalhadores da Construção Civil	9,15	1,4	14,46	2,3	11,55	1,8	11,43	1,6	14,05	1,9	13,16	1,8	10,69	1,3	15,76	1,9	13,05	1,6	12,62	1,8	12,98	1,8	16,62	2,1	14,23	1,8		9,1	1,3
TRABALHADOR DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	23,39	1,4	27,84	1,7	22,86	1,4	24,71	1,3	28,20	1,5	25,76	1,4	28,23	1,5	29,38	1,6	24,85	1,3	25,40	1,7	21,69	1,5	29,11	1,6	24,33	1,4		26,2	1,4
Provedores de Serviço Não Especializados	8,56	1,6	9,63	1,8	5,65	1,1	7,27	1,4	7,33	1,4	5,78	1,1	6,17	1,1	9,60	1,7	6,16	1,1	8,49	1,9	6,58	1,4	9,19	1,7	7,14	1,3		6,8	1,4
Trabalhadores Domésticos	11,03	1,5	13,90	1,9	12,68	1,8	12,38	1,4	16,38	1,9	15,54	1,8	20,56	2,1	16,14	1,7	16,11	1,7	12,28	1,8	11,42	1,7	15,46	1,9	13,24	1,6		14,2	1,5
Ambulantes e camadas	3,80	1,0	4,30	1,2	4,52	1,2	5,06	1,2	4,49	1,1	4,44	1,0	1,50	0,5	3,64	1,2	2,57	0,8	4,63	1,4	3,69	1,1	4,46	1,0	3,95	0,9		5,2	1,0
AGRICULTORES	0,30	0,6	0,82	1,6	1,56	3,1	0,48	0,9	2,18	3,9	10,09	18,1	0,36	0,3	0,91	0,8	4,62	4,1	0,62	0,5	4,74	3,5	1,61	1,3	16,60	13,2		4,0	1,2
TOTAL	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0	100,00	1,0		100,00	1,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico 2000. Microdados da Amostra.

Tabela 17

Distribuição das categorias socioocupacionais, segundo o perfil e a densidade, dos tipos agrícolas das Regiões Metropolitanas em 1991

Perfil socioocupacional e densidade dos **tipos agrícolas** nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia e Maringá. 1991

CATEGORIAS SOCIOOCCUPACIONAIS	SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO		BELO HORIZON	PORTO ALEGRE		GOIANIA		MARINGÁ	
	Agrícola ok		8Agrícola Popular ok		Não Tem	Agrícola popular		Agrícola Popular ok		Agrícola Heterogêneo ok	
	perfil	densid	perfil	densid		perfil	densid	perfil	densid	perfil	densidade
DIRIGENTES	0,70	0,3	0,14	0,1		0,49	0,3	-	0,0	0,11	0,1
Grandes Empregadores	0,64	0,4	0,14	0,1		0,36	0,3	-	0,0	0,00	-
Dirigentes do Setor Público	0,00	0,0	0,00	0,0		0,12	1,2	-	0,0	0,11	1,6
Dirigentes do Setor Privado	0,06	0,1	0,00	0,0		0,01	0,1	-	0,0	0,00	-
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	1,56	0,3	0,77	0,1		2,04	0,3	-	0,0	0,00	-
Profissionais Autônomos de Nível Superior	0,24	0,2	0,22	0,2		0,57	0,5	-	0,0	0,00	-
Profissionais Empregados de Nível Superior	0,15	0,1	0,00	0,0		0,26	0,2	-	0,0	0,00	-
Profissionais Estatutários de Nível Superior	0,18	0,2	0,27	0,1		0,17	0,1	-	0,0	0,00	-
Professores de Nível Superior	0,99	0,6	0,28	0,1		1,05	0,5	-	0,0	0,00	-
PEQUENOS EMPREGADORES	3,17	1,0	3,20	1,2		3,42	1,0	1,50	0,4	9,06	1,5
OCUPAÇÕES MÉDIAS	15,66	0,5	9,51	0,3		13,27	0,4	-	0,0	3,25	0,1
Ocupações de Escritório	6,26	0,4	1,80	0,2		4,47	0,4	-	0,0	0,00	-
Ocupações de Supervisão	2,88	0,4	1,87	0,4		2,45	0,5	-	0,0	0,00	-
Ocupações Técnicas	3,34	0,5	1,64	0,3		2,22	0,3	-	0,0	0,00	-
Ocupações Médias da Saúde e Educação	1,93	0,7	2,44	0,6		2,65	0,9	-	0,0	3,25	1,4
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	0,98	0,8	1,25	0,4		0,72	0,3	-	0,0	0,00	-
Ocupações Artísticas e Similares	0,27	0,3	0,50	0,4		0,77	0,7	-	0,0	0,00	-
TRABALH. DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	10,56	0,7	12,48	0,7		10,06	0,7	5,76	0,3	0,00	-
Trabalhadores do Comércio	6,10	0,7	5,67	0,6		5,17	0,6	2,76	0,3	0,00	-
Prestadores de Serviços Especializados	4,46	0,7	6,81	0,9		4,89	0,8	3,01	0,4	0,00	-
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	27,38	1,0	26,63	1,2		24,97	0,9	27,32	1,1	13,61	0,6
Trabalhadores da Indústria Moderna	7,15	0,8	7,07	1,2		5,28	0,8	-	0,0	4,13	0,7
Trabalhadores da Indústria Tradicional	5,39	0,6	2,81	0,4		9,40	0,7	0,75	0,1	9,48	1,3
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	4,04	1,3	3,59	1,1		2,93	1,0	-	0,0	0,00	-
Trabalhadores da Construção Civil	10,81	1,8	13,17	2,1		7,36	1,2	26,57	3,0	0,00	-
TRABALH. DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	19,35	1,4	21,25	1,2		20,84	1,5	18,30	1,0	0,00	-
Prestadores de Serviços Não Especializados	4,78	0,9	4,77	0,8		5,07	1,0	18,30	3,1	0,00	-
Trabalhadores Domésticos	13,03	2,1	12,88	1,5		13,82	2,1	-	0,0	0,00	-
Ambulantes e catadores	1,54	0,7	3,59	1,0		1,96	0,9	-	0,0	0,00	-
AGRICULTORES	21,62	24,7	26,02	25,1		24,89	16,6	47,12	18,2	73,97	5,3
TOTAL	100,00	1,0	100,00	1,0		100,00	1,0	100,00	1,0	100	1,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico 1991. Microdados da Amostra.

Tabela 18

Distribuição das categorias socioocupacionais, segundo o perfil e a densidade, dos tipos agrícolas das Regiões Metropolitanas em 2000

Perfil socioocupacional e densidade dos **tipos agrícolas** nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia, Maringá e Fortaleza. 2000

CATEGORIAS SOCIOOCCUPACIONAIS	SÃO PAULO				RIO DE JANEIRO	BELO HORIZON	PORTO ALEGRE	GOIANIA	MARINGÁ	FORTALEZA			
	Agrícola Popular ok		Agrícola ok		Não Tem	Não Tem	Agrícola Popular	Não Tem	Agrícola Operário ok	Agrícola Popular ok			
	perfil	densid	perfil	densid			perfil	densid	perfil	densid	perfil	densid	
DIRIGENTES	0,68	0,5	0,69	0,5			0,97	0,7		0,71	0,5	0,5	0,5
Grandes Empregadores	0,29	0,4	0,22	0,3			0,26	0,3		0,27	0,4	0,1	0,3
Dirigentes do Setor Público	0,08	0,4	0,20	1,2			0,32	1,1		0,21	1,0	0,2	0,8
Dirigentes do Setor Privado	0,32	0,7	0,26	0,6			0,40	1,2		0,22	0,6	0,2	0,5
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	3,58	0,5	2,03	0,3			3,13	0,4		3,11	0,6	1,2	0,2
Profissionais Autônomos de Nível Superior	1,01	0,5	0,59	0,3			0,96	0,5		0,56	0,5	0,3	0,2
Profissionais Empregados de Nível Superior	1,22	0,3	0,53	0,1			0,70	0,2		0,92	0,5	0,4	0,2
Profissionais Estatutários de Nível Superior	0,13	0,3	0,13	0,3			0,28	0,4		0,14	0,5	0,1	0,2
Professores de Nível Superior	1,22	0,7	0,79	0,4			1,18	0,6		1,49	0,7	0,4	0,2
PEQUENOS EMPREGADORES	1,97	0,7	1,75	0,7			2,30	0,7		2,85	0,7	1,1	0,6
OCUPAÇÕES MÉDIAS	15,68	0,6	12,41	0,4			13,39	0,5		13,77	0,7	12,4	0,5
Ocupações de Escritório	5,09	0,5	3,63	0,3			4,09	0,4		5,02	0,6	3,0	0,4
Ocupações de Supervisão	3,10	0,6	2,56	0,5			2,16	0,5		1,97	0,6	1,9	0,6
Ocupações Técnicas	3,39	0,5	2,38	0,4			2,58	0,4		2,65	0,5	1,4	0,3
Ocupações Médias da Saúde e Educação	2,38	0,7	2,38	0,7			2,93	0,8		2,53	0,9	3,4	0,8
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	1,20	0,8	0,86	0,6			1,10	0,6		0,77	0,8	0,5	0,3
Ocupações Artísticas e Similares	0,53	0,5	0,60	0,5			0,53	0,4		0,84	0,8	2,2	1,6
TRABALH. DO TERCÁRIO ESPECIALIZADO	14,89	0,8	12,88	0,7			14,68	0,8		14,65	0,9	13,8	0,7
Trabalhadores do Comércio	7,90	0,8	6,81	0,7			7,46	0,9		7,15	0,8	6,6	0,6
Prestadores de Serviços Especializados	6,99	0,7	6,07	0,6			7,22	0,8		7,50	0,9	7,3	0,7
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	31,28	1,3	22,44	0,9			23,92	0,9		29,47	1,1	25,0	1,0
Trabalhadores da Indústria Moderna	7,68	1,1	4,82	0,7			5,20	0,8		5,48	1,1	2,7	0,7
Trabalhadores da Indústria Tradicional	4,83	1,1	3,66	0,8			3,85	0,4		8,21	1,1	8,4	0,9
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	7,89	1,3	5,70	1,0			5,33	1,1		7,02	1,2	5,2	1,1
Trabalhadores da Construção Civil	10,88	1,7	8,26	1,3			9,54	1,3		8,76	1,0	8,7	1,2
TRABALH. DO TERCÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	24,58	1,5	19,36	1,2			21,00	1,4		17,10	1,0	17,5	0,9
Prestadores de Serviços Não Especializados	5,40	1,0	4,21	0,8			4,92	1,1		4,16	1,0	3,6	0,7
Trabalhadores Domésticos	15,63	2,2	12,26	1,7			13,62	2,0		9,56	1,2	10,0	1,1
Ambulantes e catadores	3,55	1,0	2,88	0,8			2,45	0,7		3,38	0,8	3,9	0,7
AGRICULTORES	7,34	14,6	28,45	56,4			20,61	15,3		18,35	2,2	28,5	8,7
TOTAL	100,00	1,0	100,00	1,0			100,00	1,0		100	1,0	100,0	1,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico 2000. Microdados da Amostra.

Tabela 19

Distribuição total das categorias socioocupacionais segundo as Regiões Metropolitanas, em 1991

Perfil socioocupacional das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia e Maringá. 1991

CATEGORIAS SOCIOOCCUPACIONAIS	SÃO PAULO ok	RIO DE JANEIRO ok	BELO HORIZONT E ok	PORTO ALEGRE	GOIANIA ok	MARINGÁ ok
	Total	Total	Total	Total	Total	Total
	perfil	perfil	perfil	perfil	perfil	perfil
DIRIGENTES	2,16	1,45	1,64	1,48	1,41	1,53
Grandes Empregadores	1,54	1,03	1,29	1,18	1,20	1,34
Dirigentes do Setor Público	0,07	0,12	0,12	0,10	0,11	0,07
Dirigentes do Setor Privado	0,56	0,30	0,22	0,19	0,11	0,11
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	5,54	6,95	5,67	5,87	5,24	4,08
Profissionais Autônomos de Nível Superior	1,00	1,08	1,14	1,20	1,00	0,34
Profissionais Empregados de Nível Superior	2,06	1,70	1,48	1,19	1,03	0,97
Profissionais Estatutários de Nível Superior	0,93	2,13	1,56	1,49	1,84	0,56
Professores de Nível Superior	1,56	2,04	1,49	1,99	1,37	2,21
PEQUENOS EMPREGADORES	3,14	2,65	3,34	3,48	3,96	6,22
OCUPAÇÕES MÉDIAS	32,03	30,35	29,01	29,50	27,20	23,21
Ocupações de Escritório	14,01	11,94	12,43	11,85	11,97	11,00
Ocupações de Supervisão	6,51	4,55	5,00	5,08	4,17	3,04
Ocupações Técnicas	6,39	5,49	5,35	6,42	4,39	4,81
Ocupações Médias da Saúde e Educação	2,87	3,78	3,21	2,90	3,21	2,38
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	1,29	3,44	1,84	2,08	2,16	0,91
Ocupações Artísticas e Similares	0,95	1,16	1,18	1,16	1,30	1,07
TRABALH. DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	15,19	16,68	15,48	14,90	17,29	12,61
Trabalhadores do Comércio	8,68	8,81	8,93	8,41	10,39	8,12
Prestadores de Serviços Especializados	6,51	7,87	6,55	6,49	6,90	4,50
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	27,35	22,45	25,03	29,23	24,70	23,62
Trabalhadores da Indústria Moderna	8,98	5,76	6,06	7,00	4,49	5,90
Trabalhadores da Indústria Tradicional	9,19	6,97	7,28	12,83	8,15	7,31
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	3,17	3,41	3,29	3,08	3,29	3,36
Trabalhadores da Construção Civil	6,01	6,31	8,40	6,32	8,77	7,05
TRABALH. DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	13,71	18,44	18,33	14,04	17,61	14,76
Prestadores de Serviços Não Especializados	5,22	6,17	6,19	5,26	5,84	4,58
Trabalhadores Domésticos	6,35	8,67	9,49	6,49	8,59	7,68
Ambulantes e catadores	2,13	3,60	2,66	2,30	3,18	2,50
AGRICULTORES	0,87	1,04	1,50	1,50	2,59	13,98
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico 1991. Microdados da Amostra.

Tabela 20

Distribuição total das categorias socioocupacionais segundo as Regiões Metropolitanas, em 2000

Perfil socioocupacional das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia, Maringá e Fortaleza. 2000

CATEGORIAS SOCIOOCCUPACIONAIS	SÃO PAULO ok	RIO DE JANEIRO ok	BELO HORIZONT E ok	PORTO ALEGRE	GOIANIA ok	MARINGÁ ok	FORTALEZ A
	Total perfil	Total perfil	Total perfil	Total perfil	Total perfil	Total perfil	Total perfil
DIRIGENTES	1,37	1,15	1,27	1,41	1,66	1,37	1,1
Grandes Empregadores	0,77	0,63	0,73	0,8	0,85	0,77	0,5
Dirigentes do Setor Público	0,17	0,20	0,22	0,3	0,30	0,21	0,2
Dirigentes do Setor Privado	0,43	0,32	0,32	0,3	0,51	0,39	0,4
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	7,83	8,73	7,44	7,59	6,72	5,39	5,8
Profissionais Autônomos de Nível Superior	1,96	1,99	1,96	2,1	1,55	1,09	1,3
Profissionais Empregados de Nível Superior	3,66	3,60	2,86	2,8	2,57	1,71	2,2
Profissionais Estatutários de Nível Superior	0,44	1,10	0,79	0,7	0,71	0,30	0,7
Professores de Nível Superior	1,77	2,04	1,83	1,9	1,89	2,29	1,6
PEQUENOS EMPREGADORES	2,65	2,45	2,81	3,2	3,48	4,17	1,9
OCUPAÇÕES MÉDIAS	28,15	27,73	26,13	26,94	24,96	20,79	22,9
Ocupações de Escritório	10,58	9,23	9,73	9,3	9,51	7,81	7,6
Ocupações de Supervisão	5,33	4,26	4,19	4,5	3,44	3,07	3,2
Ocupações Técnicas	6,35	5,74	5,49	6,4	5,23	5,08	4,6
Ocupações Médias da Saúde e Educação	3,26	4,22	3,73	3,6	3,36	2,82	4,3
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	1,53	2,92	1,72	1,9	1,82	0,95	1,7
Ocupações Artísticas e Similares	1,10	1,36	1,26	1,2	1,60	1,05	1,4
TRABALH. DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	19,34	20,79	19,05	17,42	19,12	17,15	20,9
Trabalhadores do Comércio	9,72	9,73	9,65	8,7	9,74	8,83	10,4
Prestadores de Serviços Especializados	9,62	11,05	9,40	8,7	9,37	8,33	10,4
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	24,01	20,17	23,60	27,35	24,81	26,51	24,7
Trabalhadores da Indústria Moderna	7,10	3,90	5,64	6,4	3,89	4,97	3,7
Trabalhadores da Indústria Tradicional	4,59	3,90	4,21	8,9	7,95	7,16	9,3
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	5,99	5,08	5,36	4,9	4,88	5,81	4,6
Trabalhadores da Construção Civil	6,32	7,30	8,39	7,2	8,09	8,56	7,0
TRABALH. DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	16,16	18,42	18,55	14,70	18,00	16,42	19,4
Prestadores de Serviços Não Especializados	5,22	5,34	5,71	4,6	5,33	4,26	4,9
Trabalhadores Domésticos	7,22	8,83	9,72	6,7	8,31	8,13	9,2
Ambulantes e catadores	3,72	4,25	3,12	3,4	4,36	4,03	5,4
AGRICULTORES	0,50	0,56	1,14	1,4	1,26	8,20	3,3
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,0	100,00	100	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico 2000. Microdados da Amostra.

GRÁFICOS

Gráfico 1

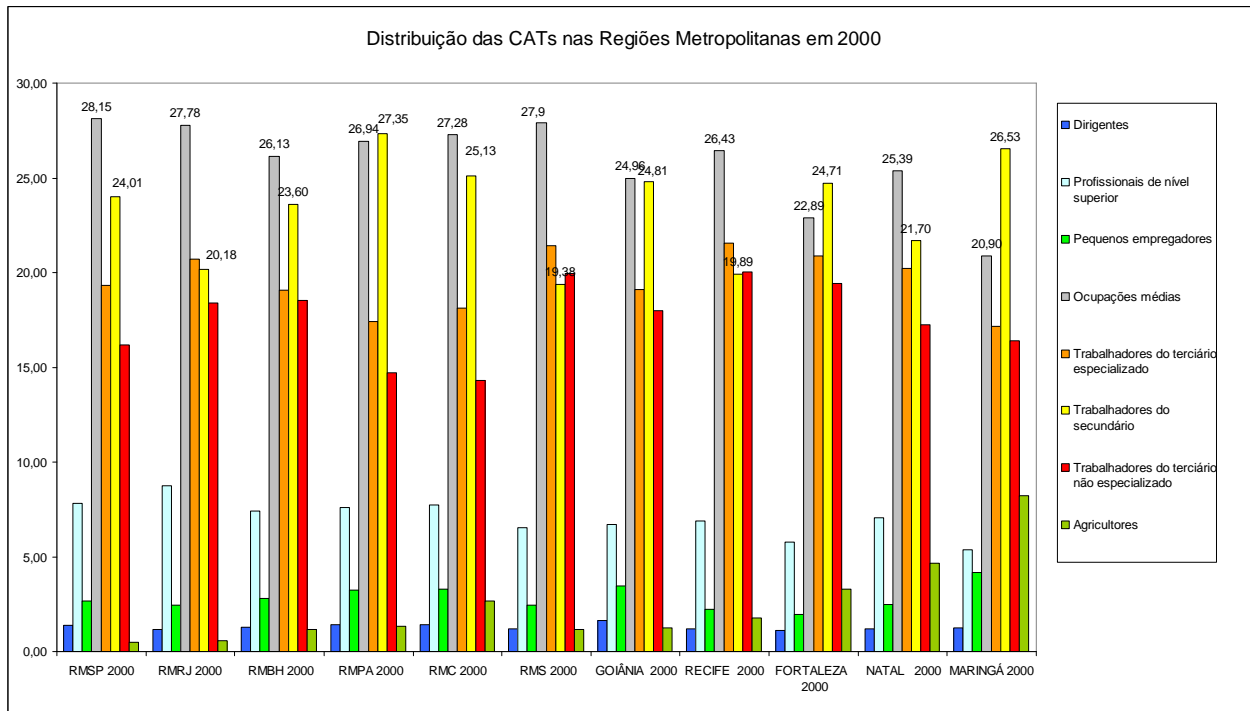


Gráfico 2

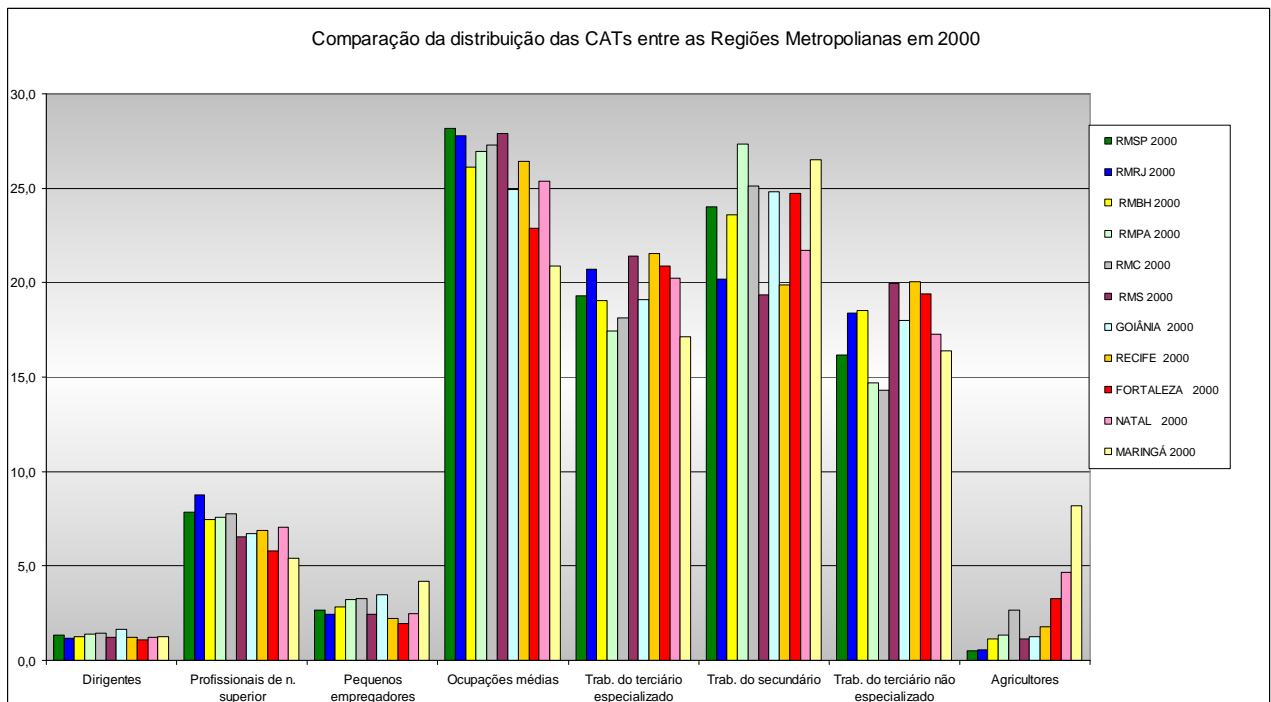


Gráfico 3

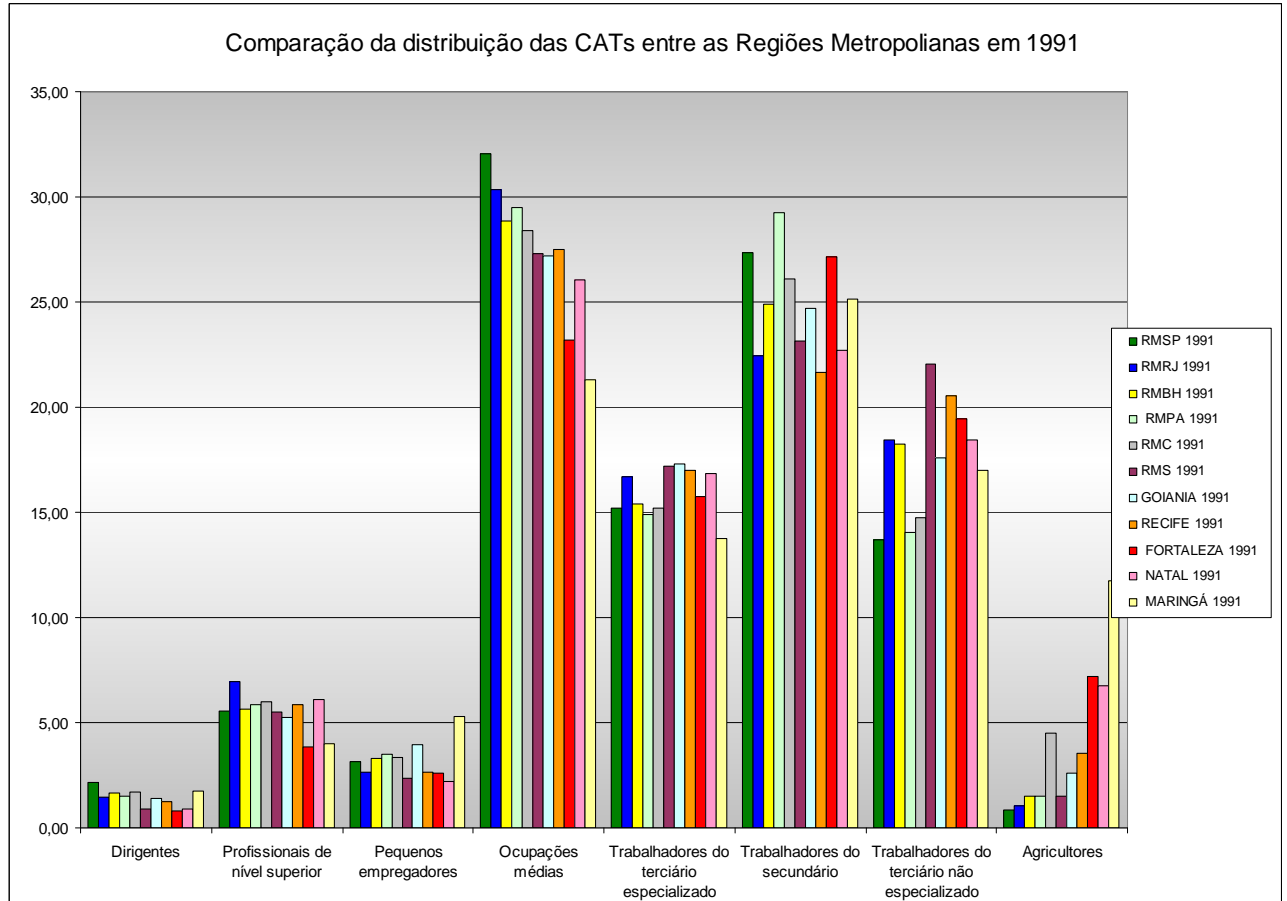


Gráfico 4

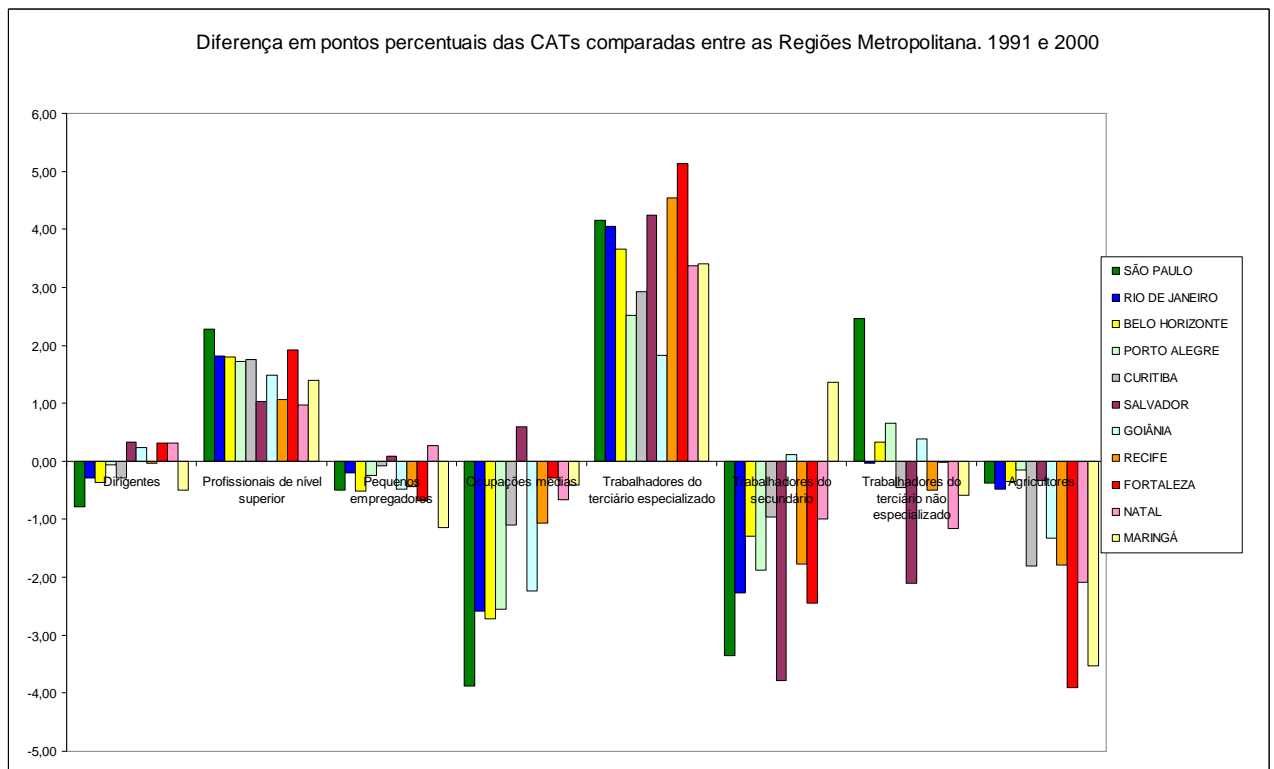


Gráfico 5

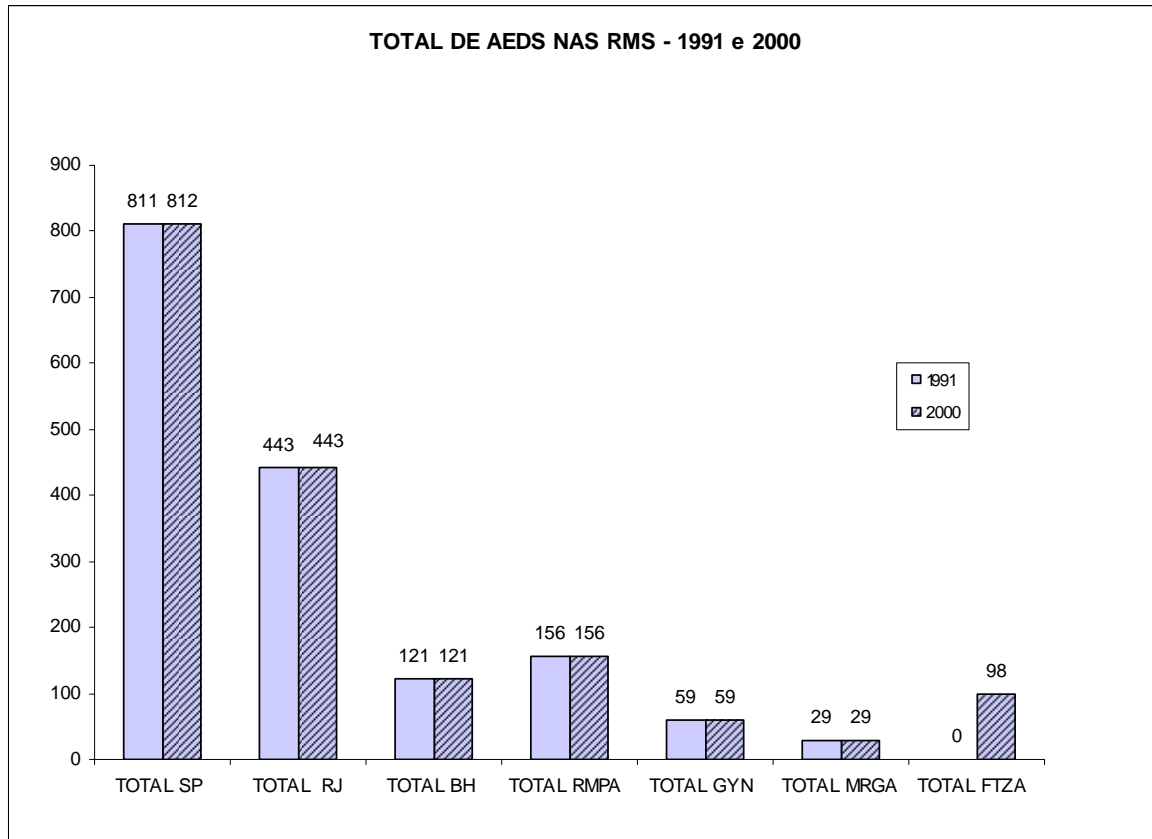


Gráfico 6

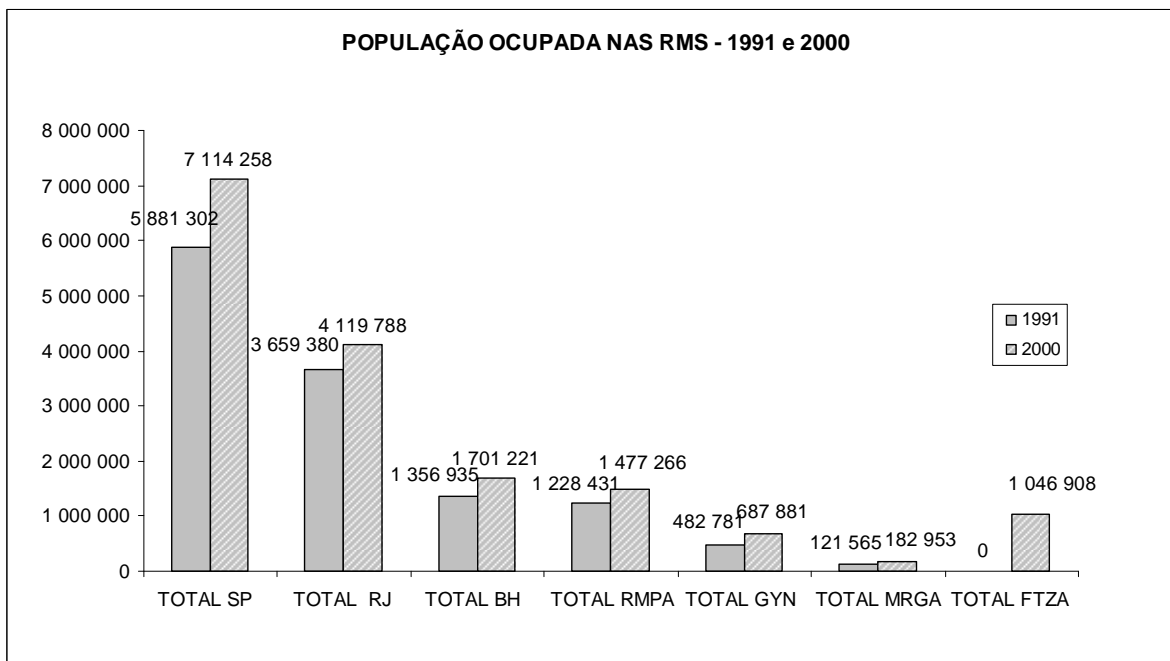


Gráfico 7

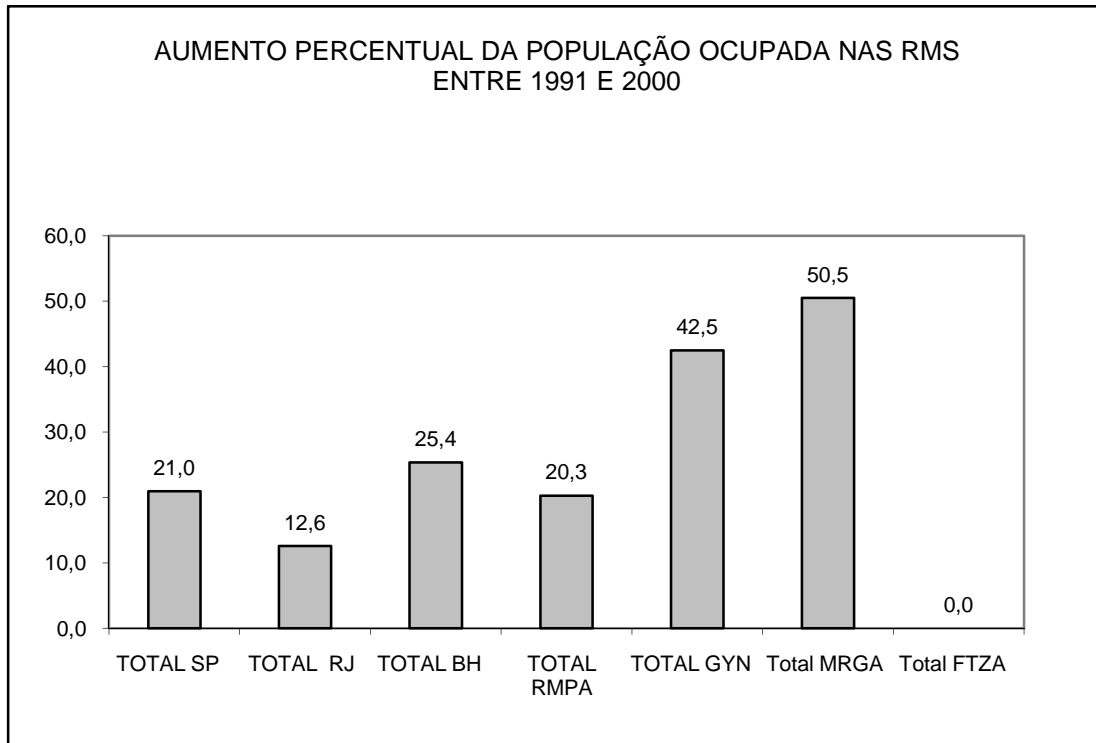


Gráfico 8

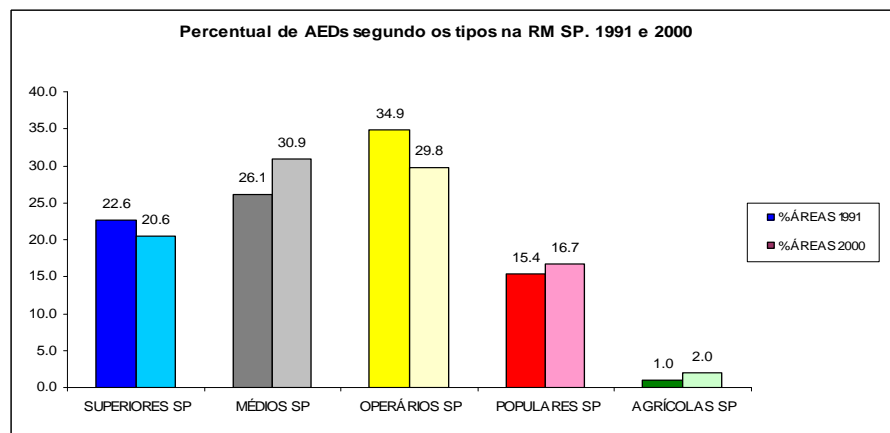


Gráfico 9

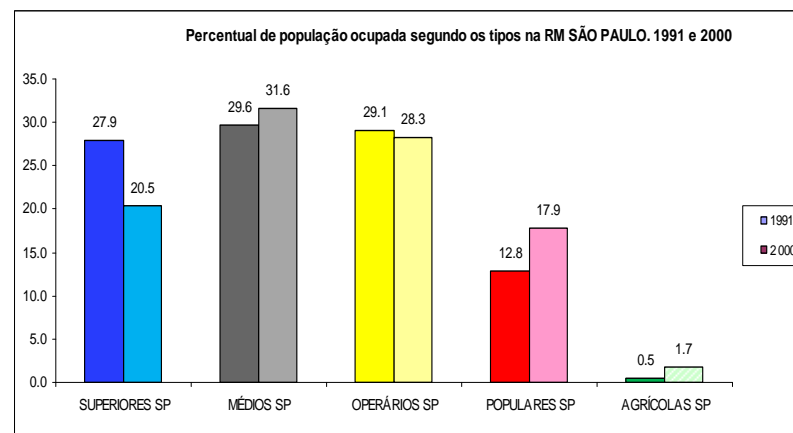


Gráfico 10

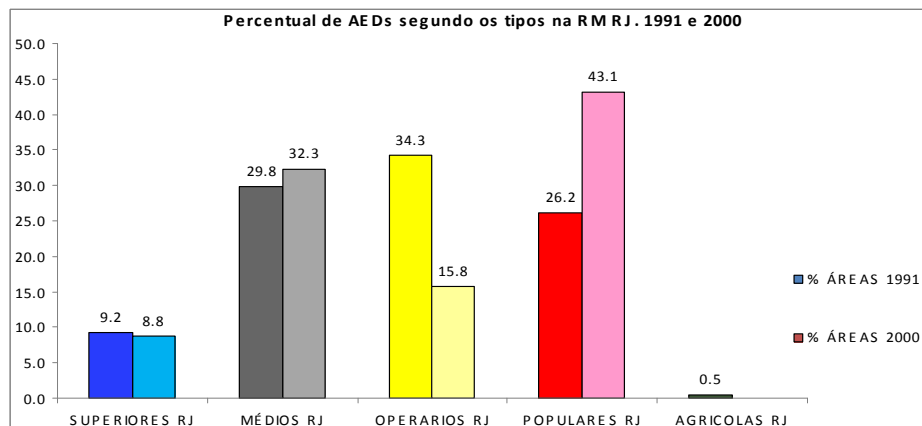


Gráfico 11

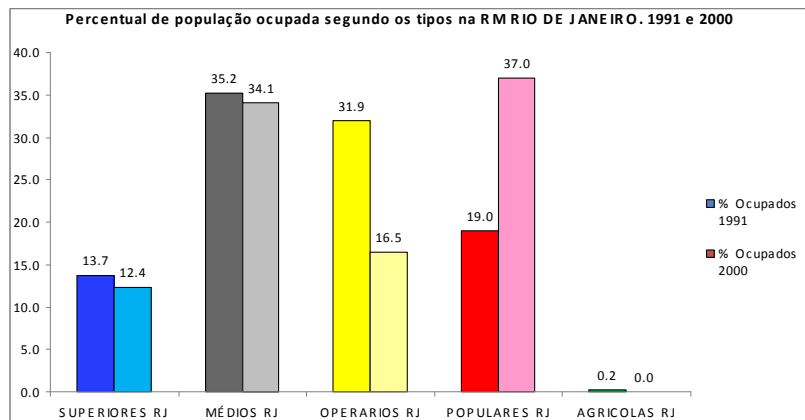


Gráfico 12

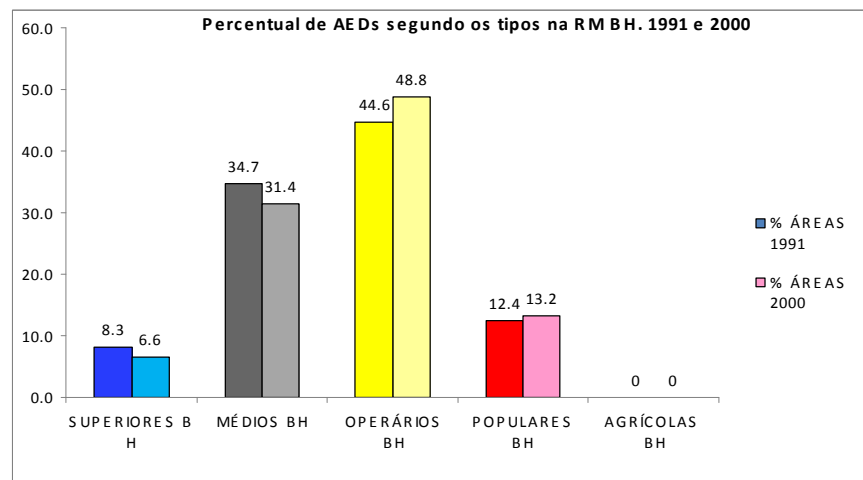


Gráfico 13

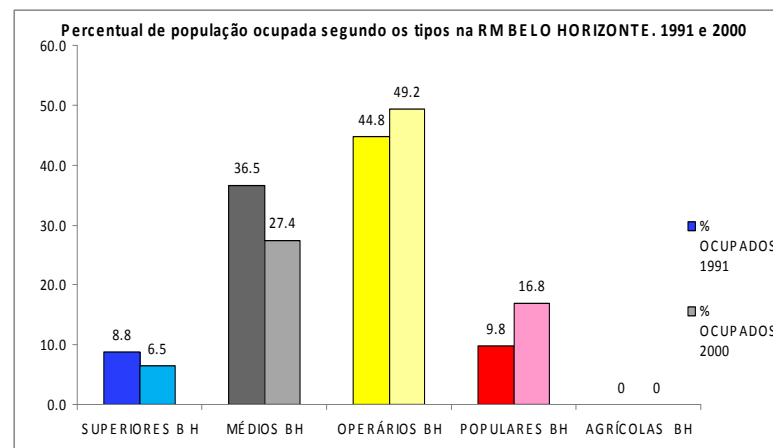


Gráfico 14

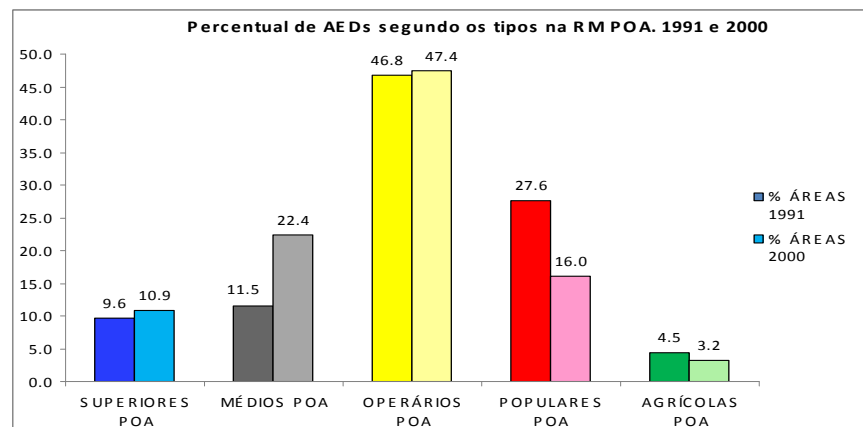


Gráfico 15

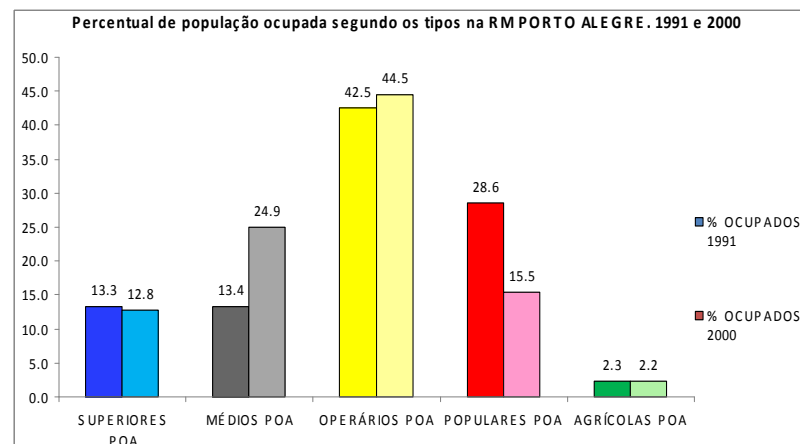


Gráfico 16

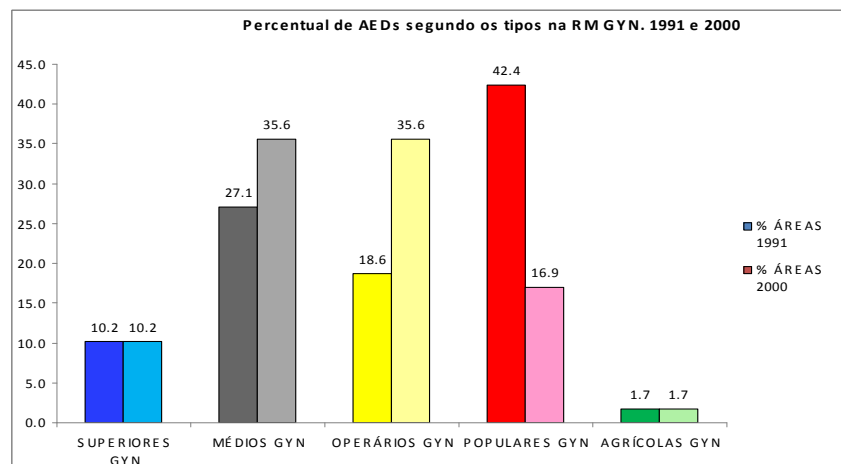


Gráfico 17

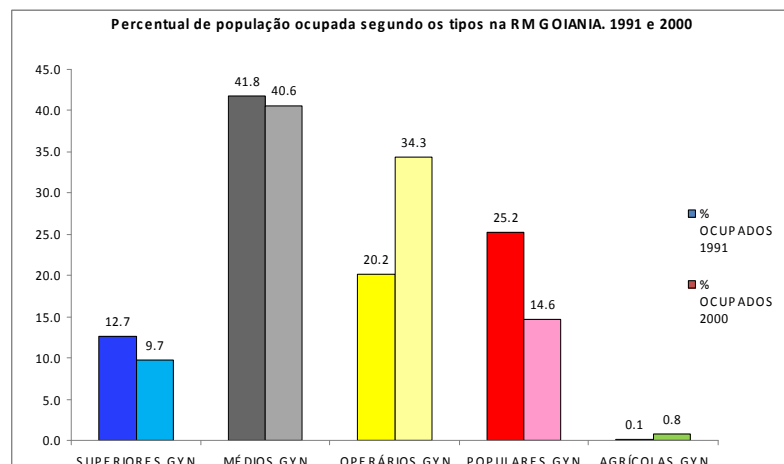


Gráfico 18

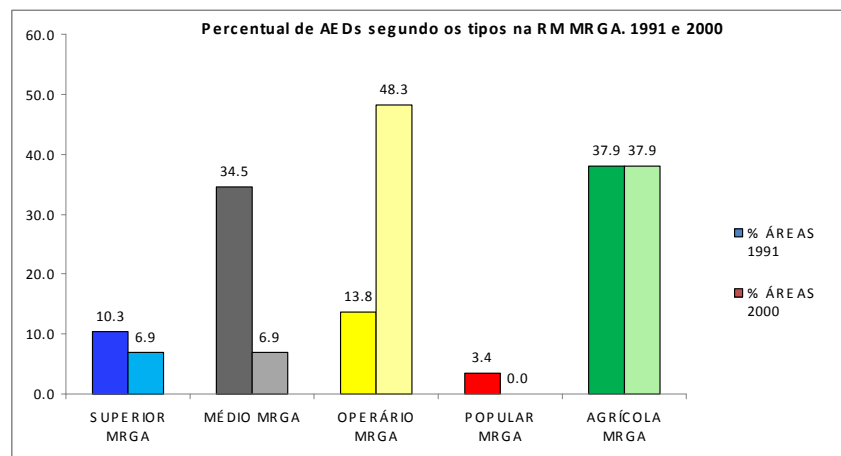


Gráfico 19

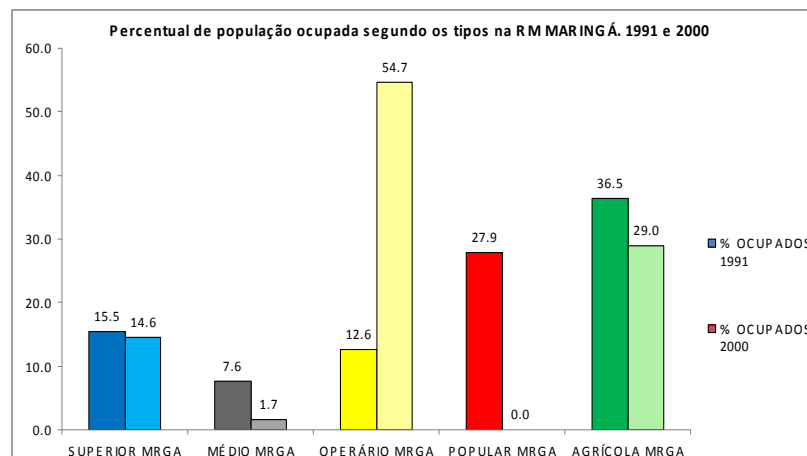


Gráfico 20

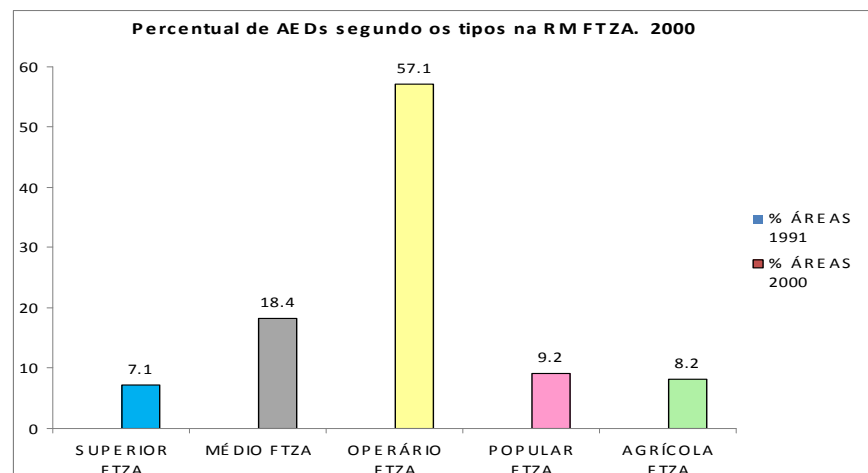


Gráfico 21

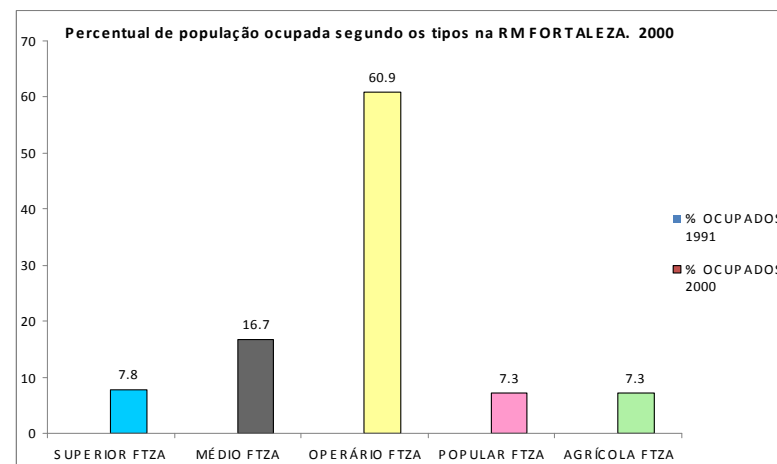


Gráfico 22

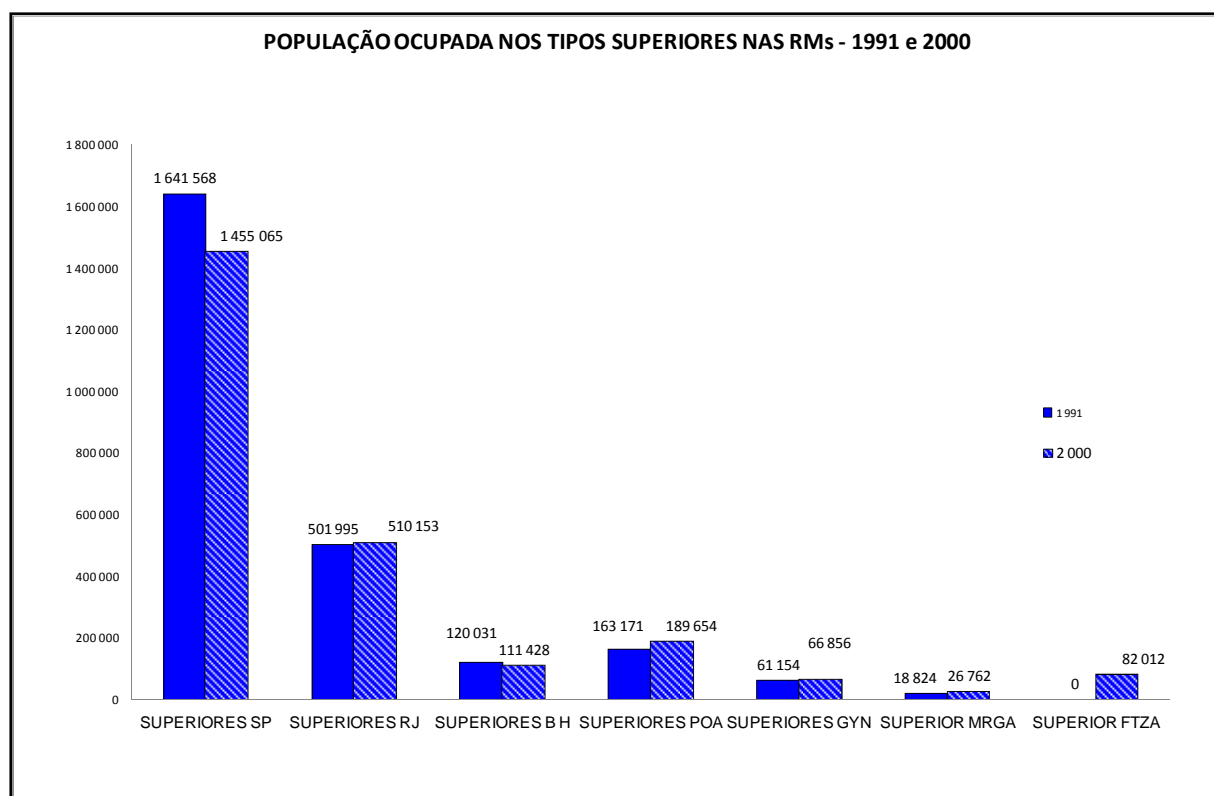


Gráfico 23

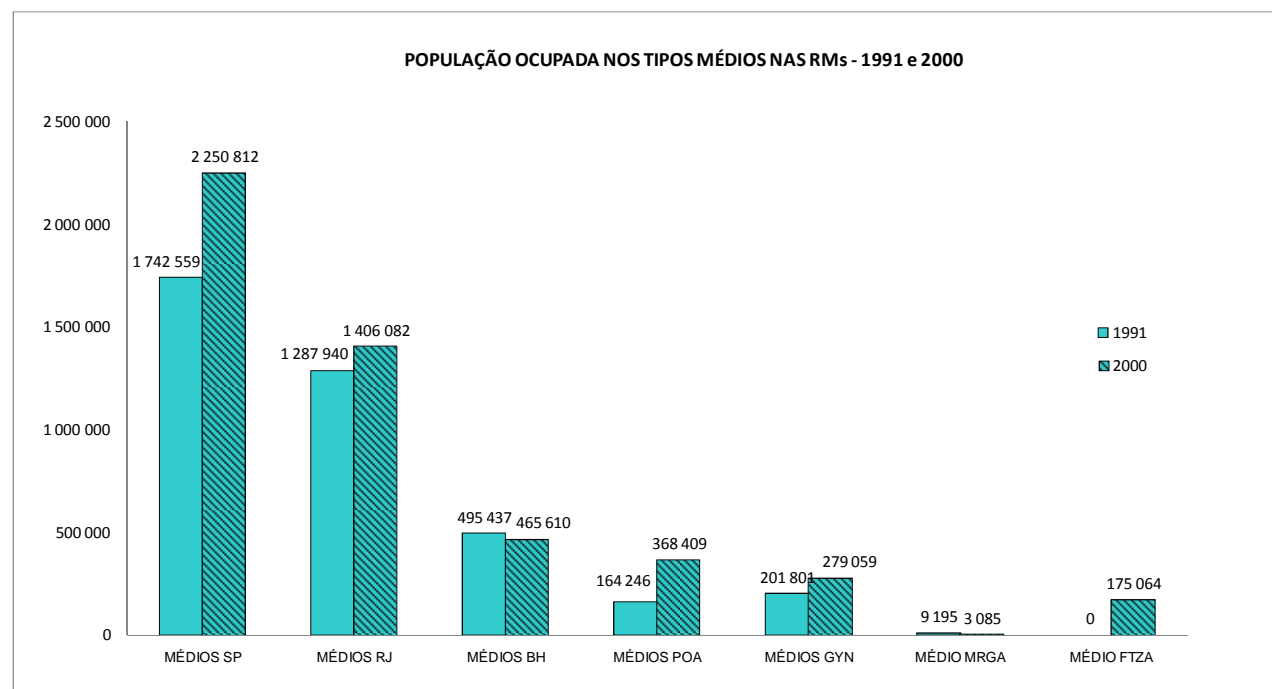


Gráfico 24

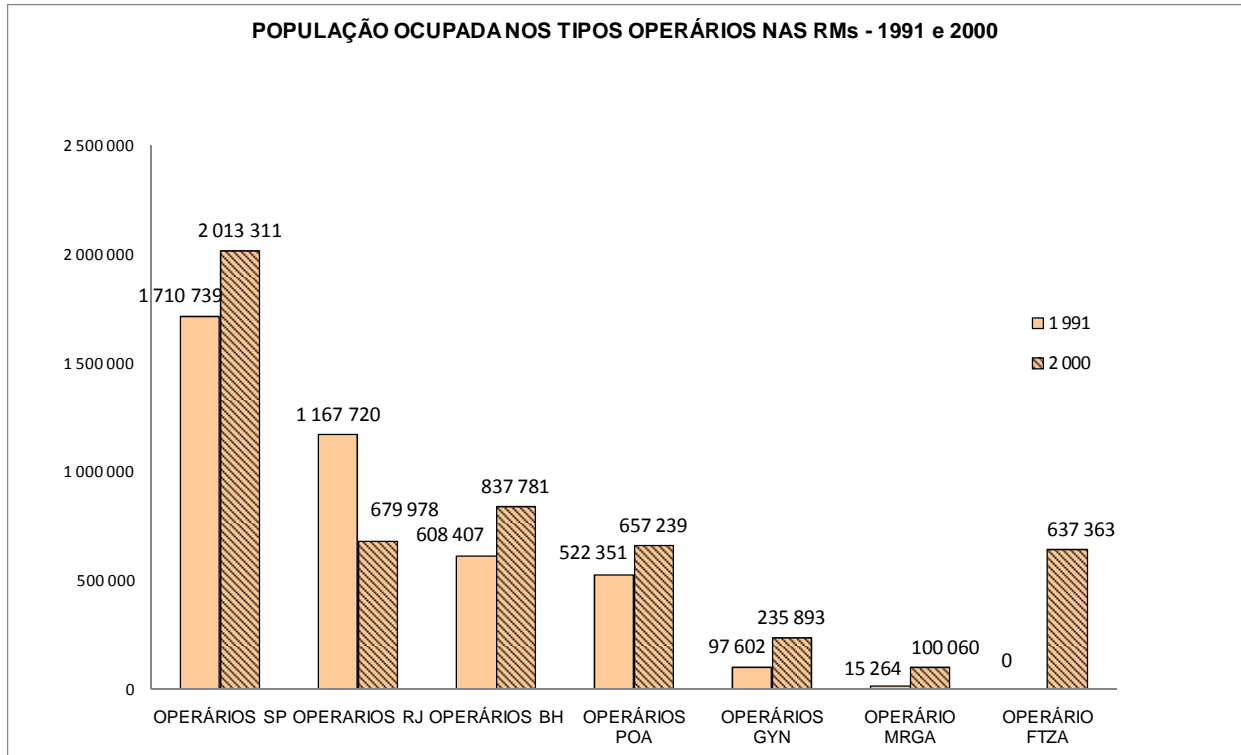


Gráfico 25

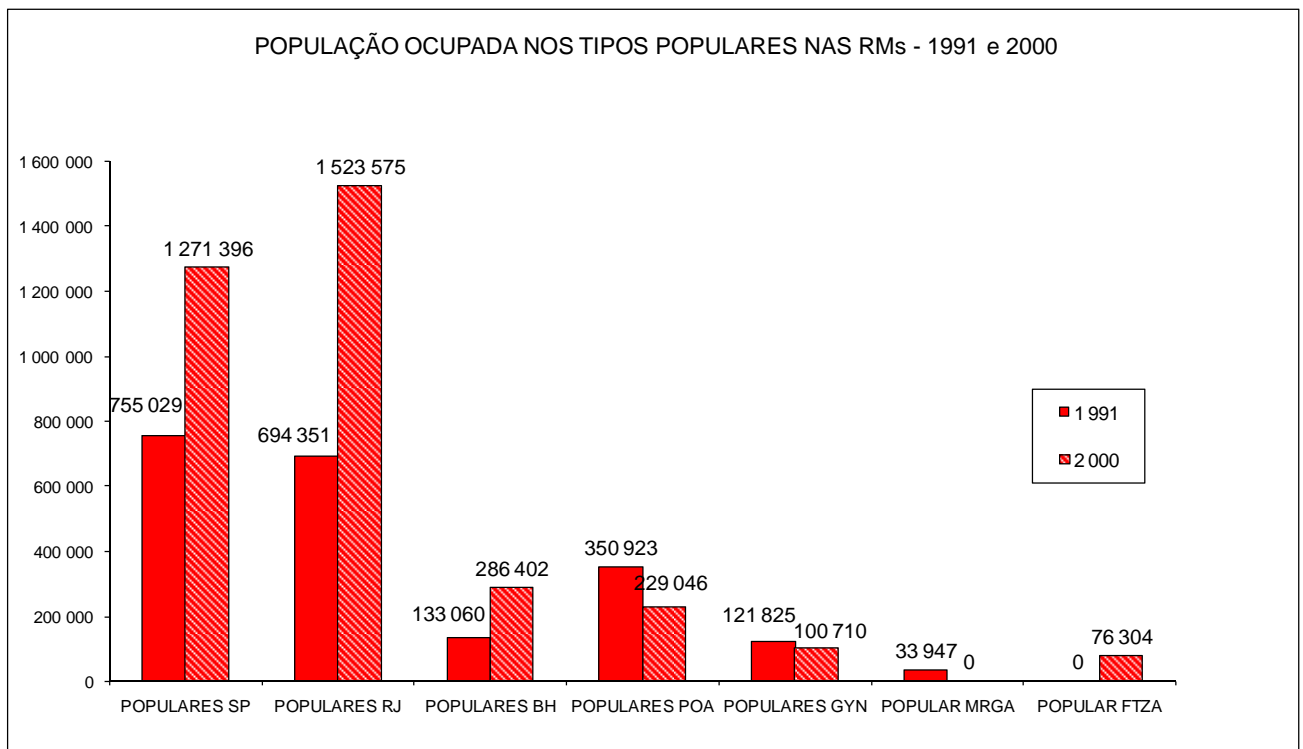


Gráfico 26

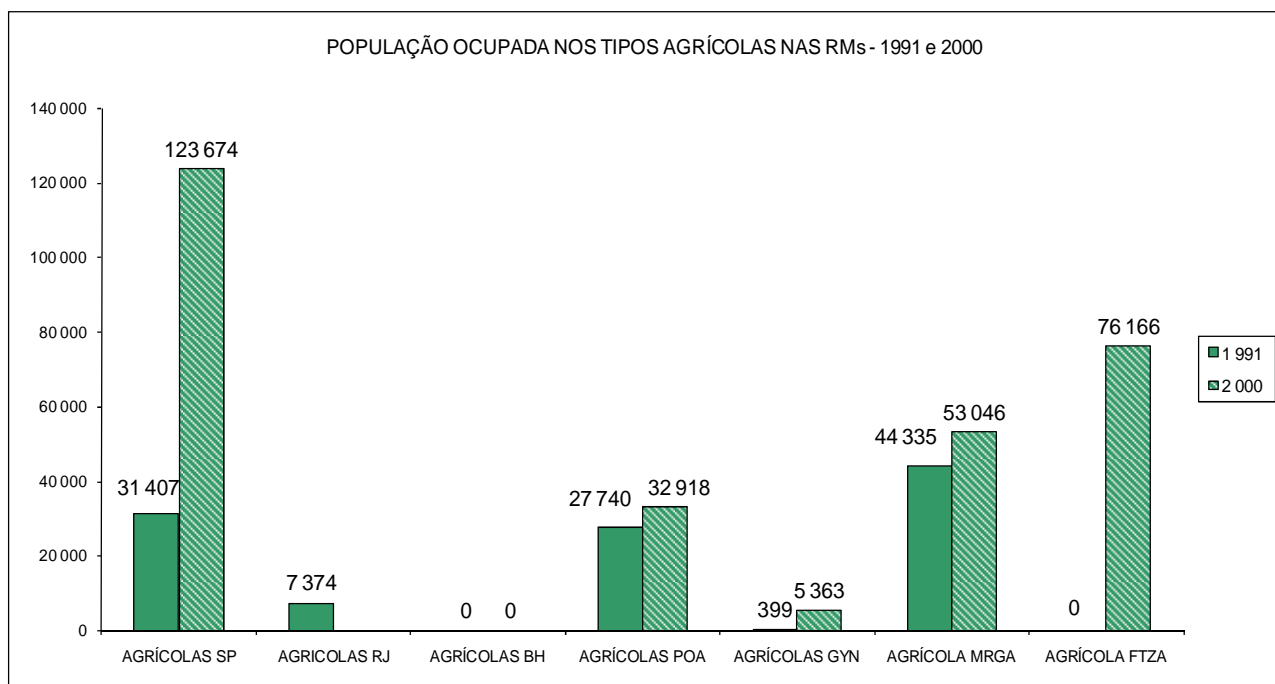


Gráfico 27

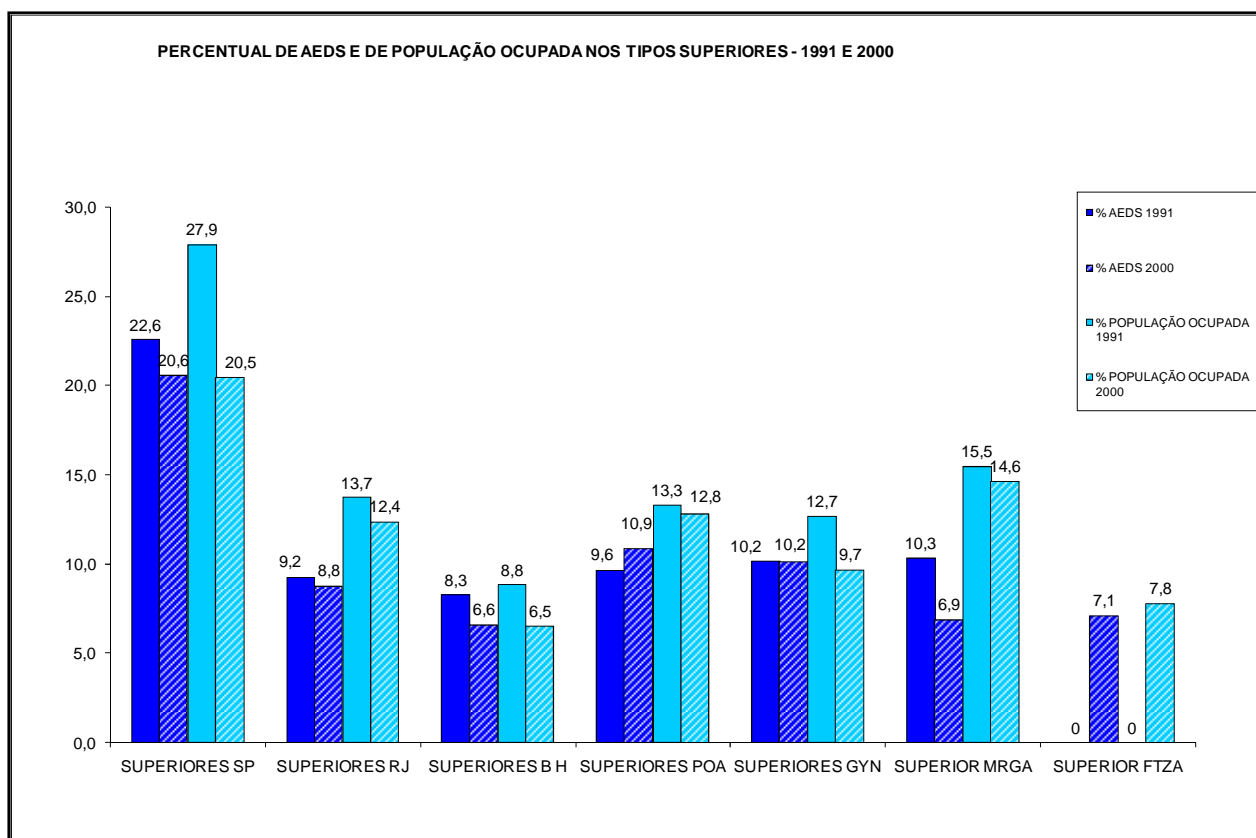


Gráfico 28

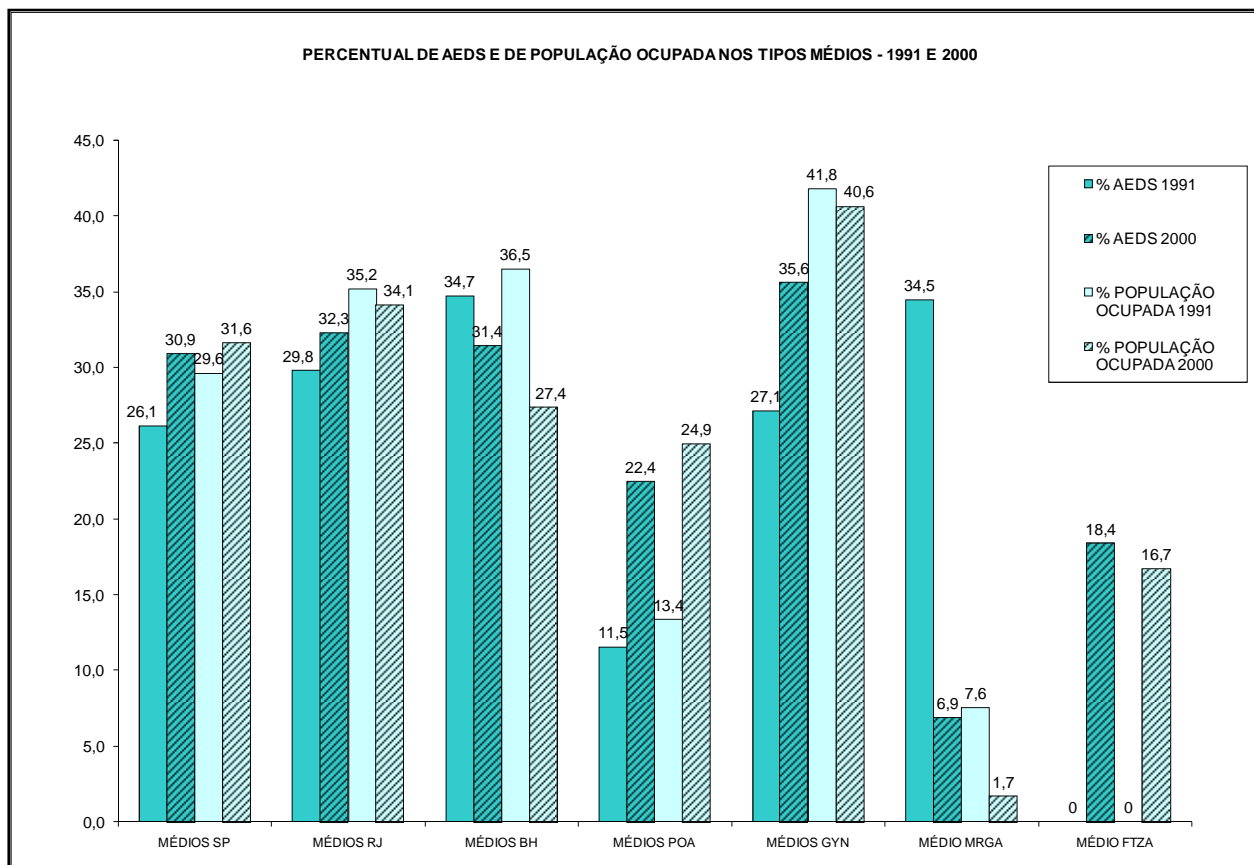


Gráfico 29

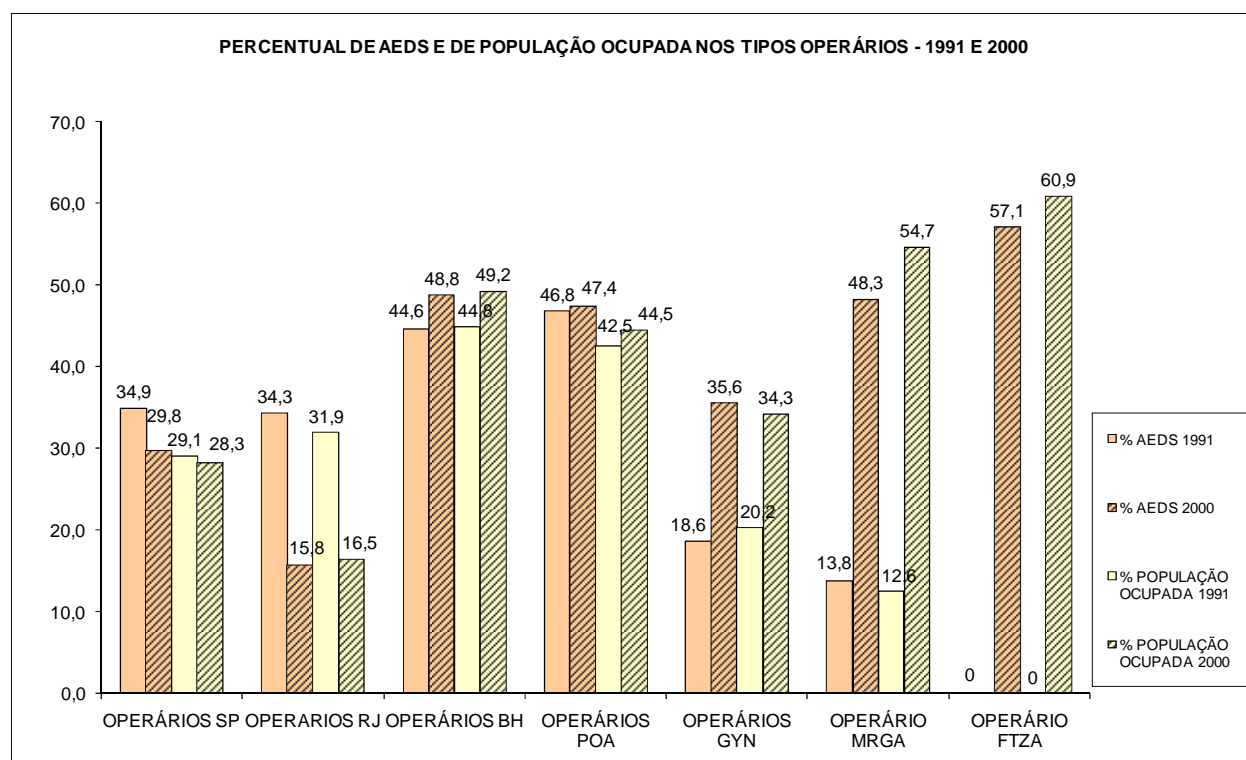


Gráfico 30

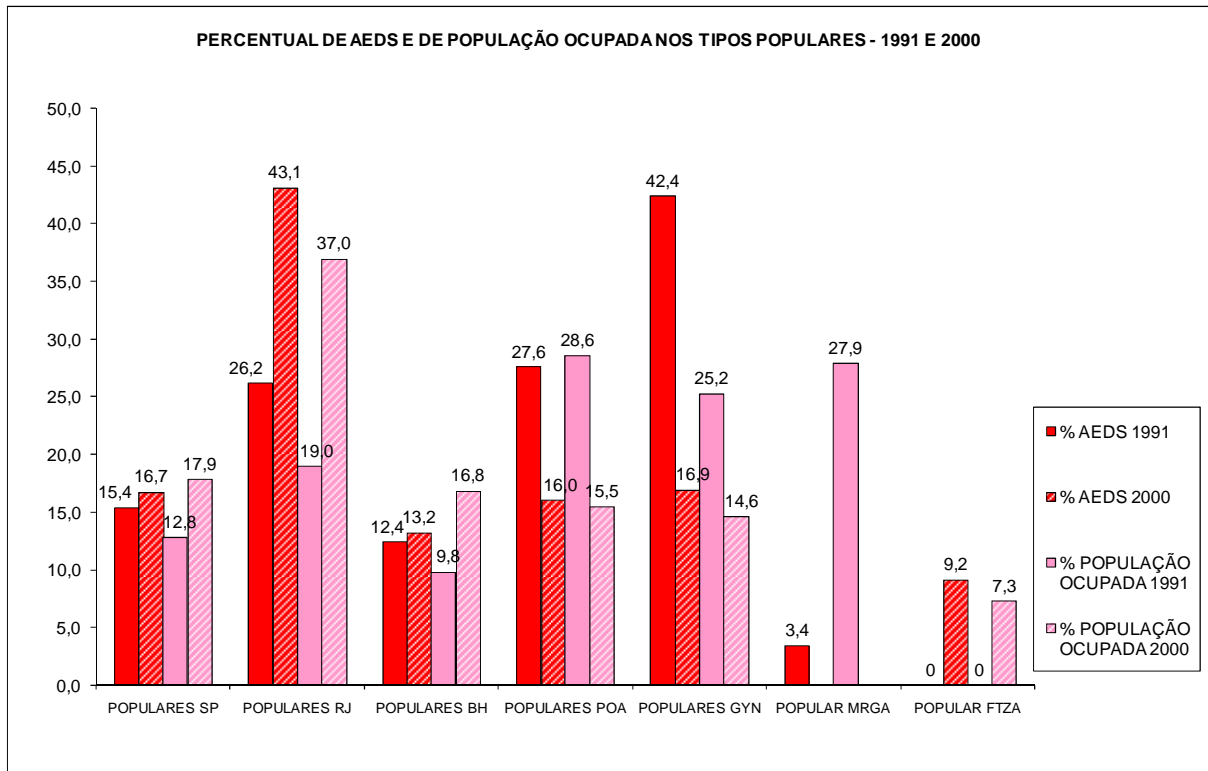
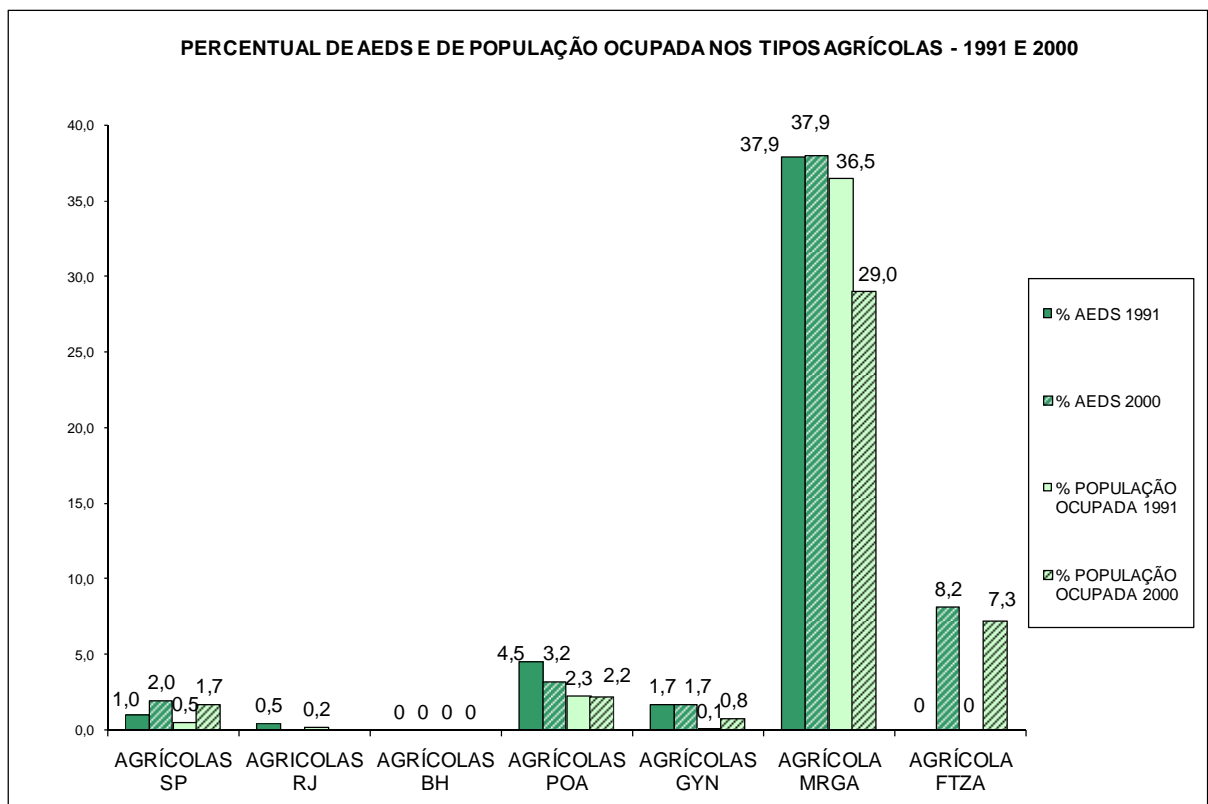


Gráfico 31



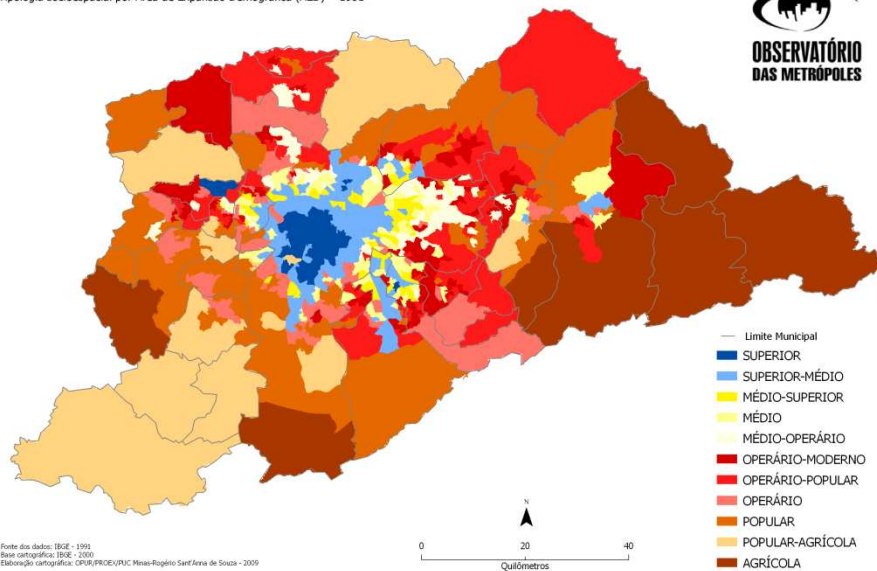
MAPAS

Mapa 1



Mapa 2 – Região Metropolitana de São Paulo. 1991

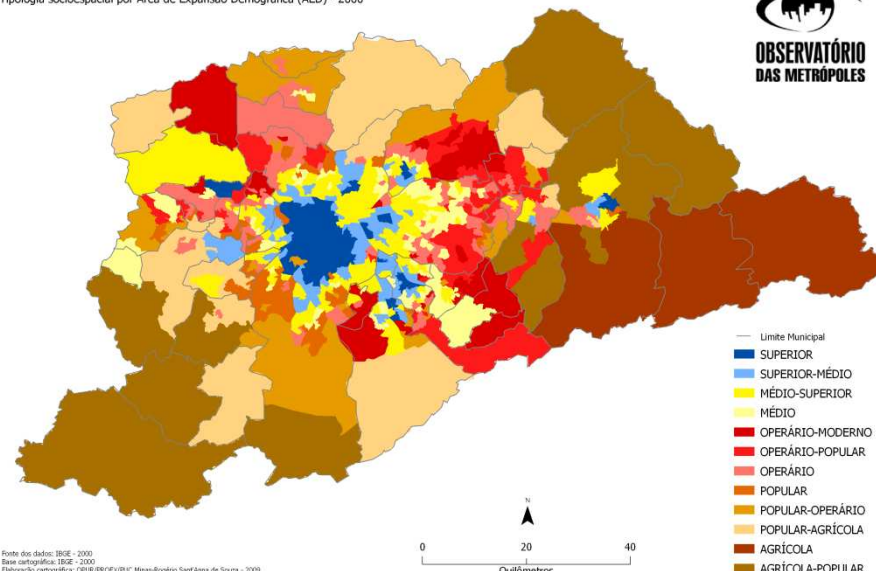
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 2000
 Tipologia socioespacial por Área de Expansão Demográfica (AED) - 1991



Fonte dos dados: IBGE - 1991
 Base cartográfica: IBGE - 2000
 Elaboração cartográfica: OPUR/PROE/PUC Minas-Rogério Sant'Anna de Souza - 2009

Mapa 3 - Região Metropolitana de São Paulo. 2000

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 2000
 Tipologia socioespacial por Área de Expansão Demográfica (AED) - 2000

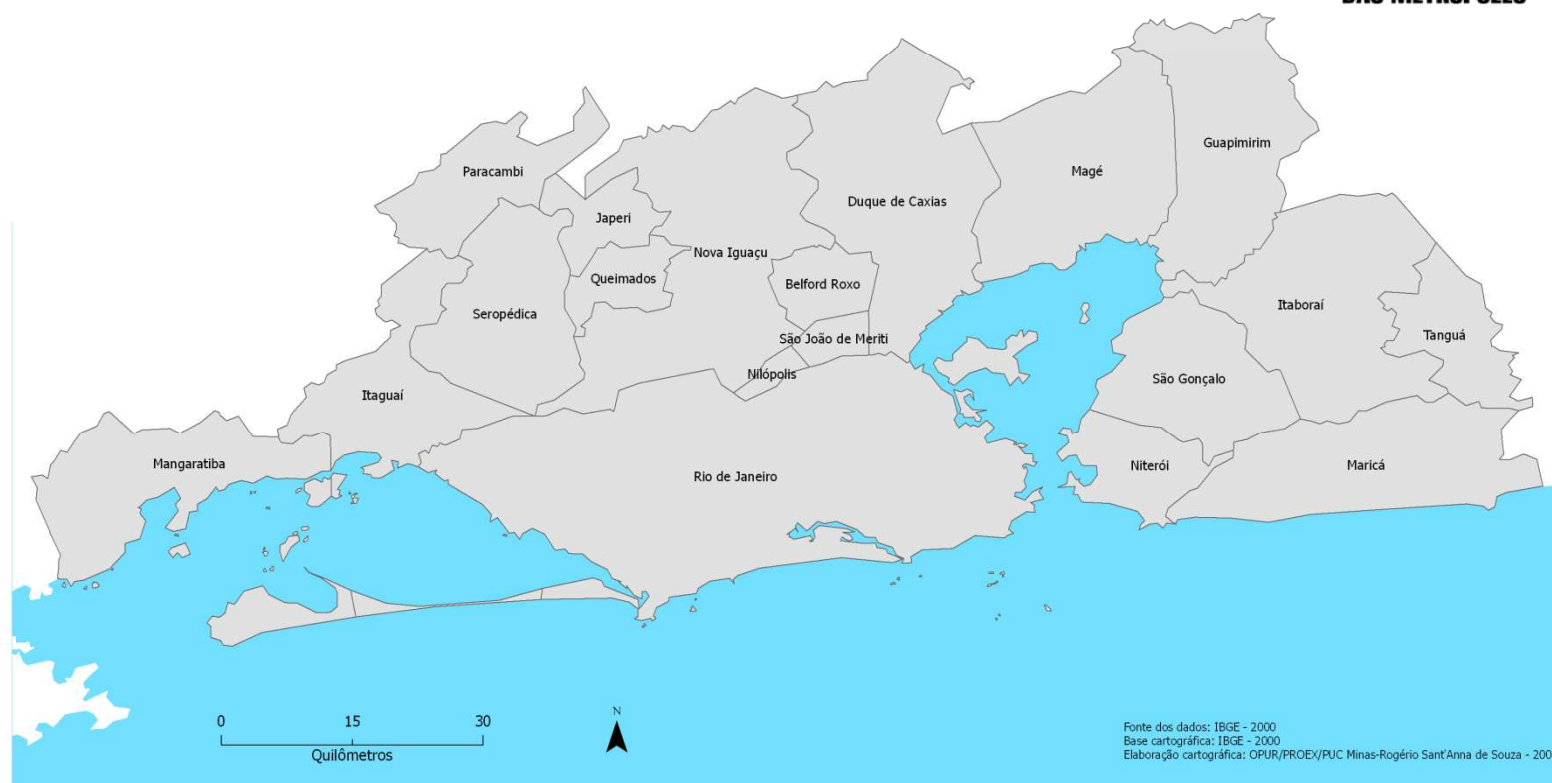


Fonte dos dados: IBGE - 2000
 Base cartográfica: IBGE - 2000
 Elaboração cartográfica: OPUR/PROE/PUC Minas-Rogério Sant'Anna de Souza - 2009

Mapa 4

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

— Limite Municipal
■ Oceano Atlântico

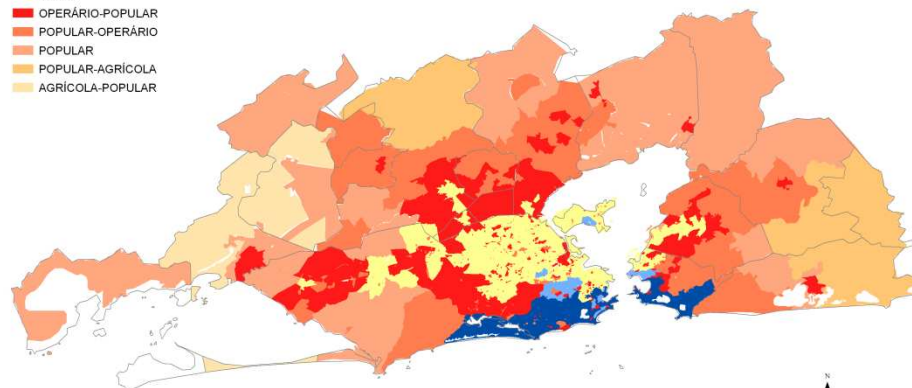


Mapa 5 - Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 1991

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 2000
 Tipologia socioespacial por Área de Expansão Demográfica (AED) - 1991



- Limite Municipal
- SUPERIOR
- SUPERIOR-MÉDIO
- MÉDIO
- OPERÁRIO-POPULAR
- POPULAR-OPERÁRIO
- POPULAR
- POPULAR-AGRÍCOLA
- AGRÍCOLA-POPULAR



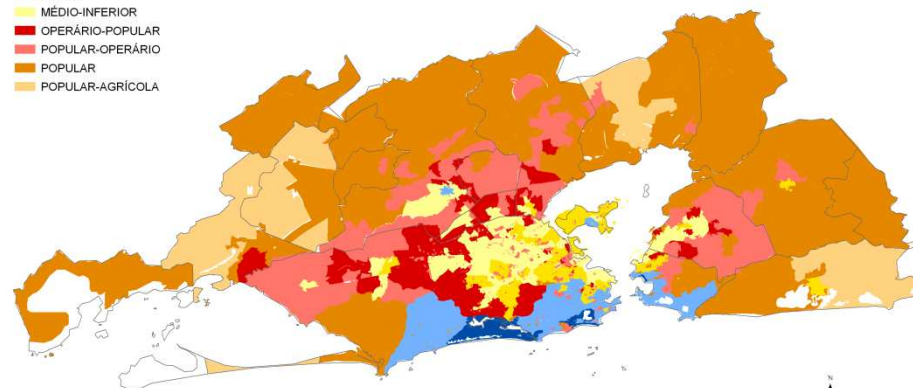
Fonte dos dados: IBGE - 1991
 Base cartográfica: IBGE - 2000
 Elaboração cartográfica: OPUR/PROE/PPUC Minas-Rogério Sant'Anna de Souza - 2009

Mapa 6 - Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2000

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 2000
 Tipologia socioespacial por Área de Expansão Demográfica (AED) - 2000



- Limite Municipal
- SUPERIOR
- SUPERIOR-MÉDIO
- MÉDIO
- MÉDIO-INFERIOR
- OPERÁRIO-POPULAR
- POPULAR-OPERÁRIO
- POPULAR
- POPULAR-AGRÍCOLA

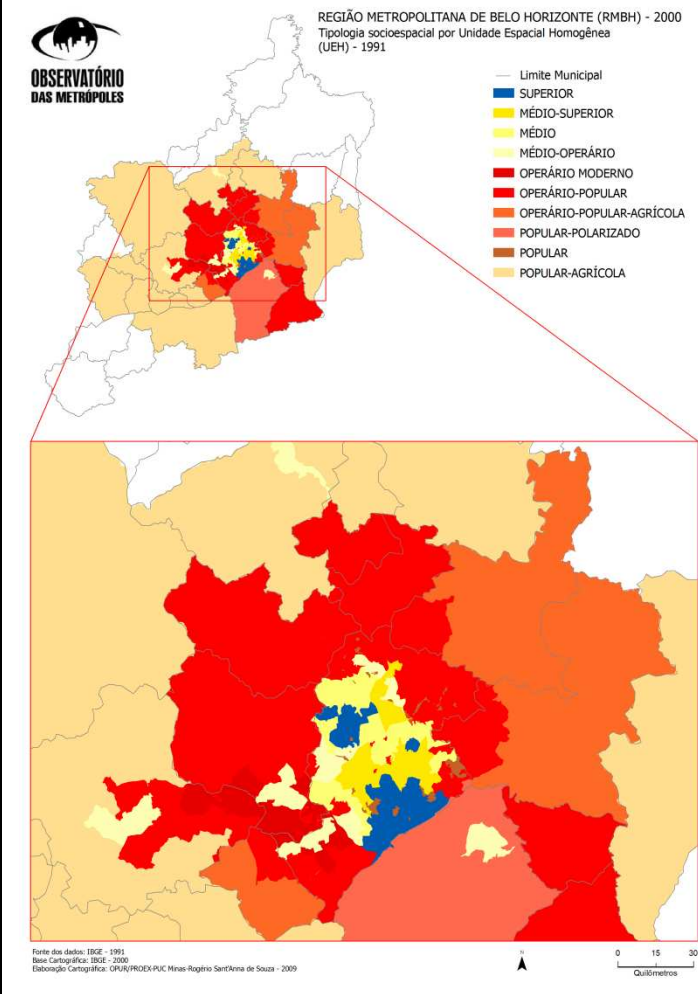


Fonte dos dados: IBGE - 2000
 Base cartográfica: IBGE - 2000
 Elaboração cartográfica: OPUR/PROE/PPUC Minas-Rogério Sant'Anna de Souza - 2009

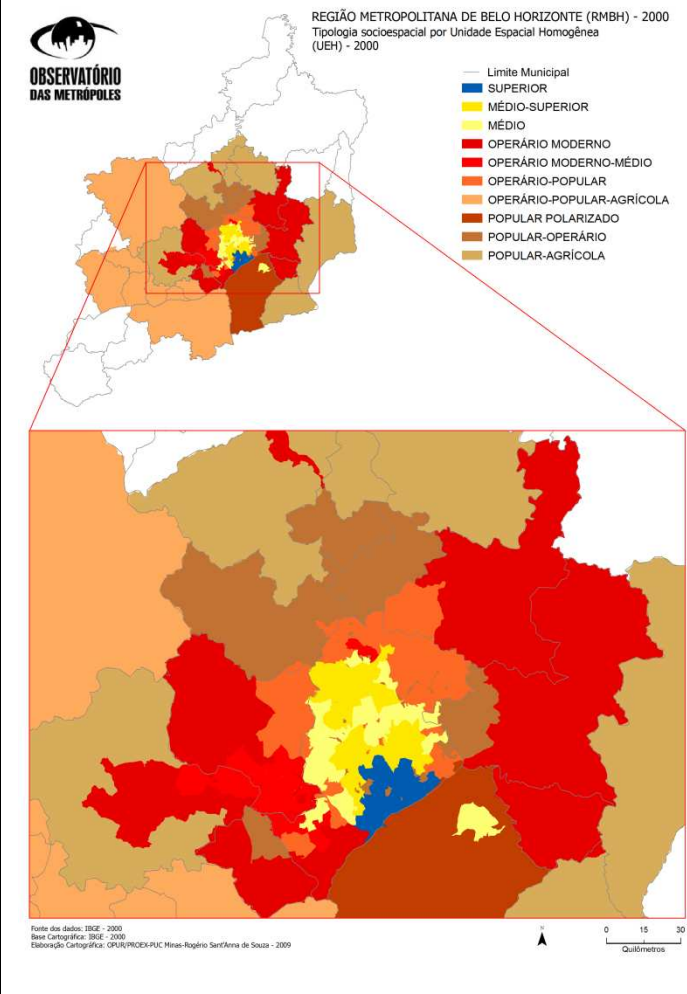
Mapa 7



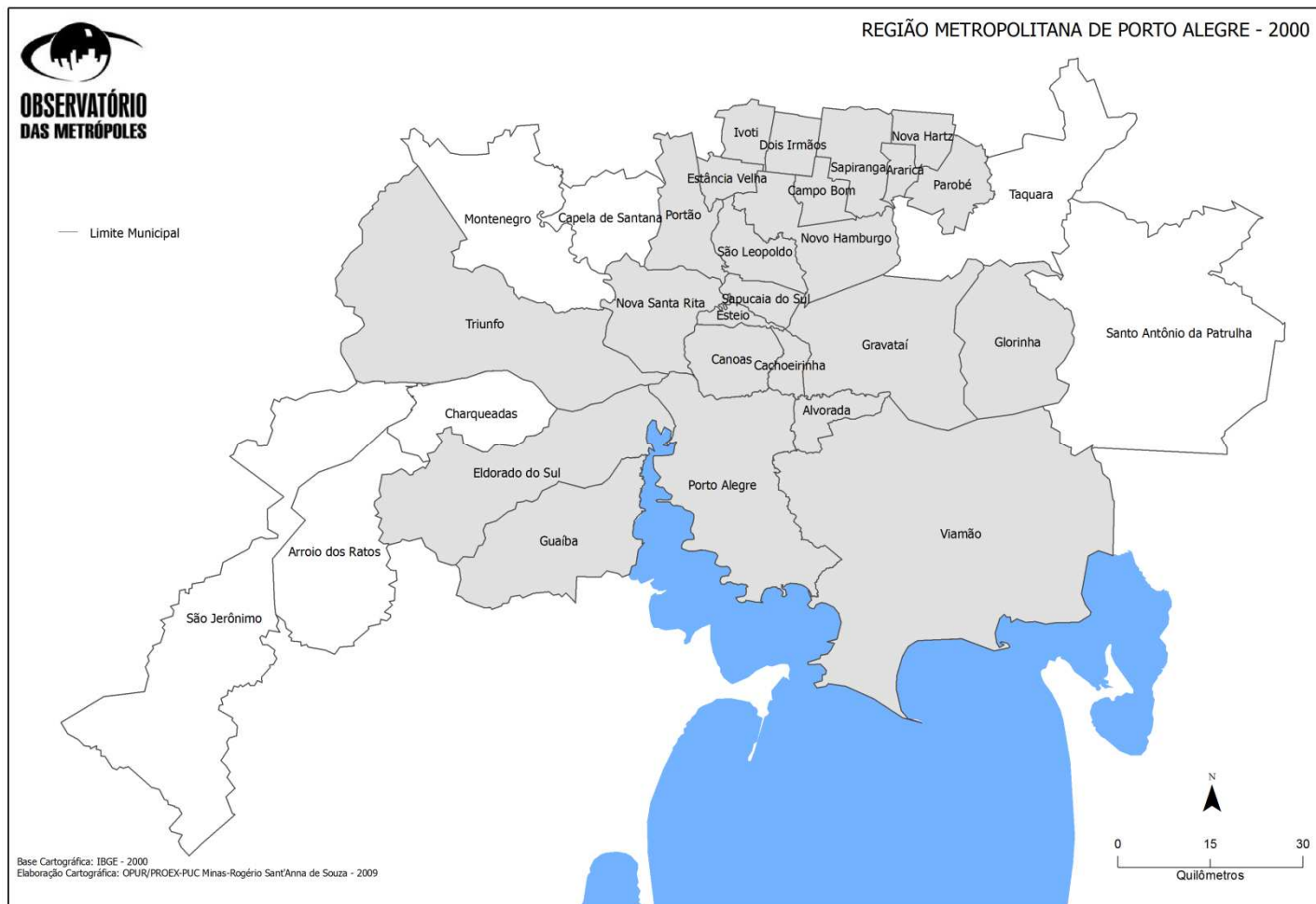
Mapa 8 - Região Metropolitana de Belo Horizonte. 1991



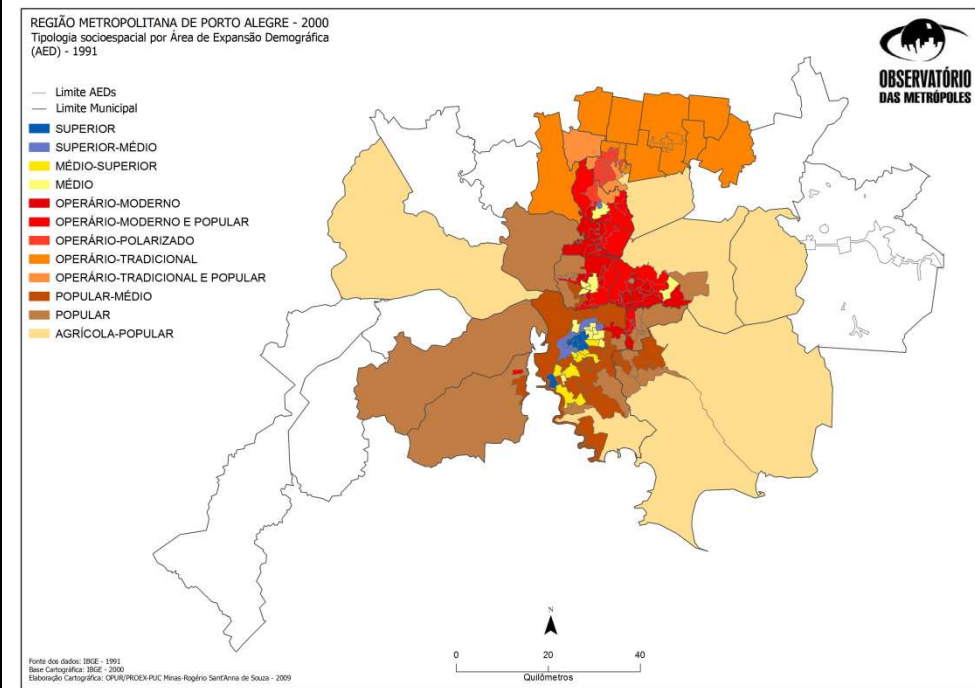
Mapa 9 - Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2000



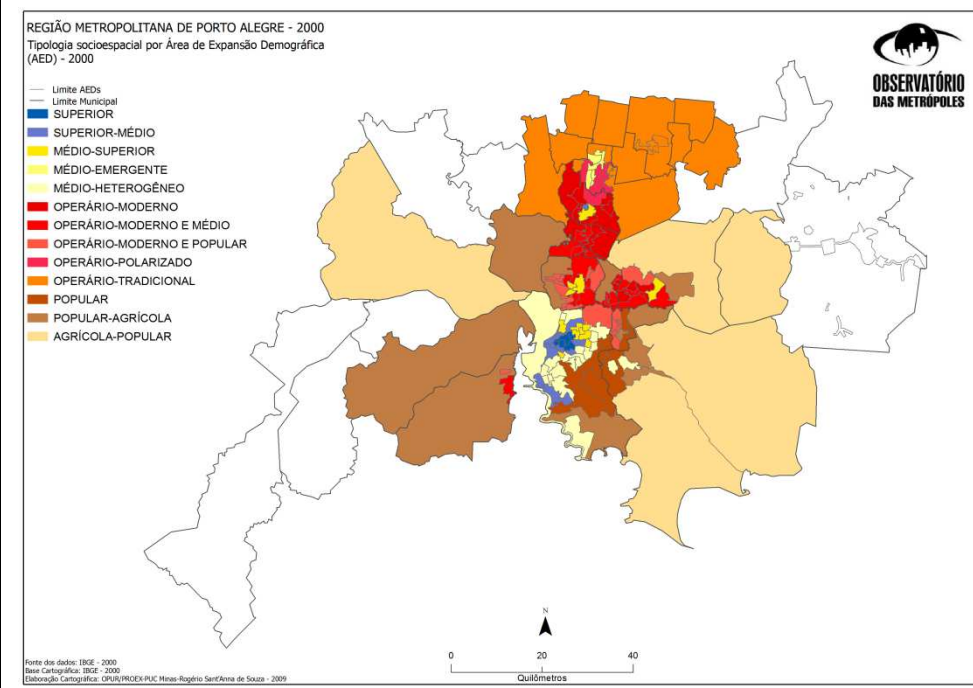
Mapa 10



Mapa 11 - Região Metropolitana de Porto Alegre. 1991



Mapa 12 - Região Metropolitana de Porto Alegre. 2000

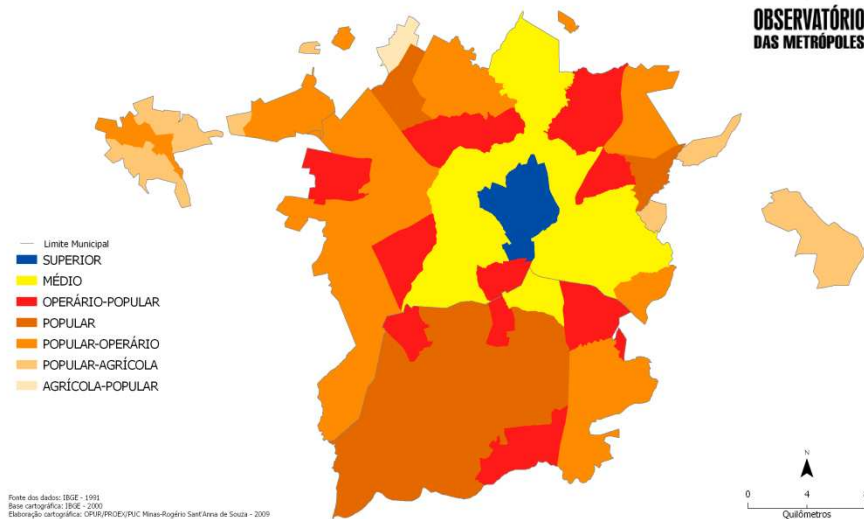


Mapa 13



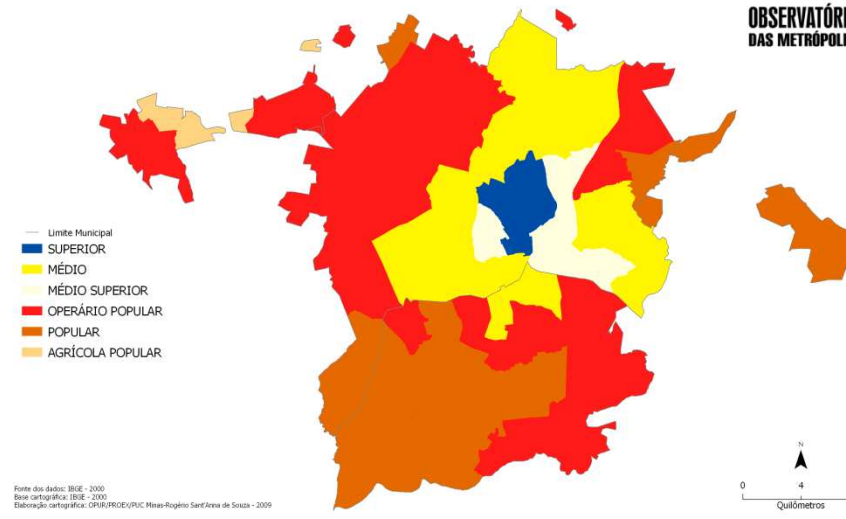
Mapa 14 - Região Metropolitana de Goiânia. 1991

REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - 2000
Tipologia socioespacial por Área de Expansão Demográfica (AED) - 1991



Mapa 15 - Região Metropolitana de Goiânia. 2000

REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - 2000
Tipologia socioespacial por Área de Expansão Demográfica (AED) - 2000



Mapa 16

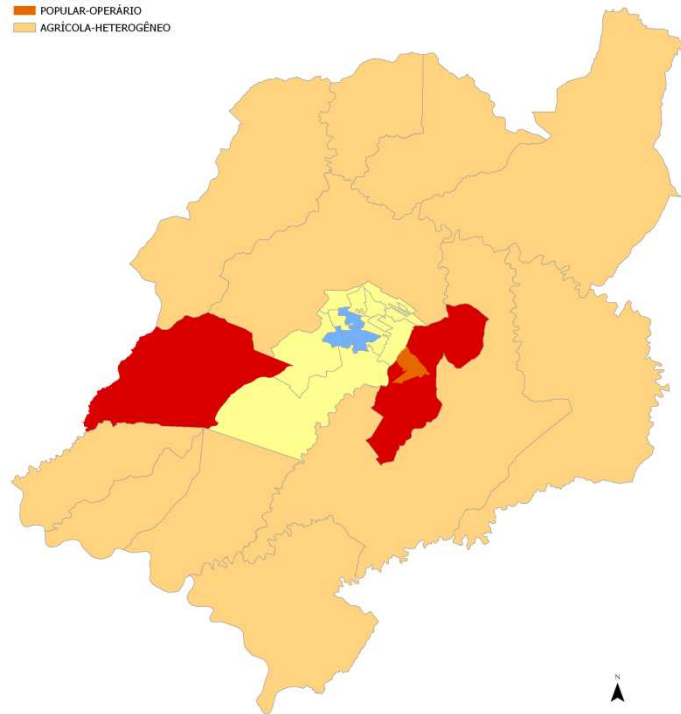


Mapa 17 - Região Metropolitana de Maringá. 1991

REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - 2000
 Tipologia socioespacial por Área de Expansão Demográfica (AED) - 1991



- Limite AEDs
- SUPERIOR-MÉDIO
- MÉDIO-INFERIOR
- OPERÁRIO-POPULAR
- POPULAR-OPERÁRIO
- AGRÍCOLA-HETEROGÊNEO



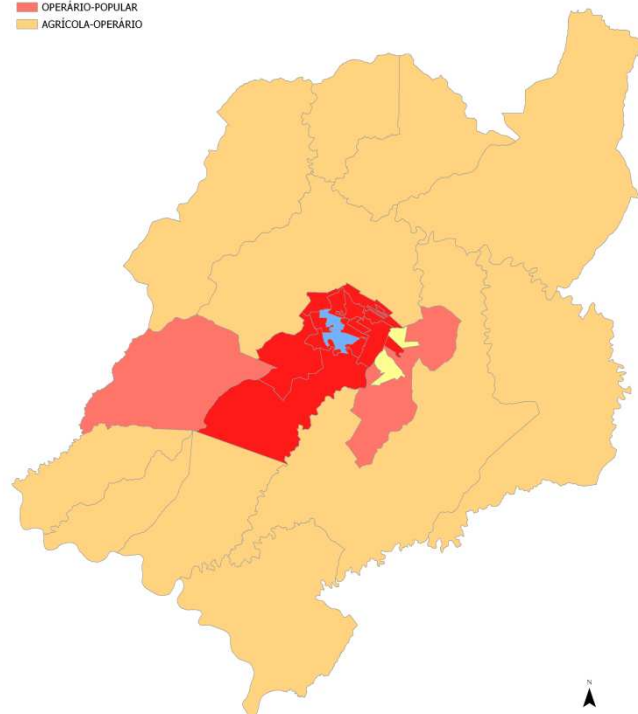
Fonte dos dados: IBGE - 1991
 Base cartográfica: IBGE - 2000
 Elaboração cartográfica: CPRM/PROEX/PUC Minas-Fogério Sart'Anna de Souza - 2009

Mapa 18 - Região Metropolitana de Maringá. 2000

REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - 2000
 Tipologia socioespacial por Área de Expansão Demográfica (AED) - 2000



- Limite AEDs
- SUPERIOR-MÉDIO
- MÉDIO-SUPERIOR
- OPERÁRIO-MÉDIO E POPULAR
- OPERÁRIO-POPULAR
- AGRÍCOLA-OPERÁRIO



Fonte dos dados: IBGE - 2000
 Base cartográfica: IBGE - 2000
 Elaboração cartográfica: CPRM/PROEX/PUC Minas-Fogério Sart'Anna de Souza - 2009

Mapa 19

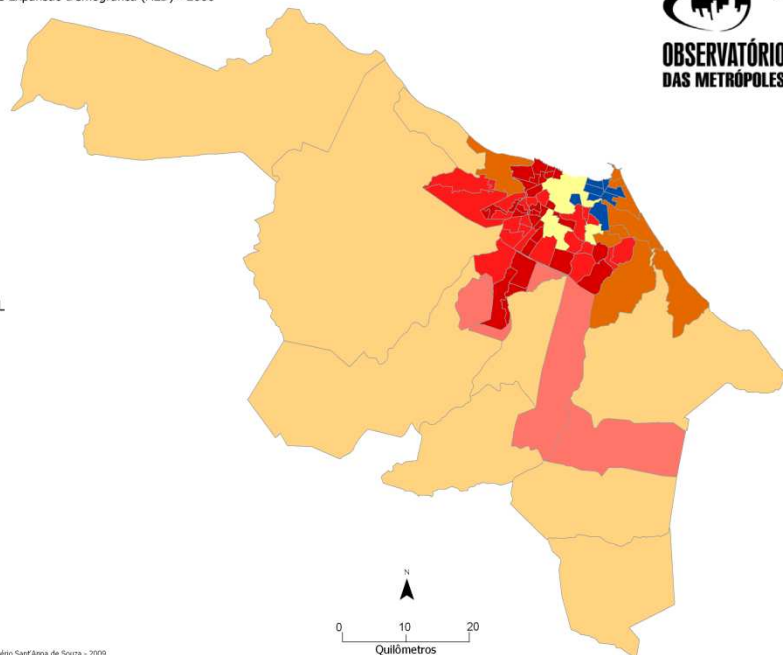


Mapa 20 - Região Metropolitana de Fortaleza. 2000

REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA - 2000
Tipologia socioespacial por Área de Expansão Demográfica (AED) - 2000



- Limite de AEDs
- SUPERIOR
- MÉDIO-SUPERIOR
- OPERÁRIO-MÉDIO
- OPERÁRIO-POPULAR
- OPERÁRIO-TRADICIONAL
- POPULAR
- AGRÍCOLA-POPULAR



Fonte dos dados: IBGE - 2000
Base cartográfica: IBGE - 2000
Elaboração cartográfica: OPAR/PRODEV/UC Minas-Rogério Sant'Anna de Souza - 2009

ANEXO II

Os constrangimentos analíticos vivenciados na análises comparativas da estrutura sócio-ocupacional tiveram como causa mudanças introduzidas pelo IBGE quando da realização do Censo Demográfico de 2000 no levantamento da variável ocupação em relação aos censos anteriores.

O primeiro é a definição do período de referência para estabelecer a condição de ocupação. Nos Censos anteriores foi adotado o período de 12 meses tendo por justificativa o caráter sazonal da produção e da ocupação no setor agrícola. Esta opção trazia dificuldades para a compatibilidade do Censo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de tal modo que esta passou a adotar dois períodos de referência: os 12 meses anteriores e a semana (Dedecca, Rosandinski, s.d).

O Censo de 2000 usou somente a semana como referência para seu levantamento da ocupação. Isso implicou em melhora das informações sobre a ocupação e o desemprego nas atividades não agrícolas, mas também em um relativo comprometimento na avaliação dessas situações para a atividade agrícola. É necessário ter em mente essas limitações quando se tenta ter uma idéia das mudanças por que passou a estrutura sócio-ocupacional da metrópole. Os volumes dos contingentes ocupados não podem ser diretamente cotejados com os números dos levantamentos anteriores. A redução do período de referência pode estar subestimando os ocupados no recenseamento de 2000 relativamente ao de 1991.

O segundo ponto a ser mencionado é a mudança na classificação das ocupações. Essa mudança se afina com o objetivo de “desenhar um instrumento de coleta compatível com as orientações internacionais, mas especialmente convergente com as diretrizes metodológicas adotadas pelos institutos de estatística dos países do Mercosul. Houve a preocupação de elaborar uma informação que pudesse posteriormente ser utilizada na criação de um banco de dados para o Mercosul” (idem)³⁷.

Desde os anos 70, utilizava-se no Brasil pelo menos duas classificações de ocupação, uma que o IBGE adotava nas pesquisas sócio-econômicas e a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, criada segundo as diretrizes da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações – CIUO da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Esta prática sempre trouxe problemas para a compatibilização de diferentes fontes de dados. A instituição da Comissão Nacional de Classificações (Concla) sob a coordenação do IBGE teve o objetivo de unificar essas classificações.

O Censo de 2000 utilizou a Classificação Brasileira de Ocupação - CBO para codificar a ocupação. Com isso, seus resultados podem ser comparados com as informações produzidas em outras pesquisas do IBGE e com a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Ibidem).

Em termos qualitativos a nova Classificação das Ocupações consegue maior aproximação das ocupações que caracterizam os segmentos mais modernos da economia, avançando em relação ao enfoque anterior que se harmonizava mais com o levantamento de ocupações ligadas às atividades mais tradicionais da agropecuária, indústria e serviços.

As nomenclaturas da CBO asseguram maior precisão na denominação das ocupações, permitindo uma definição mais clara das categorias e evitando o uso de filtros como renda e escolaridade como *proxi* para o enquadramento de certas ocupações. Sob esse ponto de vista entende-se que a novidade favorece a captação das mudanças produzidas pela reestruturação produtiva das últimas décadas, aproximando mais a construção tipológica das perguntas que se quer responder sobre espaço e sociedade, no sentido de detectar quais tem sido os efeitos da globalização e da reestruturação econômica na configuração social e espacial das metrópoles.

³⁷ O Brasil participa do Projeto do Censo Comum do Mercosul desde 1977. “O objetivo do Projeto do Censo Comum do Mercosul é contribuir para a homogeneização gradativa das estatísticas econômicas e sociodemográficas entre os países do bloco e a geração de um banco de dados. Nesse sentido, os representantes dos censos da rodada de 2000 da região, entre outros trabalhos, discutiram a harmonização de um conjunto básico de características e de sua conceituação, estando em fase de definição e geração de um banco de dados único com informações dos seis países do grupo” (IBGE, 2002).

No entanto, as dificuldades de articulação com os dados dos Censos Demográficos anteriores pode, no entanto ser parcialmente contornada por procedimentos técnicos no que diz respeito à classificação, embora não haja alternativas quando se trata do contingente populacional. Tratando-se especificamente do modelo de hierarquia sócio-ocupacional que foi construído, é importante assinalar que, não obstante as mudanças introduzidas pelo Censo Demográfico de 2000 foi possível manter a mesma estrutura da hierarquia ocupacional utilizada nas análises anteriores. Entretanto foi necessário efetuar algumas alterações tendo em vista a possibilidade de captar com maior precisão as ocupações através da CBO.